

Leni Vieira Dornelles



Memórias

de Papel

*Porto Alegre
2002*

Petty Day

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Leni Vieira Dornelles

Meninas no Papel

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Norma Regina Marzola

Porto Alegre

2002

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO da UFRGS, Porto Alegre. BR-RS

D713m Dornelles, Leni Vieira

Meninas no papel / Leni Vieira Dornelles. - Porto Alegre :
UFRGS, 2002.

f.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Faculdade de Educação. Programa de pós-graduação em Educação,
Porto Alegre, BR-RS, 2002. Marzola, Norma Regina, orient.

1. Subjetivação - Meninas - Governo. 2. Infância - Meninas -
Revistas femininas - Discurso. I. Marzola, Norma Regina. II. Título.

CDU - 396

Bibliotecária: Jacira Gil Bernardes – CRB-10/463

Capa: Elisabete Domingos Vaz - Arte Postal.

Releitura: capa do livro de Valerie Walkerdine: Daddy's Girl: Young girls
and popular culture.

Releitura da arte de: Pablo Picasso, Pierre-Auguste Renoir, Paul Gauguin,
Pieter Brueghel, Diego Velásquez.

Meninas no papel

Para Luísa, minha mais bela dobra.

Agradecimentos

Como todo trabalho de pesquisa acadêmica, este só foi possível pelo auxílio e cumplicidade das muitas pessoas que me são muito especiais, pois comecei a escrevê-lo por acaso e continuei pela força das circunstâncias.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a Dr^a Norma Regina Marzola, que me desafiou a estudar e aprender com Foucault. Foi sua desconstrução em cada momento de discussão sobre os possíveis ‘efeitos’, sua leitura rigorosa, desconfiada e perspicaz que, certamente, me levaram a realizar esta tese.

Às minhas leitoras ‘finais’ – Gládis e Mariene - na certeza de que suas sugestões contribuíram para que o texto da tese ficasse melhor.

Às minhas colegas do Grupo de Estudos em Educação Infantil – GEIN – da Faculdade de Educação da UFRGS, um especial agradecimento pelo incentivo, cooperação, sugestões e amizade o que nos têm mantido com vontade de continuarmos estudando, discutindo e aprendendo juntas.

Aos meus colegas da Área de Educação Infantil que na luta por um título, nunca deixaram de ser solidários, companheiros e cúmplices de meu trabalho de tese.

Aos companheiros e companheiras, da Linha de Pesquisa Teorias Pós-Críticas Em Educação, as de longe e as de perto, pelo acolhimento, críticas e cumplicidades.

Às minhas amigas Maria Celina, Maria Isabel, Jane, Clair, Roseli Pereira, Mérion Bordas, Leda, Mary, Nalu, Malvina, Malu, Graça, Lili, Maria Bernadete e Susana pelo incentivo e crítica acima de tudo, pela acolhida nos momentos mais complicados da feitura desta tese.

Aos professores, alunos, técnicos e funcionários do PPGEDU, Secretaria da FACED, Central de Produções, LIES, portaria e Biblioteca Setorial de Educação, pelo auxílio e presteza.

Ao Departamento de Estudos Especializados – DEE, pela acolhida e apoio na produção da tese.

As professoras Marília Pinto de Carvalho, Rosa Maria Bueno Fischer e Nara Bernardes, integrantes da banca examinadora da proposta de tese, pelas sugestões de possíveis encaminhamentos.

À Luísa que possibilitou que continuássemos a ver o sol nascer, a lua brilhar, o mar bater na rocha, a militância acontecer, a casa se organizar, a vida continuar sendo bonita de ser vivida, e, principalmente, por ter me possibilitado encontrar as muitas ‘meninas’.

À Neiva Adib e Cristina Heuser, pela esperança de que um dia tudo vai dar certo...

Aos professores e professoras, direção, meninas e meninos do Colégio Sévigné por terem estado com a Luísa nas minhas muitas ausências.

E, certamente, tudo isso não teria sido possível sem os *Dornelles*: pai, pelo amor e incentivo; mãe e Marta, por continuarem presentes; Ruth, pelas discussões teóricas; Neiva, pela disponibilidade de sempre; Íris, pela maternagem; Ramão, Beti, Dora e Amanda, mesmo estando longe; Mano e Sarão, por sempre apostarem em mim; Lequinho, pelo auxílio nas horas difíceis; Celinho, Binho e Ana pelo apoio que não mede distância; Rafinha, pela aposta nas minhas conversas; Cláudia, pelas boas vindas e, especialmente, as minhas meninas, Lulu, Binha, Isadora e Luísa que cresceram sem esperar o final da tese.

Corro o risco de ter deixado de citar os muitos amigos e amigas que amealhei pela vida afora e que, de alguma forma, me ajudaram a concluir este trabalho. A todos vocês, os de muito longe e aos que o trabalho impediu de estar perto nestes tempos bicudos de recolhimento intelectual, o meu agradecimento e reconhecimento. E, por tudo isso, eu...

Devia ter amado mais [...]
Devia ter arriscado mais
E até errado mais
Ter feito o que eu queria fazer
Queria ter aceitado
As pessoas como elas são
Cada um sabe a alegria
E a dor que traz no coração[...]
Devia ter complicado menos,
Trabalhado menos
Devia ter me importado menos,
Com problemas pequenos [..]
Ter visto o sol se pôr.
(Epitáfio – Titãs)

Resumo

Meninas no papel faz parte das discussões onde se examinam as relações entre a invenção da infância, governo e subjetivação, preocupando-se, especificamente, com a produção das meninas nas revistas femininas infantis brasileiras. Para dar conta da trama que envolve a produção do sujeito menina, dos vários saberes e poderes que atravessam sua fabricação, divido a tese em partes que se entrecruzam. Trabalhadas separadamente, as mesmas não mantêm uma continuidade linear entre si. Suas transversalidades, porém, produzem os nós de uma teia de relações que dá significado aos vários começos de uma infância que não cessa de se transformar.

Na primeira parte da tese, me alio à perspectiva genealógica do pensamento de Michel Foucault para tratar da invenção da infância, sua produção e governo na modernidade ocidental, a fim de mostrar como se constituiu essa infância de hoje. Ressalto as técnicas de produção dos sujeitos femininos, constituídos pelas práticas de governo: o governo dos outros e de si.

Na segunda parte da tese, analiso a produção das meninas na prática discursiva e não discursiva das revistas, e em especial, das revistas femininas infantis brasileiras, perfazendo o processo de fabricação dos sujeitos femininos infantis no papel, na atualidade. Trato das relações de poder/saber que constituem a forma de governo de manuais de civilidade e de revistas femininas, que produzem sujeitos meninas como um ‘ser civilizado’, educado em seus desejos. Mostro as formas de subjetivação das meninas, bem como a produção do disciplinamento da sua sexualidade, através de um dispositivo que produz uma menina ao mesmo tempo inocente e pura, sensual e erotizada, ou seja, juvenescida. Sustento que essa posição de sujeito - a de juvenescido - produz efeitos na subjetivação de meninas e mulheres contemporâneas e, conseqüentemente, na forma de pensar a sua educação.

Abstrat

Girls on the sheet is part of the discussion that examines the relations among the childhood invention, government and subjectivity, taking particular account into girls production in the Brazilian female children's magazines. To understand the weave that involves the production of the girl subject, of several knowledge and powers that permeate her creation, the thesis is divided into parts which intercross themselves. If the parts are worked separately, they don't keep a linear continuity between themselves. However, their transversalities produce the web knots of relations, which makes the meaning of several beginnings of a childhood that never stops changing.

At the first part of the thesis I join the genealogical view of Michel Foucault's thought to deal with the childhood invention, its production and government in the Western modernity, in order to show how this childhood is constituted nowadays. I emphasize the techniques of production of the female subjects, constituted by the government practices; the government of others and itself.

After that, I analyze the girls' production in the discursive practice in the magazines, in particular, the Brazilian female magazines accomplishing the process of creating the children female subjects on the sheet and at the present. I consider the relations of power/knowledge that constitute the government configuration of manuals of civility and of female magazines, that produce girl subjects as a "civilized being", taught in their wishes. I shown the configuration of the girls subjectivity in a process of creases and pleats, the production of disciplining their sexuality through a dispositive that produces at the same time an innocent and pure girl, sensual and erotically shown, by means, young. Finally, I support that this subject position-youth- produces effects in the subjectivity of contemporary girls and women and, consequently, the way of thinking their upbringing.

Índice

Resumo	07
<i>Abstrat</i>	08
Meninas no papel: dos caminhos	11
Parte I: Inventando infâncias	16
Capítulo 1: Governando crianças	17
Uma história	26
Sentimento e governo dos infantis	33
Emergência da família	42
Governo das populações e da espécie	46
Ciências Humanas	49
Institucionalizando as infâncias	53
Parte II: No papel	58
Capítulo 2: Corpos no papel	59
Revistas femininas	66
Das revistas femininas infantis	73
Meninas nas revistas: <i>Veja</i> , <i>Crescer</i> e <i>Time</i>	81
Os <i>experts</i> em consumo	87
Capítulo 3: Produzindo corpos	99
Subjetivando corpos	100
Do juvenescimento	103
Capítulo 4: Técnicas de constituição dos sujeitos	107
Do poder ao governo	108
Governo dos outros e de si	112
Técnicas de si: o ser confesso	116
Segredos publicizados	120

Capítulo 5: Ensinando desejos	125
Dobra ou plissê	129
Técnicas de subjetivação na contemporaneidade	133
Uma dobra: ‘a super-menina’	137
Capítulo 6: Sexualidade	140
Subjetividades femininas: gênero	147
Inocentes e erotizadas	152
Das provisoriedades	157
Referências bibliográficas	160

Meninas no Papel: dos caminhos

Ao trilhar meus caminhos para a feitura dessa tese, observo que os anos passam e deparo-me com uma novidade: tenho uma filha que me apresenta uma revista feminina infantil. Volto nas marcas do tempo e penso em minha infância apreciando gibis. Lembro que juntava dinheiro para ir até a banca de revistas mais próxima e comprá-los: *Os sobrinhos do capitão*, *Luluzinha*, *Fantasma*, *Bolinha*, *Zorro*, *Pimentinha*. Vivia intensamente o riso que me permitia voar sobre mim mesma e ‘entrar’ nas traquinagens das crianças das revistas, como os *Sobrinhos do Capitão* que ficavam felizes quando se vingavam do tio malvado. Da *Luluzinha* que organizava com as meninas novas estratégias e planos de ações contra os meninos do *Clube do Bolinha*.

Vejo que, em minha infância, as revistinhas com seus heróis e personagens, produziram efeitos em mim e, tal como tantas outras revistas que pegava de minhas irmãs mais velhas: *Grande Hotel*, *Sétimo Céu*, *Capricho*, etc., fizeram parte da minha produção como sujeito menina. Descobri que, para minha filha, e suspeito que para muitas outras meninas, as revistas interpelam-nas com autoridade, produzindo ‘verdades’ sobre ser menina de um jeito e não de outro.

Desse modo, esta tese faz parte de uma investigação cujo objetivo foi analisar como as revistas femininas infantis publicadas no Brasil na última década, do século XX, produzem as subjetividades das meninas, na atualidade. É dessa investigação que trata *Meninas no Papel*. Examino como as ‘práticas de si’, nas revistas, ‘ensinam’ desejos de ser bela, atraente, erotizada, etc., mostrando como o desejo é ensinado, controlado, disciplinado, governado, constituindo-se num corpo discursivo que produz sujeitos infantis femininos; como essas revistas, enquanto uma tecnologia de governo e auto-governo, produzem as meninas leitoras como objetos de saber, a partir do seu poder de falar sobre e para elas. Mostro, assim, as conexões entre o governo de si

(relação consigo) e o governo dos outros (relação com a pedagogia, com as regras e normas morais, com os interesses da mídia, em suma, com os desejos dos outros).

Disso tudo surgiu o meu problema de pesquisa: como o sujeito/menina se constitui nas seções¹ das revistas femininas infantis?

Quero salientar que, embora haja uma significativa produção de trabalhos sobre revistas para mulheres², em relação às revistas para crianças e, em particular, para

¹ As revistas femininas infantis analisadas apresentam as seguintes seções:

S/M - *Super Menina*: Palavra de Menina, Aí que linda!, Mão na Massa, Testes, Os segredos de Luísa, Nas estrelas (horóscopo), Você é a capa, Com a corda toda, Quero ser artista (especial). É importante salientar que ao longo da tese a citação desta revista apresentará somente número de edição, pois a mesma não é paginada e nem possui o ano de publicação, (S/M, n.).

Barbie: Entre amigas, Dicas, Meu diário, Testes, Mil coisas, Vida e artista, Água na boca, Fotoquadrinhos... (Barbie).

E/C - *Estação Criança*: Talento de gente grande, Fantonovela, Mix Bazar, Moda, Papo cabeça, Horóscopo, Testes... (idem *Super Menina* – E/C, n.).

Chiquitita: Testes, *Shopping*, Chiquecorreio, Moda, Esotérica (horóscopo), Cozinha, Nos bastidores. Revista não paginada. (Chiquititas).

C/C - *Contigo criança*: Carta, Flagra, Espião, Patrulha da Moda, Entrevista, Humor, Ficha Técnica, Perfil, Horóscopo, Cozinha, Beleza, Novelas, Compras e Serviços, Foto-fofoca, Teste.

M/M – Menina Mania. Recadinhos, Endereços Legais, Matérias Especiais (sem ano de publicação, M/M, ano, n.).

Veja Kid+ (sem ano de publicação – ano, n.).

² Cf. obra de Oscar Traversa (1997): *Corpos de papel: Figurações do corpo na imprensa (1918-1940)*; Margareth Rago (1990) *Os prazeres da noite: prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*; Orlando Miranda (1976) *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*; Esther F. Hernandez (1994) *Espacios e imagen en la prensa*; Rosa Fischer. *O capricho das disciplinas* (1994), entre outros.

meninas, só encontrei o trabalho de Ingebord Majer O'Sickey (2002) sobre a revista norte americana *Barbie Magazine* publicada desde 1984.

A produção das revistas femininas infantis brasileiras, que surgiram no mercado editorial em 1997, centra-se, fundamentalmente, no modelo de revistas para mulheres, desde a escolha dos seus nomes - *Contigo Criança*, *Veja Kid+*, *Super Menina*, entre outras - isso se manifesta também na organização das suas seções: *Você é a capa*, *Diário*, *Horóscopo*, *Mão na Massa*, *Testes*, *Fotoquadrinhos*, *Dicas e Manuais*, etc. Não é por acaso, portanto, que apresentam em suas páginas elementos da cultura feminina e da feminilidade.

Tendo acompanhado a publicação dessas revistas desde o momento em que elas foram lançadas, observo que, via de regra, permanecem em circulação por um curto espaço de tempo, mais ou menos por volta de dois anos, surgindo imediatamente uma nova revista no mercado, em tudo semelhante a que foi extinta, com outro nome. Desta maneira, o conjunto das revistas infantis femininas mantém, desde o aparecimento da primeira publicação - *Super Menina*, em 1997 - uma constância de temas em suas seções: tratam de beleza, testes, diários e confidências, dicas e modos de se comportar, de se vestir, receitas e cartas de leitoras.

Em função disso, me ative ao que dizem e deixam ver suas seções, apreendendo seus enunciados na “estreiteza e singularidade de seus acontecimentos” (Foucault, 2000b, p. 93). E naquilo a que estes enunciados remetem, induzem, limitam, interditam, deixam escapar. Ou seja, propus-me examinar as revistas na sua prática discursiva e não discursiva, ou seja, segundo Foucault (1995a) uma prática discursiva toma corpo em técnicas e efeitos; ao mesmo tempo, práticas sociais específicas, em que estão sendo investidos os enunciados, modificam-se exatamente através da ação desses mesmos enunciados. Visto que para o autor (*ib.id.*),

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e

nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondidos bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (p. 28).

Tentei pensar tal discursividade à maneira de Foucault (2000a), isto é, tomando o discurso como aquilo que não somente “traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p. 10).

O que abordei na tese se caracteriza por destacar perspectivas de pesquisa que se classificam como pós-estruturalistas. Neste caso particular, recorri mais especificamente a Michel Foucault, naquilo que diz respeito às relações poder/saber, governo e modos de subjetivação. Penso ter constituído, com esse autor, ressonâncias, intensidades e acordes, naquilo que foi possível fazer com seus estudos não só em meu trabalho, mas também na minha ‘existência autônoma’, como diz Deleuze (1992). Ao fazer uso de um referencial foucaultiano, tratei do quanto estas alusões teóricas têm ampliado o entendimento de como se dão os processos de subjetivação e, portanto, da produção das subjetividades infantis. Penso que a análise das revistas femininas infantis em suas minúcias, destacando os modos de operar das tecnologias que produzem sujeitos, incluiu um outro entendimento: o de como se dão as relações de poder/saber na sociedade. Por sua vez, isso me permitiu identificar, nas revistas, como essas relações se apóiam em determinados saberes e são sustentadas pela constituição de uma rede de *experts*, cujo discurso apresenta-se como legítimo e, portanto, com poder de dizer a ‘verdade’ que servirá de suporte para as formas de regulação, disciplinamento e subjetivação que produzem um modo de ser menina.

Ao ter como objeto de estudo essas revistas, propus-me a problematizar como elas fabricavam e subjetivavam as meninas desse tempo e a forma com que elas pensam as meninas na contemporaneidade. Dar visibilidade às revistas femininas infantis é tratar das condições históricas que as tornaram possível da forma como

aparecem hoje. Portanto, foi minha tarefa dar visibilidade, falar das revistas, daquilo que é apresentado nas suas diferentes seções, assim, “tento tornar visível o que só é invisível por estar muito na superfície das coisas” (Foucault, 2000b, p. 146).

Parte I: Inventando infâncias

A história dessa microfísica do poder [...] seria então uma genealogia ou uma peça para uma genealogia da 'alma' moderna. A ver nessa alma os restos reativados de uma ideologia, antes reconheceríamos nela o correlativo atual de uma certa tecnologia do poder sobre o corpo. Não se deveria dizer que a alma é ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos - de maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência (Michel Foucault, 1998c, p. 28).

Capítulo 1: Governando crianças

Neste capítulo discuto como a invenção e a produção da infância, na Modernidade, se constituíram em estratégias de governo das crianças. Nesse sentido, a objetivação e a institucionalização normativa da criança concorrem para a sua gestão e o seu controle.

Quando uso o termo “invenção”, para mostrar a emergência da infância na sociedade ocidental moderna, estou me reportando a Nietzsche, que propõe o estudo da invenção (*Erfindung*) dos acontecimentos ao invés do estudo de sua origem (*Ursprung*). Em seu trabalho sobre *Nietzsche, a Genealogia e a História*, Foucault (2000b) afirma que o significado de uma pesquisa da origem é buscar “a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente guardada em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo” (p. 262). Daí que, ao seguir Nietzsche, Foucault se recuse a pesquisar a origem, ou seja, a buscar um começo que estaria na origem dos acontecimentos, propondo-se ver a história e suas verdades inventadas a partir da análise da *proveniência* (*Herkunft*) e da *emergência* (*Entstehung*) dos acontecimentos, as quais se constituem, para ele, nos instrumentos metodológicos da genealogia.

Foucault (*ibid.*) entende a *proveniência* como a pertença a um grupo ou àquilo que liga o indivíduo a um grupo: o sangue, a raça, a cultura. A análise da *proveniência*, no entanto, não trata de reencontrar somente as características genéricas que permitem associar o indivíduo ao conjunto, mas, também, de “descobrir todas as marcas sutis, singulares, subindividuais que podem se entrecruzar nele e formar uma rede difícil de desembaralhar” (p. 265). Buscar a *proveniência* é, pois, demarcar os acidentes, o que parece disperso, os erros, as falhas, descobrindo, a partir daí, que “na raiz do que conhecemos e do que somos, não há absolutamente a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (Foucault, 2000b, p. 266). Longe, portanto, de buscar a

origem, a genealogia trata dos “inumeráveis começos”, fazendo irromper “mil acontecimentos agora perdidos” (*ib.*).

A *proveniência* diz respeito ao corpo e a tudo o que se refere a ele, tendo em vista que é nele que se inscrevem as marcas do tempo e do espaço: é ele que sustenta “a sanção de qualquer verdade e de qualquer erro [...], [e é nele que] se encontra o estigma dos acontecimentos passados” (p. 267). O corpo é, então, o lugar da *proveniência*, superfície de inscrição dos acontecimentos. Logo, a análise da *proveniência* está na articulação do corpo com a história: deve mostrar o corpo inteiramente marcado pela história.

Desse modo, a genealogia tem sido o instrumento de uma tecnologia política que descreve os efeitos: “produção das almas, produção das idéias, de saber, de moral” (Ewald, 1993, p. 28). Por consequência, ela especifica as questões do poder e dos corpos, trata o problema do poder “a partir da tomada de poder sobre os corpos” (*id.*, p. 20). Em suma, segundo Foucault (1998b)

É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isto que eu chamaria de *genealogia*³, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (p. 7).

No que diz respeito à *emergência* ou a ponto de surgimento, Nietzsche a designa como “o princípio e a lei singular de um aparecimento” (Foucault, 2000b, p. 267), os começos de um acontecimento. Ela se produz em um determinado estado de forças, ou seja, na “entrada em cena das forças” (*id.*, 2000b, p. 269), numa dada conjuntura. Dessa maneira, não há razão na história, não há finalidade no poder: “as

³ Grifo meu.

forças que estão em jogo na história não obedecem nem a um destino, nem a uma mecânica, mas, na verdade, ao acaso da luta” (Ewald, 1993, p. 47). Isso significa que,

[...] para o poder, nunca há senão problemas pontuais ou conjunturais, resistência ao seu exercício, reversões ou desvios imprevistos, soluções ‘vergonhosas’, invenções ‘malévolas’ e ‘dissimuladas’, talvez sempre de vistas curtas, ao acaso das improvisações, das tentativas, dos ensaios (*id.*, 1993, p. 47).

Nesse sentido, “a emergência designa um lugar de confrontação” (Foucault, 2000b, p. 269). E essa confrontação estabelece uma distância entre os contendores, o que faz com que as forças em confronto não pertençam a um mesmo espaço. Daí que a *emergência* “sempre se produz no interstício” (*ib.*), fazendo com que a relação de poder não seja mais uma “relação”, nem o lugar onde ela se exerce seja mais um “lugar”. Por isso mesmo, em cada momento histórico, ela se fixa em um ritual, impõe obrigações e direitos, estabelece marcas nas coisas e nos corpos. Ao não se apoiar em nenhum absoluto, o estudo da emergência pode escapar da metafísica - que busca a origem, a gênese ou a essência das coisas - para se tornar o instrumento privilegiado da genealogia (*ibid.*).

A história é uma sucessão de interpretações e a genealogia vai mostrar a emergência possível de suas diferentes interpretações. Segundo Foucault (*ibid.*), “interpretar é apoderar-se, pela violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si a significação essencial” (p. 270), visto que os significados se enquadram em determinadas regras e, a cada nova regra, produz-se uma nova interpretação. Interpretar é, então, impor uma nova direção a um sistema de regras, é mesmo dobrá-lo a uma nova regra (*ib.*). Daí Foucault (2000b) afirmar que o “devir da humanidade é uma série de interpretações” (p. 270) e a genealogia, a sua história.

Um estudo genealógico da infância, parte, portanto, do estudo de sua emergência ou de sua “entrada em cena”, como diz Foucault (*ibid.*, p. 269). Sua emergência só foi possível a partir da época clássica (séculos XVI e XVII), graças a:

1) imposição do controle da família à criança, visto que, segundo Ariès (1981) essa “não tinha função efetiva” (p. 11) sobre sua vida. Assim, fez-se necessário, para imposição desse controle, que a família se “tornasse instrumento privilegiado de governo da população” (Foucault, 1998b, p. 289); 2) escola, que vai “substituir a aprendizagem como meio de educação” (Ariès, 1981, p. 11) e “tornar-se um aparelho de aprender” (Foucault, 1998c, p. 140); 3) normalização imposta pelas Ciências Humanas que “se preocupavam mais cedo com as crises [das crianças]” (Ariès, *ibid.*, p. 12) e se efetivará através do “grande esforço de disciplinarização e normalização realizado pelo século XIX” (Foucault, 1998b, p. 151). Essas são, portanto, algumas condições de possibilidade da invenção da infância moderna e de sua entrada em cena na história.

A emergência da criança como um acontecimento visível faz com que a criança passe a ser falada, dita, explicada, caracterizada como um ser inocente, diferente do adulto, que precisa de cuidado e proteção. E, à medida que a criança passa a ser produzida como um ser frágil e carente de cuidados, ela adquire o *status* de infantil. É, portanto, como um ser dependente, incapaz de governar-se por si mesma, de controlar-se, que a infância emerge como objeto de saberes específicos, como objeto de conhecimentos necessários à sua gestão e governo. E, também por ser aquela que é ‘impossível’ e que precisa ser governada porque resiste.

Governo aqui “entendido no sentido amplo de técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens: governo das crianças, governo das almas ou das consciências, governo de uma casa, de um Estado ou de si mesmo” (Foucault, 1997a, p. 101). Assim, o governo

[...] não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros (Foucault, 1995b, p. 244).

Governar é, portanto, agir sobre as ações dos outros, é ‘dirigir a conduta’ dos indivíduos ou grupos, sejam estes crianças, almas⁴, comunidades, famílias, doentes, etc.. Assim, para Foucault, governo não diz respeito apenas à gestão do Estado e das estruturas políticas que dirigem e regulam as condutas das pessoas mas, também, àquelas formas de agir que produzem os modos como os indivíduos dirigem a si mesmos ou governam a si mesmos.

Tradicionalmente, o governo é entendido como um centro do qual emana o poder. Decorre daí que o poder é exercido de um lugar e por alguém que está fora do ‘si mesmo’. Para diferenciar o seu entendimento de governo, Foucault (1995b, 1997a, 1998c) utiliza o termo *governamentalidade*⁵ para denominar o conjunto formado pelas

⁴ Para Foucault (1998c), a alma “é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder” (p. 28).

⁵ Marzola (1995) mostra como Joan Volker (1975) sintetiza um dos cursos ministrados por Michel Foucault sobre governamentalidade no *Collège de France*, nos seguintes termos: Foucault explicava, em relação à administração das populações que, na época clássica (séculos XVII e XVIII), dita administração, que era uma função de poder, deu lugar a saberes. 1. Um saber de gestão (os funcionários do poder modelavam um saber: como executar a tributação? Como calcular os impostos? A quem gravar? Sobre quem fazer recair as taxas aduaneiras? Onde recrutar soldados? etc.). 2. Um saber de inquérito ou de investigação (sobre a riqueza de uma região, sobre o movimento demográfico, sobre as técnicas artesanais, sobre as técnicas agrônômicas, etc. Em sua origem, esses inquéritos ou investigações foram realizados a partir de iniciativas privadas; mais adiante, por volta de 1760-1770, foram adotados pelo Estado). 3. Um saber de inquisição (individual e policial). A partir do século XIX, todas as técnicas desse saber de vigilância administrativa são prosseguidas sob um novo enfoque, baseados nos dois princípios seguintes: a) Todo agente do poder será, a partir desse momento e simultaneamente um agente de constituição do saber. A toda ordem dada deverá corresponder um informe sobre a forma em que dita ordem foi cumprida, seus efeitos, etc. (desta maneira ‘trabalharão’ os prefeitos, os funcionários da polícia, os fiscais, etc.). A novidade consiste justamente nisto: a *sistematização do informe*, dessa ‘devolução de saber como contrapartida do poder’. Então, passam a intervir toda uma série de instrumentos específicos desse tipo de saber (tais como as estatísticas, por exemplo). B) Ao mesmo tempo, é ao *saber enquanto* tal que é conferido, institucionalmente, um certo poder: a escola é a expressão mais evidente desse fenômeno fundamental. A partir do século XIX, todo sábio se converte em

instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas, que permitem o exercício dessa forma muito particular, embora complexa, de poder que tem como seu alvo essencial e específico a população (Foucault, 1998b).

A imbricação, o contato entre as tecnologias de dominação dos outros e as referidas a si mesmo, ou seja, a governamentalidade produz, portanto, um tipo de governo que “é sempre um difícil e versátil equilíbrio, com conflitos e complementaridades, entre as técnicas que asseguram a correção e os processos através dos quais ‘eu’ [*the self*] é construído e modificado pelo si mesmo” (Morey, 1990, p. 34). A governamentalidade diz respeito, também, ao modo como o poder se exerce sobre o eu, como conduz o si mesmo.

No governo de si, o poder se exercita pelos incessantes, constantes e reflexivos modos com que olhamos para nós mesmos e fazemos nosso próprio escrutínio, ou seja, nos disciplinamos a nós mesmos: “o exercício moderno do poder adquire a forma de controle do eu subjetivo por parte do si mesmo subjetivo”, como diz Fendler (*ibid.*, p. 65).

No governo dos outros, o poder se exerce para administrar a conduta e as ações das populações, constituindo-as como objeto de saberes. A emergência da infância é, pois, a constituição da criança como objeto de um saber que atende a uma necessidade e a uma vontade de poder: conhecer para governar, isto é, produção de saberes específicos que definiram a infância e as tecnologias adequadas para intervir sobre ela.

professor, todo médico se converte em amo e senhor do normal e do patológico. O tipo de sociedade que vai tomando forma adota, então, as três características seguintes: a) sua forma: a sequestração; b) sua meta: o potencial de trabalho; c) seu instrumento: a disciplina, o costume. É, com efeito, a partir dessa época que se devem ‘adotar costumes’ (quando, em troca, no século XVIII o costume foi um instrumento crítico contra a transcendência [ver a este respeito as análises de Hume]); é a partir dessa época que se torna necessário que a gente se submetta ao costume e que este se converta na forma cotidiana, insidiosa, da norma, isto é, no que a sociologia vai chamar de ‘consciência social’” (p. 32).

Segundo Bujes (2001) “foi esta fixação de um conceito de infância que possibilitou que ela [a criança] fosse vista como um processo/objeto universal” (p. 65).

Portanto, a invenção da infância implica na produção de saberes que tem a finalidade de descrever a criança, classificá-la, compará-la, diferenciá-la, hierarquizá-la, excluí-la, homogeneizá-la, segundo novas regras ou normas disciplinares. Impõe-se, pois, sobre a infância uma ordem normativa que lhe dá uma determinada visibilidade, tendo em conta que “o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (Foucault, 1998c, p. 143). Esse processo de normatização e suas operações de classificação e individualização serão disseminados na Modernidade e, por sua vez, produzem os processos de objetivação/subjetivação da criança como infantil.

A sanção normalizadora (aquela que regula) está principalmente “ligada a uma forma de vigilância que permite conhecer os menores atos, as menores condutas e os comportamentos mais sutis que ocorrem em qualquer lugar de aplicação da tecnologia disciplinar” (Fonseca, 1995, p. 56). A normatização é, portanto, a afirmação do poder da norma.

Esta norma tanto diz respeito às instituições disciplinares quanto às tecnologias investidas no corpo. Ela é “a medida, que simultaneamente individualiza, permite individualizar incessantemente e ao mesmo tempo torna comparável” (Ewald, 1993, p. 86). A norma enquanto regulamento é da ordem do espaço deixado vazio pelas leis, e dela não se escapa, ou seja:

O regulamento interessa-se pelo que há de mais sutil na conduta ou no comportamento. Ele distingue, diferencia, individualiza, hierarquiza. Impõe gestos, atitudes, hábitos.[...]. Impõe o constrangimento contínuo e minucioso destas prescrições ao longo da existência. Normaliza e moraliza ao mesmo tempo (Ewald, 1983, p. 41).

No que diz respeito à lei, essa se situa na ordem do poder do Estado (*id.*). Assim, a lei “define uma partilha simples e imperfeita entre o permitido e o proibido; estabelece a igualdade dos cidadãos, que deixa na sua indistinção, pois é indiferente à sua existência singular” (*id.*, p. 41). A lei só atinge os que não a respeitam, ou seja, só vem a ser invocada quando a transgredimos. Daí que o disciplinamento se faz muito mais pelo regulamento do que pela lei.

Como argumenta Nietzsche (1998),

o próprio homem tem que ter se convertido antes em *calculável, regular, necessário*, inclusive na sua própria imagem de si mesmo [...]. A tarefa de educar [regular] [...] abarca e pressupõe, necessariamente, como uma tarefa preparatória, o *tornar* primeiro os homens necessários até certo ponto, uniformes, iguais entre iguais, regulares e, conseqüentemente, calculáveis [...] (p.58-59).

Ao serem objetivadas, isto é, ao se tornarem objeto de conhecimento, as crianças são descritas, classificadas, hierarquizadas, diferenciadas, tornando-se indivíduos operacionalizáveis e calculáveis. Para mostrar tal operacionalização sobre os sujeitos, Foucault (1998c) indica como, na Modernidade, a invenção do exame⁶ possibilitou o desenvolvimento da ‘pessoa calculável’ e, conseqüentemente, um modo particular de poder/saber.

Os rituais disciplinares de objetivação/normalização/individualização possibilitam a diferenciação entre os sujeitos, mensurando-os, dividindo-os a partir de padrões prescritos, dentro de um *continuum* que vai da normalidade à anormalidade. Ao ser individualizada, dessa maneira, a criança passa a ser um objeto de descrição e

⁶ Segundo Foucault (1998c) o exame “é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado” (p. 154).

documentação. Os saberes assim produzidos possibilitam um tipo de controle e dominação que se efetiva num processo constante de objetivação/subjetivação. O aparecimento das disciplinas que envolvem a “educação, a linguagem e as descrições da psicologia se encontram entre as tecnologias de individuação, resultado lógico da objetivação do sujeito” (Fendler, 2000, p. 68).

Em seu estudo sobre o sujeito educado, Fendler (*ibid.*) afirma que, na Modernidade, o sujeito como conhecedor do eu tem como objeto de estudo o si mesmo, argumentando que “as perguntas de Kant não se referiam aos objetos visíveis, mas a como se produzia o próprio fato de ver”. Para ela, isto significa que “o sujeito da Modernidade deixou de dar-se como transcendente; o sujeito como ponto de vista se converteu no objeto de investigação”. A partir daí, “a experiência subjetiva moderna seria examinada usando as mesmas tecnologias que haviam sido desenvolvidas para examinar os objetos da ciência” (p. 64).

Contudo, para Fendler (*ibid.*) o efeito mais revolucionário desse entendimento de Kant consistiu na produção de um significado para essa “conversão do si mesmo num objeto de investigação consciente”, na medida em que isso “significou libertá-lo [ao si mesmo] do determinismo imposto pelas leis da natureza”. Ou seja, “em liberar as possibilidades de conhecimento humano das determinações incontroláveis da lei natural ou divina”. Portanto, segundo Fendler (*ibid.*), a Modernidade faz emergir uma nova forma de subjetividade, na qual o eu é, ao mesmo tempo, investigador e investigado. O objeto da investigação é, então, o mesmo sujeito que investiga, o qual, enquanto objeto, será examinado pelas mesmas tecnologias utilizadas para estudar os objetos das ciências. E isto porque, a partir do momento em que o sujeito não está mais determinado pelas leis da natureza, ele pode ser controlado através das intervenções científicas. Desse modo, o exercício moderno de poder pode adquirir a forma de controle científico do si mesmo, já que as investigações acerca do sujeito como objeto possibilitam o desaparecimento do “sujeito como sujeito e inclui o sujeito na

objetividade” (p. 64). Sujeito agora regulado, governado, não mais sob o prisma de um poder soberano, mas em relações de poder que o objetivam e subjetivam.

Uma história

De um modo geral os estudos, inclusive os mais recentes, que tratam do aparecimento da infância no Ocidente, tomam como ponto de partida, os trabalhos de Philippe Ariès (1981) sobre a origem da infância na França durante o Antigo Regime. Segundo este autor, até o século XVI, as crianças eram tidas como adultos de tamanho menor, adultos em miniatura, diferindo das outras pessoas apenas por serem menores. Não tinham, portanto, um estatuto específico. Participavam livremente dos eventos do cotidiano e de todas as atividades da comunidade: ritos, costumes, festas, lutas e jogos. Adquiriam conhecimentos da vida nas interações com os adultos, compartilhando dos seus trabalhos e de suas brincadeiras, quer misturadas a eles, quer entre si. Em meio a tudo isso, elas cresciam. Assim, antes do século XVII, não havia a ‘infância’: nenhum espaço separado do ‘mundo adulto’. Crianças e adultos trabalhavam, viviam e testemunhavam nascimentos, doenças e mortes conjuntamente da mesma maneira que participavam da vida pública (política), nas festas, guerras, audiências, execuções, etc.

Ariès (1981) mostra que, antes do século XVI, os detalhes exteriores sobre os modos de ser ou parecer criança não se distinguem de forma significativa. Para o autor, não havia, então, nenhum sinal exterior reconhecido como forma específica de ‘ser criança’: nada demarcava um ‘*status* da infância’. Postman (1999) diz que “a criança da Idade Média tinha acesso a quase todas as formas de comportamento comuns à cultura. O menino de sete anos era um homem em todos os aspectos, exceto na capacidade de fazer amor e guerra” (p. 30). Inclusive as roupas eram grandes demais para o tamanho das crianças, Os meninos e as meninas do povo usavam as vestimentas herdadas de seus irmãos mais velhos ou dos próprios adultos, enquanto as

crianças nobres tinham seus trajes encomendados e seguiam a moda⁷ dos mais velhos, sendo comum serem retratadas em telas mostrando as vestimentas e a riqueza de sua classe social. Por exemplo, os acessórios usados pelas meninas nobres eram luvas, jóias, golas de renda e pedras preciosas, tais como os usados por suas mães.

Segundo Ariès (1981), a partir do século XVII, na França, a idéia de criança passa a ser associada à de dependência, fragilidade e inocência, visto que “só se saia da infância ao se sair da dependência” (p. 42) ou da condição de total submissão aos outros. Há, portanto, um ‘sentimento de infância’ que emerge nessa época e cuja hegemonia se faz sentir nas sociedades do ocidente. Na França, segundo Ariès (1981), este ‘sentimento’ surgiu no “século XVII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI, [...] [já que] os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do século XVI e durante o século XVII” (p. 65).

Ariès parece acreditar que a idéia de infância se desenvolve linearmente a partir do século XV, evoluindo nos séculos XVI e XVII, até tomar a forma acabada com a qual se torna hegemônica a partir do século XVIII. Diversos autores, no entanto, criticam essa visão de Ariès. Flandrin (1964), por exemplo, diz que Ariès comete um grande equívoco ao falar de “inovação absoluta onde haveria antes uma mudança de natureza” (*apud* Ariès, *op.cit*, p. 14), uma recodificação. Aliás, o próprio Ariès afirma que o seu maior equívoco foi o de tentar encontrar a “origem absoluta” (*ibid.*, p. 17) da infância. Já Postman (1999) se limita a contestar Ariès no que diz respeito à sua

⁷ “Só no final da Idade Média é possível reconhecer a ordem própria da moda, a moda como sistema, com suas metamorfoses incessantes, seus movimentos bruscos, suas extravagâncias [...] A moda em seu sentido estrito quase não aparece antes da metade do século XIV. Data que se impõe, em primeiro lugar, essencialmente em razão do aparecimento de um tipo de vestuário radicalmente novo, nitidamente diferenciado segundo os sexos: curto e ajustado para o homem, longo e justo para a mulher” (Lipovetsky, 1989, p. 29).

preocupação em registrar a história da infância. Considera-a “em si mesma, um sinal do declínio da infância” (p. 19). Davis (*apud* Ariès, 1981), por seu turno, argumenta que Ariès ignora completamente o conceito de juventude e os ritos de passagem nas comunidades rurais e urbanas das chamadas sociedades tradicionais, prendendo-se apenas ao fato das crianças aparecerem misturadas com os adultos no cotidiano das comunidades.

Para justificar as críticas feitas a seu trabalho, Ariès (1973) postula, no prefácio à edição francesa de seu livro *L' Enfant et la Vie familiale sous l' Ancien Régime* (edição brasileira de 1981), que deveria ter tomado mais cuidado quanto à “tentação [de buscar] a origem absoluta, o ponto zero” (p. 17), sem, no entanto, descartar totalmente a possibilidade de “continuar as grandes linhas” (*ibid.*) delineadas no seu trabalho.

No entanto, é preciso lembrar que muitos dos autores que criticam Ariès não mostram, uma visão diferente da tradição histórica, que vê no documento o testemunho da verdade e da certeza. Em suma, da possibilidade de determinar e fixar o momento e o local exatos do acontecimento.

Para Foucault (1995a), no entanto, a história nova mudou sua posição frente ao documento, visto que “organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações” (p. 7). Dessa maneira, desconfia dos documentos e os transforma em monumentos, isto é, procura “definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações [...] para a descrição intrínseca do monumento” (p. 7-8). Além do mais, a questão histórica para Foucault é constituída como um *a*

*priori*⁸: o problema emerge numa situação histórica determinada, onde cada acontecimento é produzido na sua situação histórica.

Entretanto, empenhado na determinação da origem do “sentimento de infância”, Ariès (*ibid.*) acaba reduzindo o problema à busca do “ponto zero”, a partir do qual esse sentimento evolui, deixando de perceber toda a complexidade das relações implicadas na emergência desse sentimento na história. Ignorou, como diz Davis (*ib.*), os ritos de passagem para a idade adulta, nas comunidades rurais e urbanas; não se deteve nas meticolosidades e nos acasos dos seus começos, nos diferentes lugares e diferentes momentos históricos; não desconfiou dos documentos que tratavam desse sentimento constituinte da infância. Tendo em vista que procurava a ‘origem absoluta’ da infância, na França do Antigo Regime, não pôde ver os acontecimentos dispersos e suas lutas de afirmação. Mas, mesmo após toda a crítica sofrida por seu trabalho, algumas delas reconhecidas pelo próprio autor como pertinentes, não se pode negar que ele continua a ser, ainda hoje, o autor mais conhecido e citado no campo da história da infância. Os estudos continuam a tomar os seus achados históricos, na França do século XVII, como um ponto de partida para as análises que empreendem da história da infância.

Os estudos de Pierre Riché e Daniele Alexandre-Bidon feitos por Kulmann Junior (1998) demarcam a existência de um “sentimento de infância” anterior ao século XVII. Para isso, apresentam em seus trabalhos ilustrações e imagens de crianças, de mobiliários, de produção de brinquedos e roupas para os pequenos que demonstram já existir, na Idade Média, um sentimento de infância. Afirmam que os “registros paroquiais, as cartas, a literatura romanesca, os textos jurídicos e médicos, os tratados de educação, as biografias de santos” (*id.*, p. 22) dessa época, indicam a existência do que conhecemos como “sentimento de infância”. Ou seja, criticam o

⁸ O *a priori* para Foucault (1995a), “tem que dar conta do fato que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (p. 146).

trabalho de Ariès, demarcando esse acontecimento, que é o “sentimento de infância” em diferentes lugares e momentos históricos, alguns bem anteriores ao século XVII.

No que diz respeito ao termo infância, que define a população de crianças a partir dos séculos XVI e XVII, ele vem do latim – *infans* - que significa *sem* fala⁹. Emergindo como um infante, a criança é vista, portanto, como um ser cuja palavra não tem nenhum valor e, como tal, um ser que precisa ser protegido e tutelado já que destituído de poder. Sua dependência não permite que tome determinadas atitudes frente à vida, que seja responsável por seus atos, tornando-se necessário impor-lhe uma total vigilância, monitoramento e tutoria, pois precisa de constante orientação e controle do adulto. Assim, ao ser designada como infantil, a criança passa a ser vista como um ser cuja palavra não deve e não pode ser levada em conta. Tal infância, produzida pelo discurso da Modernidade, vê a criança como um ser incompleto e, por isso mesmo, despreparado para a vida. Para Rousseau (1995), ela é um ser puro, naturalmente bom, que não pode enganar nem ser ardiloso um ser infantil, natural, ingênuo e inocente, cujas características passam a constituir o significado da infância moderna.

Conseqüentemente, a invenção da infância moderna traz consigo a atribuição de um estatuto de criança que a exclui das práticas cotidianas da comunidade, tornando-a passível de controles e normatizações específicas. Narodowski (1993), ao tratar da invenção da infância moderna, afirma que esta possibilitou o distanciamento da criança dos afazeres da vida cotidiana dos adultos, e que esse afastamento acabou implicando num “passo constitutivo na configuração da infância como um novo corpo” (p. 52). Um corpo a ser normatizado, gerenciado e governado de uma outra

⁹ Utilizado para designar os filhos e parentes dos reis de Portugal e Espanha que não eram herdeiros do trono (Ruth Rocha. *Minidicionário enciclopédico escolar*. São Paulo: Scipione, 2000), o termo infante designava aqueles que não poderiam exercer o poder de governo, de ditar ou ministrar ações de governo.

forma, sendo que as práticas de normalização que irão incidir sobre ele serão variadas, de acordo com a especificidade de cada lugar, nos microníveis de cada indivíduo ou instituição.

Ao ser *infans*, a criança passa a fazer parte não só de um corpo específico e homogêneo da população - a população infantil - mas também passa a ser vista como de um corpo diferenciado que a objetiva e individualiza. E essa forma de visibilidade dada às crianças tem, como correlato, um tipo de governo específico: a gestão dos infantis, ou seja, a sua administração através de toda uma gama de saberes e disciplinamentos sobre seus corpos e almas. Portanto, “somos aquilo que somos em função da visibilidade que recebemos do poder - somos essa parte de visibilidade” (Ewald, 1993, p. 85). É, portanto, nessa forma de visibilizar a criança que o poder agora opera.

O fato de que as crianças são enquadradas neste regime de visibilidade (infância), nessas operações que produzem visibilidades, elas são classificadas, hierarquizadas, homogeneizadas, individualizadas, etc.. Nessas classificações, o poder disciplinar se exerce de uma forma invisível, impondo àqueles nos quais se exercita uma visibilidade obrigatória. Ou seja, “agora, é o poder que fica invisível e os objetos de poder - aqueles sobre os quais funciona - se tornam mais visíveis” (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 175).

A classificação é feita com base em determinadas condutas e comportamentos estabelecidos, que se constituem como padrões de normalidade para as crianças. Esta normalidade tem, pois, a norma como medida comum, a qual deverá ser seguida por todos. Ou seja, a normalização estabelece padrões de referências e todos precisam estar conformes a estes padrões para serem considerados ‘normais’. Assim, normalizando, é possível medir os desvios, “determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras” (Foucault, 1998c, p. 154).

Ao ser classificada, a criança é escrutinada como um aprendiz, uma personalidade, um membro de uma família, de uma escola, de uma classe social. Todas essas classificações definem modos de ser sujeito, um sujeito disciplinado no interior das várias e diferentes instituições modernas. Por conseguinte, a classificação produz uma infância econômica, social, afetiva e culturalmente dependente, ou seja, um ser que precisa ser governado a fim de que possa se tornar independente, produtivo e útil para a sociedade.

Sendo assim, o que produz a infância não é exclusiva ou fundamentalmente um período definido pela faixa etária ou uma etapa da vida das pessoas, mas os modos de ver, medir, decifrar, supervisionar, controlar, normatizar, em suma, de governar, que emergiram com a invenção da infância. Esta invenção normatiza o modo de ver a criança como um ‘aprendiz’ e, portanto, de falar e atuar sobre ela de uma determinada forma.

Analisar a infância significa, então, conjurar a ilusão de sua origem e mostrar suas transformações, demarcar seus momentos de força e fraqueza, suas alternâncias, apreendendo também seus diferentes momentos históricos (Foucault, 2000b). Se a invenção da infância está comprometida com a produção de verdades sobre ela, então, conseqüentemente, tal política de verdade deve ser conhecida, tendo em vista que:

[...] conhecer essas políticas - que é o mesmo que conhecer os jogos de poder que estão envolvidos na imposição dos significados - nos ajuda a desconstruir as verdades delas derivadas; isso certamente não implica “destruir” as verdades, mas implica, sim, a tarefa de desnaturalizar [...] o caráter sempre contingente de qualquer verdade (Veiga-Neto, 2000, p. 47).

Sentimento e governo dos infantis

Entender as condições históricas da emergência do “sentimento de infância” possibilita, também, a compreensão de que esse sentimento começa a se fazer necessário a partir do século XVI. Inventá-lo foi uma estratégia de governo para preservar as crianças de diversas práticas, como a “dos hospícios de menores abandonados, a criação dos filhos por amas-de-leite e a da educação ‘artificial’ das crianças ricas” (Donzelot, 1986, p. 15). Acima de tudo, de impedir a morte das crianças. O governo dos infantis, enquanto população, constitui-se, num certo sentido, como uma tomada de poder sobre as crianças, a fim de fazê-las viver.

Assim, no século XVIII, e por paradoxal que possa parecer, o discurso sobre nascimentos passa a incorporar a idéia de contracepção. Esta se mostra como um modo de impedir o nascimento de crianças, com o objetivo específico de fazer com que as já nascidas não viessem a morrer pois, a essa época, mais crianças morriam do que sobreviviam à primeira infância. Objetivava, assim, que as já nascidas se mantivessem vivas, restringindo que as crianças nascessem umas após as outras. É, portanto, com essa perspectiva que a invenção da infância, como um segmento específico da população, possibilita o aumento da população através de um controle e um cuidado que incluíam a contracepção e a diminuição da mortalidade infantil.

Flandrin (*apud* Ariès, *op. cit*) afirma que a diminuição das mortes das crianças, no século XVIII, deu-se quando “as pessoas pararam de deixar morrer ou ajudar a morrer as crianças que não queriam conservar” (p. 17). Os discursos médicos e higiênicos produziram, como efeito, essas novas práticas familiares, enquanto para o Estado, que passava a administrar também a população infantil, interessava que as crianças se tornassem adultos úteis à sociedade. Todos esses discursos objetivavam pois, ‘deixar viver’ os infantis.

A segmentação da população e, conseqüentemente, as invenções da população infantil, são produzidas pela modernidade. Os discursos médicos de contenção da mortalidade infantil passaram a fazer parte da agenda desse tipo de governo, tendo em vista que eles buscavam a proliferação da vida através do controle e governo da vida das crianças. O discurso médico constitui, então, o cuidado das crianças recém-nascidas. Esse cuidado surge relacionado às amas-de-leite ou amas nutrizes, cujo trabalho junto às crianças havia se tornado dominante entre as populações das cidades, onde as mulheres, por serem muito ocupadas ou por serem ricas, evitavam a amamentação (Donzelot, 1986). Nos discursos médicos e higiênicos, as nutrizes se constituem como as principais responsáveis por todos os maus hábitos que eram transmitidos às crianças, respondendo tanto por suas vidas e seu bem-estar como pelo alto índice de mortalidade infantil¹⁰.

Começa-se, então, a contabilizar a alta taxa de mortalidade infantil e, principalmente, a exercer um controle sobre o cuidado prestado pelas amas às crianças. Isto, no entanto, se revela pouco produtivo em função da distância em que muitas delas se encontravam dos centros urbanos. A partir daí, os discursos médicos e higiênicos impõem às mães o amor e o cuidado de seus filhos¹¹. E, assim, produzem de outra forma a vida das mães e das crianças, ou seja, produzem outras mães e outras crianças.

¹⁰ Também no Brasil, segundo Del Priore (2000), o grande número de mortes de crianças era uma questão freqüente no discurso médico dos séculos XVIII e XIX. Na sessão da Academia Brasileira de Medicina, de 18 de junho de 1846, os médicos ali presentes levantaram várias hipóteses acerca da mortalidade das crianças pequenas, afirmando que “o abuso de comidas fortes [não havia diferença entre comida infantil e adulta], o vestuário impróprio, o aleitamento mercenário com amas-de-leite atingidas por sífilis, boubas e escrófulas, a falta de tratamento médico quando das moléstias, os vermes, a ‘umidade das casas’, o mau tratamento do cordão umbilical” (p. 92) eram as causas mais comuns destas mortes.

¹¹ É interessante lembrar os estudos de Badinter (1985) sobre ‘o mito do amor materno’, na França do século XVII.

A necessidade de supressão do trabalho das amas-de-leite e serviçais, a partir do século XVII, na França, possibilita uma nova forma de ver as tarefas educativas e uma reorganização dos comportamentos educativos que trazem, em seu bojo, a difusão da medicina doméstica, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais. Por outro lado, buscava-se, com isso, diminuir o custo social da manutenção de entidades para menores abandonados, assim como controlar a reprodução dos mais pobres. Em suma, como afirma Foucault (1998b), se deveria investir em populações, “não mais numerosas, submissas ou renitentes, ricas ou pobres, válidas ou inválidas, vigorosas ou fracas e sim mais ou menos utilizáveis, mais ou menos suscetíveis de investimentos rentáveis, tendo maior ou menor chance de sobrevivência” (*id.*, p. 198). Investir, portanto, numa população com um número significativo de pessoas úteis, capazes de trazer um retorno social e econômico para a sociedade.

A invenção da infância está associada a uma série de práticas no que diz respeito à vida e ao cuidado das crianças, tornando-as cada vez mais dependentes dos adultos. Segundo Ariès (1981), em função da crescente dependência das crianças em relação ao adulto surge, na França do século XVII, um sentimento que ele nomeia de “sentimento de paparicação”¹², ou seja, um “sentimento superficial da criança” (*id.*, p. 10), reservado aos primeiros anos de vida.

¹² “Quando os adultos fazem-nas [as crianças] cair numa armadilha, quando elas dizem uma bobagem ao tirar uma conclusão acertada de um princípio impertinente que lhes foi ensinado, os adultos dão gargalhadas de triunfo, por havê-las enganado, beijam-nas e acariciam-nas como se elas tivessem dito algo correto [era a paparicação]. É como se as pobres crianças fossem feitas apenas para divertir os adultos, como cãezinhos ou macaquinhos [Os macaquinhos de Montaigne]” (Áries, 1981, p. 161).

Conforme Ariès (*ibid.*), o “sentimento de paparicação”¹³ acaba, por provocar reações da parte dos reformadores religiosos, educadores e moralistas, entre eles Montaigne¹⁴, que viam as crianças como selvagens, primitivas e irritantes, e tinham como princípio a idéia de que elas não deveriam ser acarinhadas, atendidas ou amadas. Se os adultos se ocupassem demais com elas, tornar-se-iam mal-educadas, já que esse sentimento de atenção e cuidado produz uma criança frágil e irracional.

Entretanto, a narrativa dos reformadores humanistas e filósofos sobre a educação das crianças, entre os séculos XVI e XVII, falava de uma natureza infantil tal como proposta pelas teorias pedagógicas de Erasmo e de Vives¹⁵. Esses autores humanistas pregavam a substituição paulatina da disciplina rígida e drástica por uma intervenção à base de controle e cuidado, trocando, assim, o castigo por uma vigilância amorosa. Os humanistas afirmavam, também, que a educação da criança deveria iniciar muito cedo, pois sendo ela frágil, maleável, carecendo de razão e inocente por natureza; semelhante a uma cera que poderia ser moldada e retocada necessitava, portanto, de direção e cuidado.

¹³ No Brasil do século XIX se observa a paparicação através do afeto dado às crianças pelas mães e amas negras, que inclusive criaram uma linguagem especial para as crianças pequenas, em que as palavras eram pronunciadas “com especial encanto: dodói, cacá, bumbum, tentem, dindinhi” (Del Priore, 2000, p. 96). Conta-se que isso causou reações, principalmente, dos educadores padres que diziam que, com tantos mimos, as crianças ficariam moles, bambas, amarelas, tísicas e que, portanto, isso acabaria por estragá-las, tendo em vista que, para eles, a boa educação implicava o disciplinamento em forma de castigos, palmadas e beliscões.

¹⁴ Montaigne, *Essais*, II, 8.

¹⁵ Erasmo (*Colóquios*, 1516) e Vives (*Diálogos*, 1571) e outros humanistas substituíram os métodos drásticos de intimidação por intervenções doces e individualizadoras” Varela & Uria (1991, p. 32). Ou seja, por um método disciplinar que possibilite o controle minucioso do corpo assegurando um submetimento constante de suas forças e impondo uma relação de docilidade.

As narrativas da infância entre os séculos XVI e XVIII mostram visões diferentes das crianças, ditas como vis e perversas por uns e como frágeis e dependentes de outros. Especialmente para a criança nobre, há uma exigência de docilidade que a educação escolar produzirá: um ser dócil que “pode ser submetido, [que] pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 1998c, p. 118). Desse modo, toda forma de atendimento às crianças, e não só à criança nobre, todo o controle e vigilância sobre elas, ou seja, todas as formas de governo dos infantis que se produziram a partir daí, se constituem em condições de possibilidade para institucionalização e escolarização massiva da infância no século XIX.

Para Ariès (1981) este novo sentimento não deixa de ser um desdobramento do “sentimento de paparicação”, que vai possibilitar, no século XVIII, o aparecimento de uma pedagogia ‘centrada na vida’ e que respeita o desenvolvimento infantil: da irracionalidade para a racionalidade (o *Emílio*, de Rousseau). Para os moralistas e outros, esse novo sentimento vai implicar numa pedagogia que tem como base o controle físico, a ordem moral e uma rígida disciplina da mente. Tanto uma pedagogia como a outra vão postular o ‘conhecimento da mente da criança’ para melhor adaptá-la à sociedade existente.

O discurso de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) produz um sujeito infantil moderno, educável, controlável e governável. Ao descrever em *Emílio* (1762) um sistema de educação de acordo com a natureza, Rousseau pontua que é preciso dar à criança o que naturalmente lhe pertence, segundo suas ‘potencialidades’ próprias de ser humano ou sua natureza de homem.

Para Rousseau, a educação deve adaptar-se ao movimento natural do desenvolvimento mental da criança, que - através da atividade espontânea - participa da sua própria formação. [...] Ainda mais: as idéias de desenvolvimento mental, de atividade espontânea, de necessidade natural, referidas à criança, inauguram uma nova concepção de infância (Marzola, 1995a, p. 28).

Rousseau não vê a criança como um adulto em miniatura. Pelo contrário, ele a vê como o começo e a origem do adulto. Desse modo, sua narrativa estabelece “um ponto de inflexão no discurso sobre a infância, aproximando-o daquilo que até hoje caracteriza o que é tomado como “o verdadeiro sentido de infância” (Bujes, 2001, p. 58).

As minúcias da sua pedagogia vão desde a prescrição da lactação, a boa alimentação, passando por conselhos sobre como se deve ferver a água de se beber, sobre os princípios de higiene e a importância do banho para a saúde das crianças pequenas, etc., até a interiorização de normas (Rousseau, 1995). A partir do pressuposto de que as crianças têm maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhes são próprias, Rousseau preconiza um modo de educá-las estabelecendo parâmetros de acordo com a sua idade e o seu desenvolvimento. Assim, partindo de Rousseau, pode-se dizer que “as leis que regulam o desenvolvimento poderiam ser utilizadas como mecanismos para regular uma progressão pedagógica que, ao invés de contrariar a marcha do desenvolvimento, se pautaria por ele” (Marzola, *ibid.*, p. 29).

Ao criticar o sistema pedagógico disciplinar despótico, baseado na intimidação, no castigo físico e nas palmadas, Rousseau (1995) apresenta suas idéias sobre a natureza específica e peculiar da criança e as maneiras mais naturais de educá-la, afirmando que:

[...] a humanidade tem seu lugar na ordem das coisas; a infância tem o seu na ordem da vida humana; é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança. Atribuir a cada um o seu lugar e fixá-los, ordenar as paixões humanas segundo a constituição do homem é tudo o que nós podemos fazer por seu bem estar. O resto depende de causas estranhas, que não dependem de nosso poder (p. 62).

Ainda mais: inscreve a disciplina interior numa perspectiva educativa, ou seja, pensa a educação como interiorização das normas. Educar é, então, para Rousseau

(*ibid.*), fazer com que as crianças internalizem um conjunto de regras, a fim de que, a partir da internalização dessas normas, as crianças possam se tornar autônomas.

Sua proposta educacional será caracterizada, então, pela ‘doce vigilância’, uma vigilância que é, sobretudo, uma microvigilância, onde a pedagogia é dispersa em microrregulações sobre os corpos das crianças, seus gestos, sua postura, suas atitudes, sua alimentação, suas brincadeiras, etc.. Esse conjunto de normas disciplinares possibilita a fabricação de sujeitos dóceis e úteis, sem que seja necessário fazer uso de uma educação despótica. As normas de vigilância são descritas magistralmente pelo autor em seu compêndio que é rico, minucioso e perspicaz em detalhes sobre o controle e disciplinamento das crianças.

O disciplinamento da criança está relacionado, portanto, com o moderno estatuto da infância. Este a institui socialmente ligando-a a determinadas práticas familiares e formas de educação produzidas no século XVIII, ou melhor, num momento em que a sociedade Ocidental vive profundas mudanças sociais, com uma progressiva divisão do trabalho e uma crescente urbanização, o que exige a formação de um cidadão. A infância torna-se, então, objeto de um outro olhar e, portanto, de um outro modo de governá-la. De tal maneira, o disciplinamento passa a ser exercido na família e nos colégios, com um controle de cunho cada vez mais rígido e total.

Por conseguinte, a partir do que chama de ‘necessidades naturais’ da criança, tal discurso produz uma microprática cotidiana e difusa, lugar por excelência da positividade do poder. Microprática que traz em seu bojo os significados de uma época¹⁶, suas marcas sociais, ou seja, a historicidade de um tempo, os modos de

¹⁶ Ao tratar dos objetos do discurso Foucault (1995a) mostra que “as superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso” (p. 47). Ou seja, os objetos do discurso têm a ver com a forma, a arquitetura, o como ele foi constituído e o que tornou possível aquele pensamento naquela época.

educação e as formas de subjetivação da Modernidade, fazendo com que *Emilio* se constitua num dos tratados que mais produziu efeitos na psicologia infantil e na pedagogia.

É importante assinalar, ainda, que o *Emílio* é dedicado à educação dos meninos, tendo em vista que o autor concede à *Sofia* somente um pequeno espaço em sua obra. É preciso levar em conta que a época moderna foi constituída a partir do gênero masculino, tomado como padrão de corpo, da beleza, da educação.

Se a ação educativa não pode ferir as exigências da natureza infantil (masculina), uma vez que esta tem características próprias e bem definidas ao longo de sua evolução, Rousseau (1995.) divide as transformações vividas por *Emilio* em: 1) a idade da natureza: criança de peito (de zero a dois anos) e a criança (de dois a doze anos); 2) a idade da força: (de doze a quinze anos); 3) a idade da razão e da paixão (de quinze a vinte anos); 4) a idade do matrimônio (de vinte a vinte e cinco anos). Portanto, a infância transcorria dos dois aos doze anos e o êxito de cada indivíduo na “idade do matrimônio”, no final do percurso, era resultado do êxito vivido em cada um desses estágios. Desse modo, o desenvolvimento da criança passou a ser visto como “um processo evolutivo que ocorria naturalmente, e que não podia ser ensinado, mas que poderia ser cultivado por meio do amor e do fornecimento de um ambiente propício” (Walkerdine, 1995, p. 211). Logo, a educação rousseauiana deverá responder ao modelo de vida natural, higiênica e interior, isto é, responde a cada necessidade da criança e de seu desenvolvimento. Além de ser uma educação individualizada, necessita levar em conta a idade, o sexo e o caráter da criança.

Sem dúvida, pode-se dizer que o tratado de educação rousseuiano é um discurso de verdade que produziu efeitos, tendo em vista que é, principalmente, a partir dele, que os estágios do desenvolvimento passaram a fazer parte das práticas educacionais, produzindo ‘a verdade’ do que pretendem descrever (Walkerdine, *ibid.*). Produzem, assim, um modo de governo e de auto-governo das crianças.

Emilio é, segundo Narodowski (1993), a expressão consagrada da infância moderna: “a criança é, na obra, definida e delimitada até o óbvio. Infância como novo fenômeno: por um lado, objeto de estudo, campo de significados acerca das características da mesma, mas por outro, potencial aplicável, desenvolvimento social, ação educativa” (p. 29).

Com Rousseau (1995), a criança adquire definitivamente o estatuto de indivíduo infantil. E esse modo de individuação da criança é produtivo, como bem aponta Foucault em *Vigiar e Punir* (1998c). Ou seja, quanto mais anônimo e funcional se faz o poder, mais ele individualiza aqueles sobre os quais se exerce. A criança individualizada é produzida como um objeto a ser escrutinado a partir de técnicas e disciplinas que sobre ela são exercidas pelos dispositivos e aparelhos institucionais.

Pode-se ainda destacar que a educação recomendada por Rousseau envolve, como afirma Donald (2000), “não a coerção ou instrução, mas o artifício e a manipulação de uma liberdade bem-regulada. Esta regulação exige a definição de uma autoridade externa à qual a criança (o cidadão) está sujeita e, contudo, que a autoriza a agir como um agente livre” (p. 71).

Em suma, com seu modo de ver e dizer a criança, Rousseau propõe o esquadrinhamento do seu desenvolvimento, dividindo-o em fases a serem percorridas ao longo da vida. Sobre o corpo da criança vai incidir uma série de disciplinas e o objetivo dessa tecnologia disciplinar é fabricar um corpo dócil, dividido em partes, seccionado em unidades que, tomadas separadamente e submetidas a um treinamento preciso e calculado, asseguram o controle e a eficiência da operação sobre as partes e sobre o todo (*ibid.*). É esse pensamento que vai se tornar hegemônico na família e na escola, a partir da emergência da psicologia experimental no final do século XIX, produzindo práticas pedagógicas e psicológicas que perduram até os dias atuais.

Assim, as idéias de Rousseau e dos iluministas século XVIII, bem como a dos reformadores sociais e dos filósofos dos séculos XVI e XVII, ao criarem uma infância

com características e sensibilidades próprias, produzem um novo modo de educar as crianças. A noção de indivíduo único e singular e a passagem para a idade adulta através do desenvolvimento da razão constituem-se em modos de regulação e normatização do ser educado moderno.

Emergência da família

Foucault (1990, 1997a, 1998b, 1998c) entende governo em seu sentido amplo de técnicas e procedimentos destinados à condução de um Estado, de uma casa, da alma, do si mesmo. É, portanto, neste sentido que “a família vai tornar-se instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população” (Foucault, 1998b, p. 289).

Ao tratarem da história da família, muitos historiadores¹⁷ concordam que foi por volta de 1750 que se completou um processo que teve início no final da Idade Média, com o fim do sistema de linhagem e de clientela que predominava na Europa, vinculado à estrutura feudal. A instituição chamada ‘família moderna’ emerge e se torna hegemônica no Século das Luzes. Tal família funda-se na transmissão da herança e na manutenção da propriedade, tendo como princípio o casamento¹⁸. A defesa dos bens e das pessoas, assim como todas as questões que dizem respeito à família, foram atribuídas a seu chefe. Torna-se ‘natural’ que o homem a comande, tendo em conta que é visto como responsável política, jurídica e economicamente por ela. Essa nova forma de família congrega pais e filhos, e é ela que se solidifica e que

¹⁷ A respeito da história da família moderna ver: Philippe Ariès. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979; Jacques Donzelot. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986; Mark Poster. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979; Laurence Stone. *The family, Sex and marriage in England 1500-1800*. London, Pelican Books, 1979, entre outros.

¹⁸ Ver em Foucault, *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*.

precisa arcar com os cuidados, a higiene e a limpeza do espaço doméstico, bem como com a sustentação moral de todos os seus membros. A partir do século XVIII, a família tornar-se “um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo, que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança” (*id.*, p. 199).

A invenção da infância produziu mudanças no ambiente social doméstico. Essas mudanças materializaram-se nos espaços internos das casas, redistribuindo-os. Na França moderna, por exemplo, as famílias são recolhidas para longe da rua, da praça e da vida em comunidade, passando com isso a terem maior privacidade e ficando também ‘protegidas’ dos intrusos da rua. A casa passa a ser o espaço de responsabilidade da família, que deve manter os indivíduos em seus lugares, em suas peças e em seus leitos. Contudo, é necessário esclarecer, como o faz Varela (1991), que a captura das crianças para dentro de suas casas varia conforme a classe social. No caso da Espanha, esse confisco vai se dar, principalmente, na família cristã, que se fecha cada vez mais sobre si mesma e “se distancia do ruído da rua e de uma vida na comunidade mais ampla, começando a preocupar-se com a educação e com o futuro dos seus filhos, organizando sua vida em torno deles e passando a controlar seu número” (p. 60)¹⁹. A criança passará a ser vigiada em casa e sua moradia será projetada num espaço que facilite suas brincadeiras, mas, sobretudo, o controle e a vigilância não só de seus movimentos, mas também do que diz respeito a seu sexo, tendo em vista que o sexo das crianças está ligado a uma questão familiar. Ou seja: a família moderna, segundo Foucault (1997b), não tem o papel de excluir ou reprimir a sexualidade e sim de “fixá-la e constituir seu suporte permanente” (p. 102).

A criança burguesa faz parte da célula familiar que se desenvolveu a partir do século XVIII, segundo Foucault (*ibid.*), em duas dimensões fundamentais: o eixo marido-mulher e o eixo pais e filhos, criando-se, assim, os principais dispositivos de

¹⁹ Minha tradução.

sexualidade da época moderna. Dentre eles, os dispositivos específicos de saber e poder sobre o sexo: a histerização do corpo da mulher (regulação da fecundidade); a pedagogização do sexo da criança (guerra contra o onanismo); a socialização das condutas de procriação (controle dos nascimentos); a psiquiatrização dos perversos (normalização e patologização das condutas).

As relações dos sexos produziram também na sociedade um dispositivo de aliança: “sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens” (Foucault, 1997b, p. 100). Esse é, para Foucault (*ibid.*), um dispositivo baseado em sistemas de regras que indicavam o que era proibido ou permitido, prescrito ou ilícito. Objetivava não só reproduzir as tramas das relações e manter as leis, mas também manter o vínculo entre parceiros com *status* social. O dispositivo de aliança articula-se com a economia (circulação das riquezas) e ordena o corpo social, ou seja, as leis, o direito, a reprodução. É em torno dele que se instala o dispositivo de sexualidade.

O desenvolvimento dos principais elementos do dispositivo de sexualidade atinge “o corpo feminino, [a] precocidade infantil, [a] regulação dos nascimentos e, em menor proporção, sem dúvida, [a] especificação dos perversos” (*id.*, p. 102). Assim, a família, a partir do século XVIII, passa a ser o local obrigatório de afetos, sentimentos e, também, onde “os pais, os cônjuges, tornam-se, [...] os principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apóia nos médicos e pedagogos, [e] mais tarde nos psiquiatras” (*id.*, p. 104). Ou melhor, em todos os especialistas que deverão tratar do “longo lamento de seu sofrimento sexual” (*id.*, p. 105).

É a partir da família que, segundo Foucault (1998b), a política-médica do século XVIII, é organizada, em todos os países da Europa, visto que ela é considerada como a instância “primeira e imediata da medicalização dos indivíduos” (p. 200). Este é, pois, um tempo de família medicalizada-medicalizante. Por outro lado, a ligação entre o médico da família e a mãe burguesa faz emergir uma aliança que instala, segundo

Donzelot (1986), “o fechamento da família contra as influências negativas do antigo meio educativo, contra o método e os preconceitos das serviçais, contra todos os efeitos das promiscuidades sociais, [...] contra as estruturas de ensino, a disciplina religiosa, o hábito do internato” (p. 23-24). Sobre essa forma de vigilância há, segundo o autor (*ibid.*), uma grande quantidade de escritos, principalmente no que diz respeito à educação e medicação das crianças, tais como tratados médicos²⁰ que impunham uma doutrina e conselhos educativos sobre sua criação. Emerge a figura do médico de família, sendo a mãe a responsável pela execução do que era prescrito pelo médico.

Quanto às mães das classes mais pobres, não consideradas como interlocutoras dos médicos, será o Estado que tomará conta de suas crianças, substituindo, por vezes, os cuidados das mães e ampliando sua política de assistência. Desse modo, para que as crianças pobres fossem atendidas em sua saúde, criara-se a roda dos expostos²¹.

²⁰ Ler Jacques Donzelot. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 15.

²¹ A roda dos expostos do Brasil seguia o modelo Português, recebendo e mantendo, inicialmente, crianças de zero a sete anos. Entre 1726 e 1855 foram criadas rodas dos expostos em todo país: Rio Grande, Florianópolis, Paranaguá, Rio de Janeiro, Cuiabá, Vitória, Salvador, Recife, Fortaleza, São Luís e Belém, com a finalidade de recrutar os meninos que ali viviam, para trabalharem nos arsenais ou navios mercantes. Esses meninos marinheiros foram inclusive recrutados como aspirantes à vida naval, sendo que a vida dessas crianças nos estaleiros era extremamente dura, tendo em vista que enfrentavam brigas, xingamentos, chibatas, além de uma alimentação precária. Assim, meninos entre nove e doze anos foram também recrutados para a Guerra do Paraguai, para servirem de serviçais e criados ou para ajudar no manejo de velas e abastecimento de armas com cartuchos e pólvora. Portanto, foram eles que ajudaram os aliados a vencerem a guerra (Del Priore, 2000). Eram esses meninos que faziam parte da grande família que compunha o “batalhão da esperança” (meninos da Marinha Brasileira), que tiveram os cuidados do Estado, sendo que o mar era sua casa, sua vida, sua escola.

Governo das populações e da espécie

Na Grécia clássica, a família foi o modelo da arte de governar, a partir de uma economia entendida como gestão da casa. Da metade do século XVIII em diante, a arte de governar constitui-se num dispositivo privilegiado para o governo das populações. A população, como mostra Foucault (1998b), “aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo [...], como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo” (p. 289). A emergência do governo da população torna visível os grupos que a compõem e, portanto, a sua fragmentação. A infância é um desses grupos. Objetivada, permite pensar e agir sobre ela. Criam-se técnicas que a sujeitam (de uma determinada forma) e a controlam.

O governo das populações se materializa numa ingerência sobre a natalidade, a mortalidade e os fluxos populacionais. Abre-se, assim, o que Foucault (1997a) designa como a era de um *biopoder*, a era de uma economia política da vida, ou de uma *biopolítica*.

Em seu curso sobre o nascimento da *biopolítica*, ministrado em 1978-79, Foucault (Foucault, 1997a) entendia por este termo a forma com que, a partir do século XVIII, se tentou racionalizar os problemas que eram propostos à prática governamental e, próprios de um conjunto de seres vivos constituídos como população: saúde, higiene, natalidade, raças, etc. Questionava-se: como se pode ter em conta o fenômeno ‘população’, com seus efeitos e problemas específicos, em um sistema preocupado com o respeito aos sujeitos de direito e com a liberdade de iniciativa dos indivíduos? Em nome de quem e segundo que regra se pode administrar? Estas questões políticas e econômicas ocupam um lugar de destaque no pensamento filosófico, desde o século XIX até os dias atuais.

Os princípios e métodos de racionalização do exercício de governo como economia máxima serão debatidos pelo liberalismo, sendo que a tecnologia

governamental *Polizeiwissenschaft*, desenvolvida pelos alemães no século XVIII, é uma forma de tecnologia dominada pelo princípio da ‘razão do Estado’. É, pois, ‘completamente natural’ que se considerem os problemas da população e essa deve ser a mais numerosa e ativa possível para que se fortaleça o Estado: saúde, natalidade, higiene, etc., encontram aqui um lugar importante. Dessa maneira, o liberalismo é atravessado pelo princípio de ‘governo demasiado’, um governo que é visto em si mesmo como ‘excessivo’.

O pensamento inglês, do século XVIII e primeira metade do século XIX, se caracterizou pelos usos múltiplos do liberalismo. O liberalismo foi produzido como um instrumento de uma governamentalidade à qual se opõe e cujo abuso quer limitar. Deste modo, encontramos o liberalismo como um esquema que regula, de diferentes mas simultâneas formas, a prática governamental. O liberalismo foi, assim, uma forma de reflexão crítica sobre a prática governamental, vinda do interior ou do exterior, podendo se apoiar numa determinada teoria econômica ou se referir a um determinado sistema jurídico sem vínculo necessário e unívoco.

Segundo Foucault (1997b), a regulação, a vigilância e a disciplina dos corpos fazem parte dos dois pólos em que se organiza e desenvolve o poder sobre a vida na época moderna. Um pólo centrou-se no corpo como uma máquina, caracterizado pelo desenvolvimento das disciplinas: “uma anátomo-política do corpo humano” (p. 131). O segundo pólo focalizou-se no corpo espécie, na população como um todo, cuja supervisão foi efetuada por “toda uma série de intervenções e controles reguladores” (*ib.*) e por toda uma série de investimentos em técnicas diversas e numerosas, que tinham a finalidade de obter a sujeição dos corpos e o controle das populações. Tudo isso marca o começo dessa nova era: a do *biopoder*. Por conseguinte, “o investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento” (*id.*, p. 133). Enquanto esses dois pólos - o do controle do corpo e o do controle da espécie - se desenvolvem paralelamente, no século XVIII, no século XIX eles foram reunidos numa preocupação com o sexo.

Passa-se, a partir da metade do século XVIII, a investir sobre a vida, a exaltá-la. É esse poder sobre a vida que se desenvolve tanto no ‘corpo máquina’ como no ‘corpo espécie’. O ‘corpo máquina’ passa a ser adestrado, treinado, para retirar-lhe o máximo de suas forças, integrando-o aos sistemas econômicos. Um ‘corpo máquina’ cujo funcionamento potencializado é assegurado por procedimentos de poder próprios das disciplinas.

Uma ‘anatomia política’ do corpo humano define e descobre, então, o campo de estudos que se chama ‘corpo político’. Foucault (1997b) salienta que a anatomia política descobre a positividade do poder, o poder como produtor, e mostra como este poder existe não para repreender, interditar ou proibir, mas muito mais como uma relação de produção. A anatomia política é, portanto, uma economia política do corpo, na medida em que os efeitos de poder investem-se sobre o corpo vivo e o sujeitam, ou seja, o produzem como um tal sujeito. A anatomia-política trata do corpo político como

um conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforços, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber (Foucault, 1998c, p. 27).

Segundo Foucault (*ibid.*), a anatomia política se constitui segundo o poder, o corpo e o saber. Produz cada vez mais o corpo político, que é a relação das relações, e um saber que não decorre de nenhum sujeito de conhecimento, mas das relações de poder investidas no corpo. Poder que produz corpos submissos, dóceis e úteis para os desígnios do governo,

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula, o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica de poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros [...] para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (*id.*, p. 119).

O poder sobre a vida centra-se, então, no corpo-espécie. Para Foucault (*ibid.*), “no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos” (p. 131). E esse poder se exerce através de técnicas que, ao serem constituídas no século XVIII, foram chamadas de polícia²², ou seja, as técnicas diferenciadas que dizem respeito aos métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação: dos mecanismos de segurança e ordem ao crescimento econômico (das riquezas) e às condições de manutenção da saúde e higiene.

Ciências Humanas

É a necessidade de conhecer as populações para melhor administrá-las, que faz emergir, no século XIX, um tipo específico de saber: o das Ciências Humanas²³. Como afirma Machado (1998b), “das técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo específico de saber: as ciências humanas” (p. XXI). As Ciências Humanas, com suas tecnologias disciplinares objetivam compilar dados sobre o ‘corpo máquina’ e o ‘corpo espécie’, organizar dossiês, empreender pesquisas,

²² “A palavra ‘polícia’ era usada para assegurar uma continuidade descendente entre o governante do estado e suas populações. Na Idade Média, governar era uma atividade extrínseca: o poder do Príncipe consistia em proteger seu principado geograficamente; a questão da regulação das almas e da preparação para a vida eterna era deixada à Igreja. No século XIX, o significado de governar envolvia o Estado na regulação e coordenação de práticas de comportamentos e disposições individuais. O complexo de instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que definem as pessoas como populações torna-se importantíssimo para a arte de governar. A idéia de contrato social passa a ser uma forma de definir o compromisso mútuo de governantes e sujeitos” (Popkewitz, 1999, p. 187).

²³ “O homem adquire funções definidas no interior da *epistème* moderna: é ao mesmo tempo objeto e sujeito desse saber. Essa dupla função permite pensar o nascimento das Ciências Humanas em termos de representação do homem como sujeito e objeto de si mesmo. A faculdade de conhecer a si mesmo, por isso, surge como uma representação criada pelas ciências do homem” (Egydio, 1994, p. 4).

a fim de torná-los cada vez mais passíveis de regulação e controle. Esses corpos passam a ser, então, um objeto a ser analisado em cada uma das suas partes, para que estas sejam submetidas a um treinamento específico, preciso e calculado, em suma, científico.

As Ciências Humanas objetivam produzir conhecimentos para o melhor governo das populações. A necessidade desse conhecimento, por parte do governo, é que as institui. Sua produção histórica é uma questão central no pensamento e nas investigações de Foucault, preocupado que está com a emergência da sociedade disciplinar. A partir dos saberes produzidos pelas Ciências Humanas é que se desenvolvem as ações sobre o corpo, a normalização do prazer e a regulação das condutas.

As Ciências Humanas, enquanto um dispositivo de governo, objetivam o sujeito: o sujeito torna-se objeto, e objeto de si mesmo. Ou seja, o objeto é o próprio sujeito, de tal forma que o sujeito é ao mesmo tempo o que conhece e o que é conhecido. Ao se constituírem como um discurso que objetiva o sujeito, torna-se necessário, para as Ciências Humanas, “definir aquilo de que fala, dar-lhe o *status* de objeto - ou seja, de fazê-lo aparecer, de torná-lo nomeável e descritível” (Foucault, 1995a, p. 47). Acontece, então, um descentramento do sujeito do conhecimento, já que ele é, ao mesmo tempo, o objeto a ser conhecido, observado, descrito, registrado, esquadrinhado em seus mínimos detalhes, através das diferentes disciplinas e de suas tecnologias. Segundo Fendler (2000), as Ciências Humanas constituíram-se como ‘disciplinas’ do saber, intimamente ligado à expansão das tecnologias disciplinares. Tais disciplinas ao entrecruzarem a sujeição com a objetivação, funcionam como técnicas que têm como meta a fabricação de indivíduos dóceis e úteis para a sociedade.

É a vontade de poder que multiplica o número de instituições de disciplina e, também, os modos pelos quais se pode disciplinar os aparelhos já existentes. Instituições disciplinares, como a escola, se expandem através de grupos religiosos, de

associações beneficentes, da mídia, etc., com o intuito de regular e controlar as populações. Aparelhos, como a escola, são criados para,

permitir vigiar [também] os pais, informar-se de sua maneira de viver, seus recursos, sua piedade, seus costumes. A escola tende a constituir minúsculos observatórios sociais para penetrar até nos adultos e exercer sobre eles um controle regular (Foucault, 1998c, p. 174).

Esses mecanismos disciplinares de vigilância e controle da criança produzem a infância moderna como objeto de poder/saber. Portanto, esse sujeito infantil é produto e efeito da disciplina, com sua subjetividade fabricada pela docilidade e utilidade inscritas em seu corpo. A escola, enquanto instituição disciplinar, tem por função produzir “uma individualidade que corresponda às expectativas de uma acumulação e gestão útil” (Fonseca, 1995, p. 75).

A partir dos discursos das Ciências Humanas, a infância será dita, descrita, analisada em minuciosos detalhes. Ou seja, para conhecer o seu objeto - sujeito, as Ciências Humanas produzem técnicas (formas de conhecer) que o esquadriham e detalham: técnicas de observação, de descrição, de classificação, de distribuição, de homogeneização, etc., segundo determinada norma. É nesse sentido que a diferença - aquilo que fica fora da norma, o heterogêneo - passa a ser considerada como uma anomia que precisa ser normatizada, incluída na regra, integrada na ordem, já que ninguém pode ser excluído (da norma, da ordem).

A constituição histórica das Ciências Humanas, nas investigações foucaultianas (1999b), mostra que as ações sobre o corpo, a normalização do prazer e a regulação do comportamento pretendem separar, redistribuir, avaliar, hierarquizar, comparar, penetrar nos gestos e no comportamento dos homens, a fim de torná-los cada vez mais passíveis de manipulação e controle.

Ao serem objetivadas, as crianças são capturadas pelos discursos que as nomeiam, são sujeitadas às diferentes normas e leis produzidas pelos saberes das

Ciências Humanas, por seus discursos de ‘verdade’. Estes ditam e prescrevem as normas de uma modernidade pressuposta pelo Iluminismo, as quais correspondem as questões da governamentalidade (Popkewitz, 1999).

É, então, nas Ciências Humanas que a infância se funda num espaço normativo, já que a individualização normativa não tem exterior, todos nela se encontram (Ewald, 1993). Ou seja: é na normatividade das Ciências Humanas que estão inscritos os processos de individuação dos sujeitos infantis. Contudo, afirma Foucault (1998b), não é todo saber que individualiza, mas um tipo específico de saber constituído pelo discurso dos *experts*: o discurso médico, psicológico, sociológico, etc. E será esse saber, materializado em práticas discursivas e não discursivas, que produzirá o encerramento dos loucos no hospital psiquiátrico, dos delinquentes na prisão, das crianças na escola. A Modernidade pode, assim, operar definitivamente o distanciamento entre o mundo da infância e o dos adultos. Assim, diferenciada e individualizada, a infância passa a ser alvo de intervenções econômicas, de campanhas morais e de escolarização.

Para Foucault (*ibid.*), somente as ciências denominadas humanas poderiam sistematizar saberes e poderes capazes de normalizar a ‘infância’, ‘o sujeito infantil’. Dela emergem conceitos, normas e tecnologias para medir, julgar e qualificar o infantil como sujeito. Tecnologias, como o exame, fazem com que os sujeitos produzidos sejam avaliados por médicos, terapeutas, que se utilizam de padrões para os classificar, hierarquizar, homogeneizar, etc. .

Decorrem das Ciências Humanas os estudos atuais acerca da infância (Ariès, 1981; Postman 1999, etc.), os quais produzem a criança como um sujeito universal, estável, unificado, homogêneo. Poucos estudos sobre a infância têm mostrado a criança com uma imagem espacializada, descentrada, múltipla, nômade, episódica em lugares e épocas particulares. Daí Popkewitz; Brennan (2000) acentuarem que

As contingências históricas e as múltiplas fronteiras em que, por exemplo, estão construídas [as noções de] raça, classe e gênero, não têm origem singular nem características universais, senão que estão construídas em campos relacionais que são fluídos e multidimensionais (p. 33).

Institucionalizando as infâncias

No que diz respeito ao estatuto de infantil, tanto Postman (1999) quanto Ariès (1981) afirmam que, desde o século XV, e principalmente a partir do século XVII, se assiste ao desaparecimento do adulto-pequeno e sua lenta substituição por um novo indivíduo da prática institucional. Prática esta que se dá a partir da desqualificação da aprendizagem da criança realizada em meio aos adultos e no contato com eles. Prática de um dispositivo de enclausuramento dos infantis nos colégios, a que “se dá o nome de escolarização” (p. 11). Assim, na medida em que as crianças passam a constituir, na Modernidade, uma população específica - a infantil - que precisa ser governada de uma forma particular, ou seja, na medida em que são identificadas como infantis, separadas dos outros grupos etários, impõe-se a obrigação de administrá-las e, para isso, a necessidade do conhecimento das suas especificidades.

Finkelstein (1992) afirma que a emergência de modos de criação das crianças passa a exigir dos pais atenção constante na regulação dos seus filhos, através de um controle detalhado de suas ações. Para que esse tipo de governo das crianças funcione, múltiplas práticas disciplinares, tais como o exame, os métodos de ensino e as pedagogias, regulam as várias fases do seu crescimento, constituindo um dispositivo que possibilita que as crianças sejam submetidas à medição, decifração, comparação, hierarquização, classificação. Para Foucault (1998b), esse dispositivo disciplinar tem uma função estratégica e é heterogêneo pois, trama falas, normas, leis, regulamentos, cientificidade, moralidade, filantropia. “Em suma, [trama] o dito [...]. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (p. 244).

O dispositivo disciplinar funciona, na escola, através das pedagogias disciplinares implicadas em “novas relações de poder, que são tanto menos visíveis, quanto mais física e materialmente estão presentes e quanto mais vinculadas estão ao processo de aprendizagem” (Varela, 1995, p. 44). Tais pedagogias produzem uma organização pedagógica do espaço e do tempo, e uma individuação dos alunos. Produzem, também, uma maximização da energia e força dos corpos das crianças, tornando útil e econômico o tempo e os movimentos de cada indivíduo. As pedagogias disciplinares fundam, portanto, a partir do século XVIII, uma nova configuração do espaço e tempo escolares, a qual produz um outro modo de subjetivação.

Nas tecnologias disciplinares, como mostra Foucault (1998c), cada indivíduo tem de estar num lugar “e em cada lugar, um indivíduo” (p. 123), constituindo um espaço quadricular. Esse espaço deve se dividir em tantas partes quantos forem os corpos a repartir, para que se possa, em um momento, isolá-los e localizá-los. Disciplinarmente organizadas em ‘celas’, ‘lugares’ ou ‘fileiras’, as crianças passam, então, a compor um ‘quadro vivo’.

Para o autor (*ibid.*), foram os colégios de ordem religiosa e os quartéis que começaram a investir nas tecnologias disciplinares. Por exemplo, os colégios dos jesuítas dão início à configuração de um espaço disciplinar onde cada aluno ocupa um posto, um lugar, uma série, uma idade. Certamente tudo isso possibilita enquadrar tanto o processo de aprendizagem quanto o comportamento de cada aluno. Essa forma de organizar o espaço escolar também permite que o professor trabalhe simultaneamente com todos os alunos, ao invés de atendê-los individualmente ou em grupos, como nas antigas ‘classes’. A disciplinarização emergiu para “identificar as subdivisões dentro das ‘escolas’ [...] usadas para controlar os professores e as crianças, de forma que eles pudessem [ensinar e] aprender assuntos difíceis em tempo recorde” (Hamilton, 1992, p. 40-41).

As pedagogias disciplinares fazem com que cada um possa controlar o outro, e, também, controlar a si mesmo. O espaço escolar passa a ser uma máquina de “ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (Foucault, 1998c, p. 126). Sob esse regime, as relações pedagógicas, enquanto relações de poder, produzem “o sonho panóptico” de Bentham²⁴, dispositivo que se funda no princípio da inversão da visibilidade. Ou seja: nos primórdios da Modernidade, a luz era posta sobre o soberano como espetáculo do poder. No panóptico um olhar permite ver tudo sem ser visto e leva cada um a pensar que está sempre sendo visto e vigiado por esse olhar. Desse modo, o modelo panóptico de Bentham foi transformado, por Foucault, no dispositivo da sociedade disciplinar.

Dispositivos panópticos de vigilância, tais como “rodas, patíbulos, cerimônias e rituais, representações pretensamente imateriais, mas também pedras, muros, espaços, olhares, fichas, escritas, livros, homens com seus corpos e suas almas, com seus saberes e suas ciências” (Ewald, 1999, p. 44-45), ampliam-se e se fazem presentes em todos os espaços sociais, materializando e potencializando a vigilância sobre todas as ações dos homens. Assim, a sociedade Moderna Ocidental é regida pela transparência e visibilidade, ou seja, constitui-se como uma “sociedade de cristal”, na qual o olhar quadricula o espaço e historiciza o tempo (Varela, 1995, p. 43).

²⁴ O panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. “O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro uma torre: esta vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário, ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível” (Foucault, 1998c, p. 165-166).

Pode-se dizer, então, que a infância é, desse modo, esquadrinhada, desarticulada e recomposta numa maquinaria que a fragmenta em corpo e mente, cria espaços específicos para sua educação, controla seu tempo, produz um corpo particular de teorias e especialistas com suas tecnologias específicas. O espaço constituído para a educação da infância é a escola, que passa a funcionar como uma máquina que se funda na fórmula do panoptismo e que funciona, portanto, restringindo o espaço pela ordenação e seriação do tempo.

Nesse espaço escolar, o professor se constitui como a autoridade que disciplina as crianças. Assim, não se pode deixar de chamar a atenção para as pedagogias disciplinares que sempre estiveram associadas a formas sutis e não explícitas de controle e vigilância das crianças. Ou seja, aquelas pedagogias disciplinares que Bernstein (1996) chama de “pedagogias invisíveis”, mais conhecidas como “pedagogias centradas na criança”, e que produzem a regulação e o controle das crianças em práticas sutis. Interessa ainda ressaltar a relação entre regulação e conhecimento que se dá na escola, tendo em vista que essa “relação permite perceber como o conhecimento é refratado pelo poder político em determinadas conjunturas históricas, produzindo, assim, mudança nos padrões de regulação” (Marzola, 1995, p. 166).

É sobre o corpo das crianças que se exerce um poder pautado na função reguladora da educação, e que vai desde a imposição das normas até a internalização do soberano através do disciplinamento de si mesmo. Sua eficácia funda-se num modo de compreender a vida das crianças, dividindo-a em etapas “com estatuto próprio, especificidades definidas, necessidades pré-determinadas” (Barbosa, 2000, p. 106), produzidas por uma prática discursiva que visa governar a infância de uma determinada forma.

A partir do século XIX, a escola passa a ser o local por excelência da educação e da aprendizagem das crianças, o meio privilegiado para a sua formação. A

constituição da escola dá-se, assim, em estreita relação com a constituição de uma família que se alia a escola para produzir, cada vez mais, a educação de seus filhos. Desse modo, a “necessidade de regulação estatal e de controle das famílias [...] vem explicar o surgimento de práticas de educação [...] e a definição de espaços próprios para educação de seus filhos” (Bujes, 2000, p. 29). Transfere-se à escola aquilo que antes era de domínio da família, ou seja, ensinar as crianças a ler, a escrever, prepará-las para o trabalho, formar sua conduta e sua moral. A emergência da escola acaba, assim, por produzir diferentes estruturas de controle das crianças (Marzola, 1995), impondo uma pauta de regulação que é institucionalizada através de processos de mudanças.

Segundo Fendler (2000), as tendências das reformas pedagógicas atuais evidenciam que não é mais suficiente o professor assumir a tarefa de formar o intelecto e regular o comportamento dos alunos, já que os objetivos educacionais exigem que os estudantes sejam ‘motivados’ e ‘incentivados’ pelos professores, o que faz com que a tarefa destes seja a de ensinar o ‘desejo’ de aprender. A autora (*ibid.*) dá, como exemplo de tecnologia do desejo, as normas de “controle metacognitivo [...], as aprendizagens reflexivas e autobiográficas [...], os enfoques construtivistas, etc.” (p. 71). Com elas, ensina-se ao educando vontades e desejos.

Na Modernidade, portanto, o governo das crianças passa pela demarcação de um significado de infância, pelos processos de individuação e objetivação, por sua institucionalização e escolarização, a partir dos regimes de verdade instituídos pelas Ciências Humanas. Essas verdades sobre a infância, contudo, não são fixas: são provisórias e espaciais e, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, têm sofrido transformações. Será o fim da infância ou um *novo* começo para ela?

Parte II: No papel

Agora sim! Uma revista só para meninas, feita por meninas, especialmente pra você curtir e colecionar!

Super Menina! Veio para ser companheira das garotas espertas e inteligentes. Vai ser sua amiga de todas as horas. Para você se divertir sozinha, com suas colegas e até com os meninos.

A gente já chega nesse número 1 arrebatando! Trazendo tudo sobre as Chiquititas, a nova mania nacional! E muitas outras novidades sobre meninas incríveis como a Sandy, a Mônica, a Angélica, a Eliana e muito mais!

Você vai ficar por dentro de tudo que está rolando. Aprender novas brincadeiras. Ganhar fotos de seus maiores ídolos. Ler dicas de livros legais, música, vídeo, moda, brinquedos e muito mais. Tudo feito no maior capricho por uma turma tão animada quanto a da Mili: Cris Siqueira, Malu Dias, Cris Monti e Milla Camargo.

Você também vai ganhar novas amigas. Vai ficar conhecendo, por exemplo, a Luísa, através do diário dessa garota que, como você, tem muita coisa pra contar.

E principalmente, vai poder falar tudo que quiser! Fazer qualquer pergunta, qualquer pedido, mandar recados para quem você gosta. Melhor de tudo: você pode sair na revista com sua foto junto da sua cartinha! (*Super Menina*, n. 1, 1997).

Capítulo 2: Corpos no papel

Diferentes práticas disciplinares foram estudadas por Foucault (1998c), como por exemplo, a escola, os quartéis, os hospitais, etc. No caso desta tese, me deterei no estudo da emergência do corpo feminino no papel e, conseqüentemente, nas revistas femininas, onde se observa à produção de determinadas práticas disciplinares que agem sobre esses corpos. É também na indústria fotográfica e de cosméticos que se impõe um modo de governo de si, atravessado pelo poder econômico, o de geração e o do embelezamento feminino. Nas revistas, as ‘divas’ do cinema e, atualmente, as atrizes são mostradas como modelos a serem seguidos e almeçados por todas as mulheres e meninas, produzindo-se assim, um padrão ‘único’ e ‘universal’ de beleza feminina: o das atrizes belas.

O corpo da mulher e, portanto, o da menina vai sendo apresentado nas páginas das revistas de modo cada vez mais vasculhado e detalhado, de modo a permitir um tipo de ação para cada parte, na busca da transformação e ‘perfeição’. Isso nos lembra Foucault (2000b), quando diz que “o corpo [...] e tudo o que se refere ao corpo: a alimentação, o clima, o solo – é o lugar da *Herkunft* [proveniência]: no corpo se encontra o estigma dos acontecimentos” (p. 267).

As revistas inscrevem, então, nos corpos femininos, os acontecimentos de seu tempo. Assim, o foco deste capítulo é, especificamente, a produção, no e pelo discurso das revistas femininas infantis brasileiras, do ‘ser menina’ na atualidade. É importante ressaltar que não se trata de uma análise lingüística ou mesmo semântica do discurso. O termo discurso, aqui, é usado no sentido de Foucault (1995a), ou seja, “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (p. 56).

Para dar conta de como se constituem tais discursos, ou seja, de como o sexo feminino se torna objeto a ser exposto no papel, vou me valer dos estudos de Traversa

(1997) e Faux (2000) sobre como os corpos das mulheres são mostrados nas revistas, nas fotografias e anúncios publicitários.

Segundo Traversa (1997), já em 1840 circulavam, em Londres, anúncios acerca do *Pear Soap*. O crescimento da venda desse produto estava associado às medidas sociais de controle e engenharia sanitária: no conjunto sanitário da população, o sabão passará a ser o complemento, modesto, mas indispensável das práticas de higiene. O consumo do sabão passa a ser, então, um dos instrumentos utilizados como controle das práticas de higiene cotidiana da população. Para o autor (*ibid.*), o uso dos sabões medicinais, unguentos e pomadas constituíam, no final de século XIX, a maior parte dos anúncios publicitários. Estes produtos não tinham apenas a função de produzir ‘efeitos medicinais’ nos corpos dos indivíduos, mas buscavam, sobretudo, ‘curar a feiúra’.

No ano 1899, já eram expostos cartazes publicitários com anúncios de tinturas para cabelos, que se aproveitavam dos avanços da química. De alguma forma, esses discursos foram incrementados, ainda mais, pelos ‘descobrimientos’ de Louis Pasteur (1822-1895). Em 1904, criam-se fórmulas de sabão de potássio “que associavam óleo de cabra e óleo de oliva” (Chahine, et al., 2000, p. 88), tendo em vista que, no início do século XX, as pessoas se lavavam muito pouco. Em Paris, se reconhece o mérito ‘das águas’, embora sempre prevenindo que essas poderiam “afrouxar as carnes, descolorir a pele, provocar esterilidade e entristecer o humor” (*ib.*), o que fez com que, nos Estados Unidos, o uso da banheira passasse a ser proibido por lei.

Neste mesmo ano de 1904, a beleza das mulheres é produzida na França, por anúncios nas primeiras edições das revistas parisienses: *La mode pour tous*, *Le petit Écho de la mode*, *Les modes*. Nelas, são ‘revelados’, também os segredos de beleza e dos cosméticos domésticos, incluindo receitas divulgadas entre as senhoras que se arriscavam a usá-las. “As mulheres trocavam fórmulas de cataplasmas e vinagres de plantas para fazer desaparecer rugas, marcas de varíola ou acne” (Chahine, et al, 2000,

p. 92). Assim, as revistas da década de 1900, traziam reclames enaltecendo de produtos de beleza e cuidados cotidianos: as mulheres poderiam fazer uma loção “à base de pepino e uma máscara de escalope de vitela mantida toda noite por bandagens, que prometiam à tez um brilho incomparável” (*id.*, p. 83).

Traversa (1997) mostra que no início do século XX, por volta de 1918, são publicados anúncios que mostram as novidades no que diz respeito aos produtos fabricados com a finalidade de ‘edificar’ a beleza feminina. Para este autor, isso constitui uma das condições de possibilidade para o aparecimento dos corpos femininos nas revistas. É interessante observar que, quando estes corpos surgem em suas páginas, aparecem, primeiramente, apenas algumas ‘partes’, ou seja, as superfícies do corpo começam a ser mostradas por partes e liberadas para o ‘espetáculo público’. As mulheres passam a ser as ‘vedetes’ das publicações. Principalmente nas revistas, elas são produzidas como parte de um ‘espetáculo’ que “não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (Debord, 1997, p. 14). Ou seja, é um ‘corpo espetáculo’ que chega à mídia na sociedade ocidental, como um objeto que se impõe frente aos demais objetos a serem promovidos.

A ‘espetacularização’ do corpo feminino nas revistas ocorre paralelamente aos anúncios de produtos de tratamento para a pele, tendo em vista que esse é o momento da publicidade dos sabonetes, cremes e talcos para mulheres. Assim, a subjetividade feminina ocidental vai historicamente se constituindo através das imagens e das narrativas sutis e ‘corriqueiras’ dos anúncios publicitários das revistas, produzindo, assim, um determinado sujeito feminino. O que chama atenção é que tais anúncios são ostensivos e procuram produzir, deliberadamente, um determinado tipo de mulher capaz de consumir as revistas e os produtos por elas anunciados.

Isso pode ser constatado nas diferentes matérias que tratam dos cosméticos e da fabricação da beleza das mulheres. Por exemplo: quando se deu o aparecimento de

cremes em tubos, nos anos 1890, e quando em Hamburgo, em 1891, surge o creme *Nívea*, que em latim significa, branca como neve; quando em 1927, surge o primeiro creme de tratamento de cabelo, o *Biorene*, cujo anúncio prometia “cabelos sedosos como aos dezesseis anos”. Em 1920, o estojo metálico para batom e o primeiro batom indelével e, quando em 1925, o sabonete *Lux*, ao apostar nos meios de comunicação e no poder das ‘estrelas’, associa as imagens de sedução e de facilidade de acesso: ‘nove entre dez estrelas de cinema usam sabonete *Lux*’.

Para Traversa (1997), a publicidade do sabonete e as práticas urbanas do banho diário passam a ser uma condição para que as mulheres apareçam de corpo inteiro nas revistas. Assim, o feminino será celebrado em seu corpo inteiro e é este corpo que constituirá as novas ilustrações das revistas femininas. Também o masculino é produzido pelo corpo dos atletas que ilustram os anúncios publicitários, tendo em vista que eles apresentam os músculos e o físico de uma virilidade desejada. Novos modos de mostrar os corpos tornam-se, então, parte do meio gráfico e modificam as ilustrações das revistas.

No ano de 1927, surge o *Rouge Baiser* e, em 1929, inventam-se recursos químicos para o tratamento dos cabelos, com as primeiras *mise-en-plis*. Os onduladores frios surgem nos anos 1930, com as tinturas de cabelo platinado da *L’Oréal* dizendo: “Eles preferem as loiras e casam-se com elas...por quê?”. Também se torna freqüente o uso de loções solares, o *Pan-Cake* da *Max Factor* e o creme demaquilante da *Pond’s*. Aparecem os primeiros xampus *Dop* sem sabão, bem como os produtos de banho da *Yardley* e os desodorantes na forma de *spray* (Faux, 2000).

Na década de 1940, as estrelas que representam a beleza fabricada pelo *Lux* são: Lauren Bacall, Joan Crawford, Michele Morgan e Marlene Dietrich. Todas elas ‘encarnavam’ o ideal de beleza da época e eram apresentadas como um modelo de beleza com o qual as mulheres em geral deveriam se identificar: produziam, portanto, aquele padrão de beleza. Desse modo, fabricava-se também o desejo de consumir o

que era consumido pelas artistas. Portanto, essa discursividade produzia as mulheres que ‘queriam’ ser tão belas quanto às estrelas de cinema. Certamente, essas verdades enunciadas pelas ‘mulheres-estrelas’ capturavam outras mulheres, fazendo com que essas pudessem se ver no corpo das outras.

A publicidade ‘vende’ os novos produtos que são industrializados como parte dos ‘artifícios’ utilizados para transformar o aspecto visual da pele e do corpo. Contudo, é nos anos que separam a Primeira Guerra Mundial da Segunda, que começam a aparecer, nas revistas, um corpo enquanto ‘superfície visível’. Também se desenvolvem e massificam as técnicas para que esta mostragem se dê de acordo com certas condições para seu aparecimento (Traversa, 1997). Ou seja, este corpo que aparece nas páginas das revistas européias é o corpo da mulher branca e ocidental: o corpo das divas do cinema.

Antes do fim da guerra, em 1942, as mulheres passam a usar cremes para fixar o cabelo feitos à base de solução amoniacal e, depois, enrolados em frisadores de cabelos ligados por um fio elétrico (Faux, 2000). Os produtos que surgem por volta de 1947, no mercado da beleza, têm o estatuto de serem ‘cientificamente provados’ e, como tal, o discurso dos *experts* nos estudos da cosmética legitimam tudo o que deverá ser usado pelas mulheres: são discursos que produzem efeitos de verdade sobre *o que é* e sobre *o como* ser bela.

Com o advento da fotografia, no final do século XVIII, os anúncios e reclames publicitários tiveram um grande avanço e, no século seguinte, o aprimoramento da técnica fotográfica torna possível o registro que ela impõe. Isso provoca mudança nas ilustrações sobre beleza e cosmetologia. Assim, a arte da fotografia complementa a imagem da beleza feminina, pois ela passa a substituir pouco a pouco a pintura de artistas como Toulouse-Lautrec, Rivera, Klimt, Rossetti, Manet, Velázquez, etc. (Chahine, et al., 2000).

Os registros fotográficos permitem captar, de forma instantânea, o corpo e seus adornos, e isso vai permear cada página das revistas femininas. É, também, neste registro que se pode ter a imagem do corpo do outro como se fosse o seu próprio corpo. Com a massificação da fotografia, “surgem tentativas padronizadas da aparência, das atitudes e, até mesmo, dos tipos físicos ideais de homens e mulheres” (Fraga, 2000, p. 138). Assim, as ilustrações que antes eram criadas a partir de desenhos feitos à mão, começam, com a fotografia, a detalhar, esmiuçar, esquadrihar, de uma forma cada vez mais ‘realista’ os corpos das mulheres nas revistas. No entanto, ela é utilizada, num primeiro momento (antes do término do século XIX), apenas como um complemento das ilustrações das revistas. Somente com o avanço das técnicas fotográficas é que vai ser possível focalizar o rosto num primeiro plano, como um dispositivo de foto. Atualmente, a foto é vista por fotógrafos como Jean-Pierre Khazen, como uma espécie de mágica, pois “você pode dar a impressão de que uma coisa está lá, quando não está”²⁵.

As fotografias de moda proporcionam um imaginário visual mais intenso para a sexualidade feminina, os artigos sobre beleza convertem o corpo em algo que pode ser transformado, trabalhado e melhorado carinhosa e incessantemente (McRobbie, 1998, p. 289)²⁶.

São também os anúncios das revistas, com seus esquadrihamentos fotográficos, que produzem a pedagogização dos corpos femininos pela publicidade. As fotografias passam a ser utilizadas pelas revistas como dispositivos que fragmentam, esmiuçam e detalham o corpo feminino. Ou seja: “daí em diante as técnicas, o registro, a circulação e os usos da imagem do corpo se multiplicaram,

²⁵ Artigo de Peter Lyle “Caras pálidas”, *Folha de São Paulo*, Caderno Mais! Domingo, 5 de maio de 2002.

²⁶ Todas as traduções de McRobbie e Carrington; Bennet são minhas.

tornaram-se mais complexas e detalhadas; constituíram formas mais sofisticadas de regulação dos sujeitos” (Fraga, 2000).

No entanto, o uso da fotografia na publicidade vai privilegiar, primeiramente, o rosto das estrelas de cinema, seguido das princesas, visto que, “as grandes massas recorrem às atrizes: a imprensa de beleza era então inteiramente influenciada pelo cinema, em particular por *Hollywood*” (Jazdzewski, 2000, p. 308). Essas fotos, já na década de 1930, eram feitas para a divulgação do *rouge Hollywood* e o *Try Pan-Cake Make-Up*, da *Max Factor*. As atrizes hollywoodianas, com autoridade pronunciam-se: ‘conselho das estrelas de cinema’, ‘romance para a jovem que protege a cútis’ (Traversa, 1997).

No Brasil da década de 1950, as atrizes e modelos fotográficos mulheres-propaganda que ilustravam nossas revistas femininas - *Cinelândia*, *Capricho*, *Querida*, etc., - servem de ‘modelo’ de identificação com vistas a transformação da beleza e encantamento das mulheres. Os/as especialistas e conselheiros/as dessas revistas, ou seja, seus *experts*, impõem às mulheres um discurso que revela os segredos de uma beleza que pode ser aprendida, aperfeiçoada, educada. Afinal, como afirmava então o poeta Vinícius de Moraes, “as feias que me perdoem, mas beleza é fundamental!”.

Nessa década, passa a funcionar um dito que impunha a beleza como um direito inalienável de toda mulher, algo que dependeria unicamente dela, pois ‘só é feia quem quer’. Por conseguinte, as mulheres que não atendiam a esse apelo de embelezamento eram as que denotavam uma negligência consigo mesmas: cada uma delas torna-se a única responsável por sua beleza e aparência. A mídia passa, assim, a participar forte e ativamente dos modos de embelezamento impostos às mulheres brasileiras. E, com efeito, as revistas concorrem para regular e normatizar os desejos de ser bela através de testes e exames, dizendo o que cada mulher deve impor a si mesma e constituindo-se, assim, como uma peça indispensável ao seu auto-governo.

O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo ... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo (Foucault, 1998b, p. 146).

Há, então, todo um investimento em torno de produtos e de intervenções que funcionam dentro do circuito econômico que se põe em ação. A publicidade divulga e apresenta atrizes que não só são ‘o modelo’ a ser imitado, a ser seguido, mas que também estão autorizadas pelas mulheres em geral, a falarem de beleza, dos diferentes modos e dos diferentes produtos que tornam possível a aquisição e manutenção do ‘corpo belo’. Lembro Foucault (1997c) quando afirma que isto constitui “uma história dos corpos [femininos] e da maneira como foram invadidos no que têm de mais material e vivente” (p. 184).

Na história do corpo da mulher nas revistas, observa-se que a imposição de um padrão de beleza é realizada em relações de poder e por redes discursivas que operam muito concretamente na produção do sujeito feminino. Essas relações de poder e essas redes discursivas dão forma aos modos de existência femininos. Assim, as revistas passam a normatizar o olhar das mulheres, regular seu gosto, controlar seu jeito de ser mulher. No entanto, não se pode esquecer que tudo isso possibilita, também, que se possa estabelecer um modo de pensar e repensar os ditos das revistas, não só pelas suas provisoriades, mas pelos novos posicionamentos do sujeito feminino.

Revistas femininas

Ao tratar das revistas femininas, penso que, de alguma forma, seu estudo ajuda a entender não apenas o surgimento das revistas para meninas, mas também a forma com que estas revistas apresentam, seus temas e assuntos, as seções que as compõem e, dessa maneira, seu modo de objetivar e produzir sujeitos infantis femininos.

Faux (2000) mostra que o primeiro periódico dedicado às damas foi publicado em 1780, com o título *Cabinet des Modes*. Até 1933, quando surgiu *Votre Beauté*, as revistas femininas semanais ou mensais produziam a beleza somente através dos ‘reclames’. Por exemplo, em 1902, na revista *L’Illustration*, Helena Rubinstein faz uso dos ‘reclames’ publicitários para “tornar conhecidas suas novidades” (Jazdzewski, 2000, p. 306).

Em 1933, é publicada na França a primeira revista dedicada à beleza: *Votre Beauté*, editada por Eugène Schueller, o fundador da *L’Oréal*, que se faz editor para melhor divulgar seus produtos. Em seus editoriais, são prescritos ensinamentos para as mulheres “se fazerem belas para ajudarem seus maridos a reconstruir a França²⁷” (Jazdzewski, 2000, p. 308). Ou seja, a norma que se impunha a um tipo de beleza feminina era sinônimo de garantia, não só da harmonia conjugal, mas também, do impulso para reconstituição de um país, que vinha de um pós-guerra.

É também nos anos 1940 que emergem as ‘deusas feiticeiras’ de *Hollywood*, que buscam capturar as mulheres a serem “louras como Ginger Rogers, morena como Sylvia Sydney, ou castanhas como Bárbara Stanwick” (Jazdzewski, 2000, p. 308). Assim, nos Estados Unidos, nos anos 1940-1950, as revistas femininas *Harper’s Bazaar* e *Vogue* irão recorrer a grandes fotógrafos “para simbolizar e interpretar a beleza” (*ib.*), ao “exporem rostos e corpos criando algumas das mais belas imagens de beleza existentes até hoje” (*id.*, p. 309). No entanto, estes corpos ‘belos’ que aparecem nas páginas dessas revistas ocidentais são marcadamente corpos de um tipo de mulher, ou seja, da mulher branca e ocidental. Demarca-se, portanto, um tipo específico de corpo e de beleza feminina que é atravessado por relações de poder, ou melhor, por um poder que define os modos de ser desse corpo.

²⁷ Ler Betty Fridan “A mística feminina”.

Nos anos 1960, a revista *Glamour* se torna a revista preferida do público jovem de estudantes americanas e da indústria da moda e beleza. Por meio de seus departamentos de *marketing*, seus *experts* observam e analisam cada página da *Glamour*. Ela dá conselhos e idéias criando, entre 1961 e 1969, pela primeira vez nas páginas das revistas, o *make over* (antes-depois). Isso fez com que um batalhão de cabeleireiros, fotógrafos e maquiladores criassem mais de três mil *make over* em suas páginas de beleza. O *make over* possibilitará que cada mulher torne-se bela, ou seja, tenha um tipo específico de beleza proposto pela metamorfose e transformação²⁸.

Para tornar-se bela, é necessário consumir os produtos de beleza anunciados pelas revistas. Esse apelo é de tal ordem que, em um mês [julho de 1962], o *Blush-On da Revlon* vendeu 350 mil exemplares a cinco dólares cada (Jazdzewski, 2000, p. 310). Conforme Faux (2000), as mulheres consomem a revista não só por suas sugestões de beleza, que pode ser alcançada pelo *make over*, mas consomem também a possibilidade de marcar seus corpos com um tipo específico de beleza que ‘desejam’ ter. Essa transformação supõe o domínio do próprio corpo.

Desse modo, o domínio sobre o corpo só pode ser alcançado a partir do investimento que é feito sobre ele, através da ginástica, da maquilagem, dos produtos de beleza, da cirurgia, tornando possível a aplicação das ‘técnicas de si’ no próprio corpo. Na mesma medida em que as mulheres são levadas a investir sobre seus corpos, elas também passam a exercer um autocontrole sobre si mesmas. Portanto, a revista feminina, exerce uma “pedagogia da sexualidade e do gênero e coloca em ação várias tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos” (Louro, 1999, p. 25).

²⁸ No *antes-depois* do programa dominical da Xuxa, não importa quem dele venha a fazer parte (branca ou negra, meninas ou mais velhas, cabelo crespo), todas no final apresentam-se com os cabelos alisados (c/ chapinha).

Na França, a revista *Elle* vai ‘revolucionar’ as páginas de beleza ao adotar, a idéia do antes-depois e, a partir dos anos 1960, torna-se “a plataforma de lançamento de várias gerações de beldades iniciantes; de Brigitte Bardot a Laetitia Casta, passando pelas *tops* Claudia Schiffer, Estelle Hallyday e Elle MacPherson” (Jazdzewski, 2000, p. 314). É na década de 1970 que ‘explode’ o mercado sobre o cuidado da pele e os produtos de beleza.

Os trabalhos de McRobbie (1991, 1998) sobre revistas femininas tratam especificamente de *Jackie*, *Dolly* e *Seventeen*. Apoiam-se em análises feministas, nos estudos de gênero, bem como nos Estudos Culturais. Sobre estas revistas, McRobbie (1998) afirma que, nelas, se pode ler a história recente de uma área de investigação que passa, progressivamente, por uma série de interrogantes surgidos tanto pela continuidade do formato das revistas, quanto pelas mudanças sofridas nos meios de comunicação. Para a autora (*ibid.*), esses estudos aparecem como resposta à popularidade e à relevância que essas revistas têm na vida de muitas mulheres e adolescentes.

É interessante observar que ao estudar os discursos das revistas femininas, McRobbie (1991) nos apresenta quatro códigos que permeiam os textos dessas revistas e que são: o código romântico, o código doméstico, o código da moda e o código da música. Diz ainda que “o romance, os problemas, a moda, a beleza e o popular marcam os limites da esfera feminina” (p. 131). Para a autora, a revista *Jackie* representa o ‘individualismo romântico’ como o ‘caráter por excelência’ da adolescente: “a menina *Jackie* está livre na sua busca para o amor” (*ib.*).

Entretanto, Carrington; Benett (1999) afirmam que McRobbie (*ibid.*) faz uma análise unilateral da revista *Jackie* e não considera que ela seja lida pelas adolescentes

não só como uma forma de entretenimento, mas, também, como um manual de instrução de vida ou sexual. Daí que, a partir das críticas sobre seu trabalho, McRobbie vai retomar os estudos sobre a revista *Jackie*, mostrando que suas análises críticas sustentavam que as leitoras consumiam os produtos ali publicados, por estes fazerem parte da ‘moda’²⁹ ditada pelas revistas.

A partir dos pressupostos teóricos dessa tese, isso significa dizer que as revistas femininas produzem determinadas formas de subjetividades femininas, ao levarem as mulheres, as adolescentes e, conseqüentemente, as meninas a efetuarem certas operações sobre si mesmas. Segundo Foucault (1990), as práticas que produzem os sujeitos são discursivas e não discursivas. Daí Walkerdine (1995) afirmar que os sujeitos se constituem dentro da materialidade discursiva das diferentes culturas, em condições históricas específicas e datadas, nas quais certos dispositivos de regulação social (governo) se transformam em técnicas de auto-produção (auto-governo). Assim, a discursividade da revista mostra, para suas leitoras, como ser e se tornar bela, produzindo as formas de governo de si.

Ao percorrer esses estudos sobre as revistas femininas, me pergunto também sobre o significado das imagens das mulheres e das meninas contidas em suas páginas, na medida em que seus corpos são mostrados como corpos a serem cada vez mais

²⁹ No artigo: *Dialética das passarelas*, Hans Ulrich Gumbrecht trata de moda dessa forma: “A moda tal como a conhecemos hoje só teve início em meados dos anos 1850, com o imigrante britânico Charles Frederick Worth, que abriu em Paris uma loja e produtora de moda que incorporavam e promoviam os princípios da mudança regular, da orientação para o mercado, da produção em coleções e do desenvolvimento de uma identidade de marca (cada peça do vestuário vendida por Worth ostentava o nome dele e de sua empresa. [...] É igualmente evidente que a moda obedece ao imperativo capitalista de gerar desejos sempre novos entre clientes potenciais, em lugar de atender exclusivamente a suas necessidades preexistentes. Dentro da dinâmica de um tipo de economia então nova, tal geração de desejos ajudaria a indústria de moda a conquistar um mercado potencialmente global (sendo que o primeiro sintoma dessa tendência, foi a hegemonia internacional,

esquadrinhados, fragmentados e explorados por maquiladores, fotógrafos, cabeleireiro, esteticistas, nutricionistas, etc., ou seja, por uma gama de *experts* autorizados a falarem sobre ele. É a partir das imagens do corpo feminino nas revistas que emerge cada parte do corpo das mulheres no papel, produzindo-se então, um certo tipo de corpo (ou um corpo certo), ‘conquistado’ por um creme ideal, uma postura adequada, um tratamento de beleza mais eficiente. As reportagens sobre o corpo e o embelezamento convertem-no em algo a ser transformado, modificado, seja através de truques de maquilagem, seja pela forma intensa de exercícios ou mesmo por intervenções cirúrgicas.

Dessa maneira, todas as ações sobre o corpo não são mais mantidas em segredo nas revistas. Ao contrário: tais ações são estampadas, fotografadas, explicadas com minúcias de detalhes em cada uma de suas páginas. Trata-se, portanto, de manuais de aconselhamento sobre como transformar os corpos, seguindo as regras que possibilitam torná-lo ‘feminino e belo’. Assim, cada parte do corpo precisa ser modificada para adquirir a ‘forma perfeita’, em nome do embelezamento de um corpo que emerge dentro do ‘padrão de beleza’ da época.

Para Carrigton; Benett (1999), somente as revistas dirigidas às mulheres mais jovens - *Cleo*, *Cosmopolitan*, *New Woman* e a ‘bíblia das adolescentes’ *Dolly* - oferecem algo parecido com uma ‘realista’ descrição da vida de suas leitoras e das questões e problemas que elas precisam enfrentar. Para as autoras, estas publicações tratam de temas como sexo, auto-estima, abuso sexual e uma multiplicidade de problemas da vida de uma mulher jovem. Pontuam ainda que, pelo menos a respeito disso, seguem sendo uma idéia a serviço das mulheres, ainda que não se desviem do ‘manual de aconselhamento’.

Os estudos de Jazdzewski (2000) sobre a revista *The Face*, lançada na década de 1980 na Inglaterra, expõem uma imagem da juventude e das etnias, ao misturar “a subcultura das ruas a uma cultura mais midiática e por uma vontade de questionamento permanente” (p. 320). A autora (*ibid.*) argumenta que, na Europa e nos Estados Unidos, os jornalistas e os *beauty editors* impõem novas orientações às páginas consagradas à beleza, tendo em vista que essa se torna cada vez mais científica, constituindo, assim, um novo nível de exigências das redatoras para com os produtos, como também das próprias leitoras. Daí que “a cultura das redatoras foi obrigada a evoluir paralelamente à especialização dos produtos: as seções das revistas tendem para o jornalismo científico” (Jazdzewski, 2000, p. 321).

E com efeito, nos anos 1980 é decretado “o fim da beleza-toucador’ (*ib.*). Doravante ela será preparada nos laboratórios de pesquisa. Essa cientificidade autoriza, cada vez mais, as empresas que trabalham na produção da beleza feminina a falarem ‘a verdade’ sobre o que as mulheres devem ou não usar e adquirir para serem ‘perfeitas’. É também neste momento que a revista de beleza *Vogue* França busca “reinventar uma nova linguagem, a meio caminho entre o experimental e o étnico” (*id.*, p. 323).

Ora, a busca da verdade científica para a ‘perfeição’ feminina é jogada numa arena que envolve concorrentes poderosos. Nesse jogo, onde se disputa uma fatia cada vez maior do mercado feminino consumidor, os meios de se chegar à beleza, quando comprovados cientificamente, funcionam como uma estratégia incontestável de desqualificação dos concorrentes (menos científicos) e de imposição de sua verdade.

Os estudos feitos sobre as revistas femininas possibilitam não só ver como as mulheres passaram a ter seus corpos estampados nas páginas dessas revistas e como estas os produzem, mas também os diferentes efeitos dessa produção sobre suas leitoras. Certamente, eles servem para mostrar como as mulheres são interpeladas pelas revistas a se auto-governarem para alcançarem ‘a perfeição’. Mas é importante

lembrar que nem todas as leitoras têm seus corpos docemente submetidos aos ditos das revistas. Algumas delas, como mostra Ortega (1999), apresentam um ponto de fuga (ou resistência). Ou seja: mesmo dentro das relações de poder, já que não há lugar fora delas, criam formas para aplicar o poder sobre si mesmas, a fim de produzir uma relação mais prazerosa e satisfatória consigo mesma?

Das revistas femininas infantis

As crianças começam a aparecer no papel (revistas) através de anúncios publicitários, primeiramente nas propagandas de leite pasteurizado. A ligação entre saúde e leite é uma constante na década 1940, como mostra o anúncio: “o leite *Malteado de Horlick* supre todos os elementos nutritivos na devida proporção para o perfeito desenvolvimento das crianças desde seu nascimento” (Traversa, 1997, p. 14). Ainda mais: o discurso o produz como o mais perfeito substituto do leite materno.

Amaral (2000) afirma que os anúncios de leite levam à cumplicidade e empatia entre o leitor/consumidor e o produto, porque eles lidam com aquilo que é extremamente apelativo para nós: os filhotes humanos. Segundo a autora, somos, assim, capturados por estes anúncios que trazem em seu bojo uma criança, e mesmo as próprias crianças são também capturadas por anúncios feitos com outras crianças.

Os discursos publicitários se relacionam com os ditos que circulam na sociedade e com os quais convivemos diariamente. Desse modo, nas últimas décadas do século XX, produz-se uma estreita ligação entre economia, alimentação e corpo infantil; alimento e sabor; energia, alimentação e crescimento. É um tempo em que a publicidade não só esteve em volta da economia, mas também da saúde. Ou melhor: a saúde foi constituída claramente como um assunto de governo e, portanto, econômico.

As revistas femininas infantis, começam a constituir um quadro de periódicos organizados para meninas, no Brasil, no final da década de 1990. Em poucos anos, no entanto, as publicações voltadas para o público infanto-juvenil feminino se multiplicaram, produzindo e fortalecendo essa ‘fatia de consumidoras’ de revistas.

Quero salientar que, embora haja uma significativa produção de trabalhos sobre mídia impressa para mulheres³⁰, em relação às revistas para crianças e, em particular, para meninas, só encontrei uma referência: *A revista Barbie e a utilização estética do corpo das meninas* de Ingeborg Majer O’Sickey (2002). Até bem pouco tempo, as revistas para crianças se resumiam aos chamados gibis ou histórias em quadrinhos.

A produção das revistas femininas infantis, que apareceram nos últimos anos, centra-se fundamentalmente no modelo de revistas para mulheres, desde os seus nomes – *Contigo Criança*, *Veja Kid+*, *Super Menina* entre outras – até a organização das suas seções: *Você é a capa*, *Diário*, *Horóscopo*, *Mão na Massa*, *Testes*, *Fotoquadrinhos*, *Dicas-manuais*, etc. Não é por acaso, portanto, que apresentam em suas páginas elementos da cultura feminina e da feminilidade. Os discursos que elas enunciam produzem ‘verdades’ sobre o ser menina, sobre beleza infantil, sobre o corpo e o comportamento das meninas, ou seja, sobre um ‘modo de ser menina’, que as interpela e as subjetiva.

Tendo acompanhado a publicação dessas revistas desde o momento em que elas foram lançadas é observado que, via de regra, permanecem em circulação por um curto espaço de tempo, mais ou menos por volta de dois anos, surgindo imediatamente

³⁰ Conforme Oscar Traversa (1997): *Corpos de papel: Figurações do corpo na imprensa* (1918-1940); Margareth Rago (1990) *Os prazeres da noite: prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*; Orlando Miranda (1976) *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*; Esther F. Hernandez (1994) *Espacios e imagen en la prensa*; Rosa Fischer *O capricho das disciplinas* (1994), entre outros.

uma nova revista no mercado, em tudo semelhante a que foi extinta, apenas com outro nome, observo que o conjunto das revistas infantis femininas mantém, desde o aparecimento da primeira publicação - *Super Menina*, em 1997 - uma constância de temas em suas seções: tratam de beleza, testes, diários e confidências, dicas e modos de se comportar ou de se vestir, receitas e cartas de leitoras. Trata-se de saber, então, como se constitui o 'ser menina' das revistas infantis, tão próximo do 'ser adolescente', do 'ser jovem', quase como uma extensão do 'ser mulher'. Parece estar-se produzindo, e não só nos discursos dessas revistas, uma reduplicação do 'ser mulher' na atualidade, o que tem levado alguns pesquisadores a se perguntarem se não estaríamos no prenúncio de um novo acontecimento: o fim da infância.

É corrente dizer que a mídia em geral e a publicidade em particular produzem determinadas necessidades e desejos em seus consumidores. Steinberg (1997) afirma que, "em alguma medida, somos aquilo que consumimos" (p. 109). Assim, o significado do que somos se produziria, também, no discurso da mídia, que, "penetrando em nossos corpos", como diria Foucault, produziria nossas particularidades e desejos mais íntimos. Neste sentido, a produção dos desejos de consumo produz efeitos não apenas econômicos, mas constitui uma maneira própria (apropriada) de ser. Se, como diz Foucault (1997b) todo discurso é perigoso, então todo discurso, sem exceção, aprisiona, ao fabricar sujeitos de um determinado jeito. Ao argumentar que o discurso produz poder, reforça-o, mas, também o mina, expõe e debilita, Foucault (*ibid.*) ressalta que:

Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro, contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas (p. 96-97).

Dessa maneira, as discursividades das revistas infantis femininas são tomadas, aqui, como um bloco tático de uma estratégia mais ampla de produção do 'ser menina

hoje’, estratégia essa que comporta outros blocos táticos em sua luta para tornar hegemônica a forma de subjetividade assim produzida. A força de imposição do discurso das revistas não é alheia a força da própria mídia, como afirma Fischer (1997), até mesmo porque, a mídia é um lugar onde diferentes instituições e sujeitos falam produzindo discursos que funcionam como verdadeiros³¹. Diz ainda a autora que:

a mídia, em nossa época, estaria funcionando como um lugar privilegiado de superposições de ‘verdades’, um lugar por excelência de produção, circulação e veiculação de enunciados de múltiplas fontes, sejam eles criados a partir de outras formações, sejam eles gerados nos próprios meios (p. 65).

Para Foucault (1998b), todo discurso é articulado ao poder e assume a autoridade da ‘verdade’, tornando-se, por isso, verdadeiro. Ao afirmar que vivemos numa sociedade que produz e faz circular discursos que funcionam como verdadeiros e que o saber produz discursos dentro de um regime institucional de ‘verdades’, Foucault (*ibid.*) não nos fala da ‘verdade’ absoluta, mas sim, dos ‘regimes de verdade’, de ‘política de verdade’, pois a ‘verdade’ não existe fora do poder ou sem o poder.

Cada sociedade tem seu regime, sua política de verdade [...] os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1998b, p. 12).

³¹ “O que nos ensina Foucault, precisamente? Que já não é mais possível separar a verdade dos processos de sua produção, e que esses processos tanto são processos de saber como processos de poder. Que não há, portanto, verdade[s] independente[s] das relações de poder que a[s] sustentam e que, ao mesmo tempo, ela[s] reconduz [em] e reforça[m], que não há verdade sem política da verdade, que toda a afirmação de verdade é indissolivelmente peça, arma ou instrumento no interior de relações de poder” (Ewald, 1993, p. 21).

Segundo Foucault (*ibid.*), na sociedade moderna, a ‘economia política’ da verdade tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política; é objeto de difusão e de um imenso consumo; é produzida e transmitida sob o controle não exclusivo mas importante, de alguns aparelhos políticos ou econômicos; é, por fim, objeto de debate político e de confronto social. Há, portanto, um constante embate em torno do estatuto da ‘verdade’ e do papel econômico–político que ela exerce.

A noção foucaultiana de ‘jogos de verdade’ me ajuda a entender o regime de verdade regido pelo poder das revistas, tendo em vista que ela evoca a compreensão das verdades úteis ao controle e à regulação. Para Foucault, “os jogos de verdade permitem relacionar o sujeito com a verdade, pois no centro deles aparece a questão de quem diz a verdade, como diz e por que diz” (Ortega, 1999, p. 103). A verdade existe numa relação de poder que opera em conexão com essa verdade. No entanto, Foucault (*apud* Ortega, *ibid.*) nos instiga a procurar novas formas de relação com a verdade³², a fim de que se possam buscar novas formas do “dizer verdadeiro” (p. 120).

O discurso das revistas femininas infantis, os recursos e estratégias discursivas por elas utilizadas produzem uma narrativa sobre as meninas, ou seja, enunciados de pertença a um grupo etário, a um gênero, a uma etnia, etc. Daí que suas ‘verdades’ funcionem como forma de governo dirigida a produzir determinadas meninas, a guiar,

³² Sobre isso Foucault (*apud* Ortega, 1999) argumenta: “Acredito demais na verdade para não assumir a existência de diferentes verdades e diferentes formas de pronunciá-la. Está claro que não se pode exigir de um governo dizer toda a verdade e nada mais que a verdade. Em contrapartida, é possível exigir dos governantes uma certa verdade, referida a seus projetos principais, as decisões gerais de sua tática e um número determinado de pontos do seu programa; isto constitui a *parrhesía* (liberdade de palavra) do governado que pode e deve perguntar ao governante – em nome do saber e da experiência que possui como cidadão – o que os outros fazem, perguntar sobre o sentido de suas ações e sobre as decisões que foram tomadas” (p.120).

moldar, afetar sua conduta, de forma que elas se tornem determinadas meninas e não outras³³.

As meninas que partilham os enunciados produzidos pelas revistas compartilham, assim, seus conceitos, imagens e códigos, possibilitando a cada uma delas, pensar, sentir e fazer parte de determinado grupo. Através das revistas, elas podem inscrever em seus corpos indicações do tipo de garotas que as revistas postulam que ‘devam ser’ e que passam a ‘querer ser’. As revistas exercem uma pedagogia, servem de guia e prescrevem o que é, na verdade, ‘ser menina’. Em outras palavras: subjetivam-nas.

Os modos de ser, impostos pelas revistas femininas infantis ou que dizem respeito a ‘um jeito de ser menina’, produzem diferentes posições de sujeito. Estas posições estão certamente implicadas em relações de poder³⁴, de “saber e de verdades que lhes são necessárias para se consolidarem como evidentes, naturais” (Ewald, 1993, p. 11). A produção das meninas se funda, então, num conjunto de relações de

³³ Numa sociedade globalizada, como a atual, é importante entender como a mídia se exercita, ou seja, como ela funciona enquanto um dispositivo de globalização, mesmo quando se trata de revistas ou programas de televisão voltados para as especificidades étnicas, como é o caso das revistas dirigidas às mulheres negras. A preocupação com as ‘diferenças’ se dá no sentido de integrá-las ao mercado de consumo, de atingir determinados segmentos: negros, terceira idade, *gays*, etc. É neste sentido que os estudos sobre ‘as diferenças’ ou ‘os diferentes’, ao esmiuçarem essas diferenças, fornecem conhecimentos imprescindíveis para o governo dessas minorias, proporcionando uma maior eficácia e economia desse governo. Assim, a mídia se constitui como um dispositivo de governo nesse e desse tipo de sociedade.

³⁴ Para Foucault “a questão do poder é uma questão política, de uma ‘anatomia política’. Ele o descreve na positividade de seu funcionamento [...] das condições concretas de seu exercício, da sua história. Os conceitos que Foucault aperfeiçoou para descrever o poder, conceitos de estratégia, de dispositivo, de tecnologia, de economia, implicam a dissolução da grande unidade do poder. O poder é da ordem da relação. O poder liga tanto quanto opõe” (Ewald, 1993, p. 11).

poder/saber/verdade. E é constituída por dispositivos de poder, entre eles, os meios de comunicação, que operam concretamente para a fabricação das suas subjetividades.

As relações poder/saber/verdade funcionam, nas revistas estudadas, justapondo e interconectando a menina inocente, a sensual, a erotizada, etc., ou seja, justapondo e interconectando diferentes modos de ser sujeito, os quais se entrecruzam e têm seu ponto de convergência na produção do juvenescimento das meninas.

Curiosamente o que se observa em relação às revistas femininas no Brasil é que, a partir da década de 1970, segundo Fischer (1996), seu discurso privilegia as adolescentes, mas não deixa também de constituir determinados modos de ver e ser menina. De acordo com a autora (*ibid.*), os discursos sobre os *teens*, que emergiram na mídia naquela década, tornaram-se visíveis em programas de tevê como *Confissões de Adolescente* e *Programa Livre*, no encarte editorial da *Folha de São Paulo – Folhateen*, na revista *Capricho*, entre outros.

É também Fischer (*ibid.*) que mostra como, no mercado editorial brasileiro a produção das revistas passa a se reestruturar e acompanhar as transformações econômicas, culturais e sociais do país e do mundo, reorganizando-se para produzir uma nova consumidora – a adolescente. Cria-se, então, ‘a bíblia’ das adolescentes brasileiras: a revista *Capricho*³⁵, que até então tinha como público as mulheres jovens.

³⁵ Em 18 de junho de 2002, a revista *Capricho* completou seus 50 anos. Foi a primeira revista feminina lançada pela *Abril* e, desde o final dos anos 1980, é a maior revista para adolescentes do país. Nos anos 1950, a revista era pequena do tamanho de um gibi com capa desenhada e tinha como slogan: *A revista da Moça Moderna*. Nos anos 1960, *Capricho* continha em suas páginas uma fotonovela e se torna a maior revista feminina da América do Sul. Nos anos 1970, falava de etiqueta, moda, beleza e culinária. Na década de 1980, a revista muda e perde as fotonovelas: passa a falar de comportamento jovem. Nos anos 1990, já voltada para adolescentes, *Capricho* vira a revistas das e para as ‘gatinhas’ (www.capricho.com.br Acesso em: 18 jun. 2002).

Fischer (1996) mostra que, nesta nova reestruturação, a revista adquire o perfil adolescente que tem até hoje. Seus temas são:

sua vida em família, o convívio com os pais e irmãos, a relação principal com os meninos, o namoro, a virgindade, os modos de se fazer bonita, os exercícios e dietas para cuidar dos excessos de peso, as formas de resolver problemas escolares, as dificuldades com as amigas. No centro de todos esses textos, uma constante: o direcionamento ao corpo e à sexualidade (p. 208-209).

Afirma ainda a autora (*ibid.*) que, a partir dos anos 1990, multiplicam-se as publicações da indústria editorial para adolescentes e jovens do Brasil, sendo que a maior parte delas repete as velhas fórmulas das revistas femininas, tais como *Marie Claire* (1937), *Elle* (1945) e muitas outras.

Os estudos acerca das revistas femininas para adolescentes³⁶, mostram que estas fazem circular discursos que produzem seus desejos, geram efeitos de poder e fabricam conhecimentos mediante os quais suas leitoras podem classificar-se e modificar-se de uma determinada maneira. Ou seja, estes estudos dão visibilidade a “mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder” (Foucault, 1997b, p. 71).

No que diz respeito às tecnologias de governo postas em prática pelas revistas femininas para adolescentes, Carrington; Bennett (1999) afirmam que a feminilidade adolescente não é produto homogêneo da cultura patriarcal e que as revistas femininas para adolescentes não são veículos do individualismo romântico, nem produto das representações ideológicas da sexualidade, da feminilidade e da masculinidade. Ao contrário, “estas publicações compreendem uma tecnologia de governo em que a feminilidade se forma e reforma na vida cotidiana” (*id.*, p. 158).

³⁶ Ver Friedan, B (1983); Winschip, J. (1987); McRobbie, A. (1991, 1994); Carrington, K. y Bennett, A. (1999); Hernandez, E. (1994); Fischer, R. (1994), etc.

Desse modo, essas análises nos fazem pensar sobre como as meninas estão sendo interpeladas a se constituírem através de novas objetivações que impõem a elas normas e padrões de como ‘ser menina’. Por conseguinte, as revistas para meninas movem-se num referencial sinalizador de inscrições, prescrições e linguagens constituídas para elas. Portanto, quando se publica para essas meninas, elas se tornam o alvo principal dos discursos de agenciadores, publicitários, fotógrafos, mães, pais, psicólogos, diretores de teatro, atores e atrizes que ‘desejam transformá-las’. Como aponta o editorial da revista *Super Menina*:

Nessa revista você vai encontrar dicas específicas para iniciar a carreira de modelo e atriz [...] desde já é treinar bastante [...] para ajudá-la a des-cobrir a artista que tem dentro de você e desenvolver seu talento, além de dar as dicas mais quentes para seu sucesso profissional (S/M, Especial, n. 3).

Meninas nas revistas: Veja, Crescer e Time

Vou começar pelos discursos que produzem um jeito de ser menina em magazines, como *Veja*, *Crescer*, ou *Time*. De um modo geral, as revistas dizem freqüentemente que as meninas estão entrando cada vez mais cedo na adolescência, como se houvesse um deslizamento das fronteiras até então existentes entre infância, puberdade, adolescência e adultez. Onde estariam a ‘ingenuidade’, a ‘pureza’ e a ‘dependência’ da infância, na forma como esta foi inventada nos primórdios da Modernidade, naquilo que a mídia mostra hoje: um corpo cada vez mais erotizado e sensualizado das meninas chamadas de ninfetas, Lolitas, *pretty girls*, etc. ?

Pesquisas são realizadas para mostrar a precocidade das meninas. Na revista *Veja* (2000, n. 44), afirma-se que as meninas entre 7 e 8 anos carregam em suas bolsas batom, óculos escuros, agenda, mesada. Sua moda é fivela *tic-tac*, camiseta justinha, mochila, tênis, sandália de salto, pulseira colorida, cinto de *strass*, perfume *Giovanna*

Baby, cabelo alisado com chapinha, *jeans* cintura baixa. Fazem luzes nos cabelos, depilação com cera quente e têm como sonho de consumo um telefone celular e um patinete importado. Sua leitura preferida é a revista *Capricho*.

A preocupação moderna com aquilo que ‘deveria ser’ uma criança, um/a adolescente ou um/a jovem, distinguidos pela idade pertinente a cada uma dessas fases, ainda se faz presente, principalmente nos livros de psicologia do desenvolvimento. Mas cada vez se torna mais complicada essa classificação por faixas etárias, na medida em que há meninas (e meninos) que auxiliam com seu trabalho na manutenção da casa, há meninas (e meninos) que estão com seus horários completamente lotados de atividades profissionais, há meninas (e meninos) que posam como modelos para revistas e jornais, há meninas (e meninos) que atuam em telenovelas ou filmes, há meninas (e meninos) que são celebridades no *show-bis*.³⁷ Ou seja, num mesmo espaço, as infâncias são produzidas e vividas de modo diferente. Daí ser mais apropriado falar de *infâncias*.

Fischer (1996) mostra que as pesquisas de mercado da década de 1990 consideravam jovem ou *teen* os sujeitos que tinham idade entre os 13-14 a 23-24 anos. Entretanto, não importa o rigor do critério idade para o estabelecimento do ‘ser menina’ ou do ‘ser adolescente’, pois

tudo se passa como se a infância - sobre a qual tantos poderes e saberes se debruçaram, durante tanto tempo, desde o século XVIII – agora estivesse em franco desaparecimento, para dar lugar ao alargamento cada vez maior de uma nova faixa etária (*id.*, p. 27).

³⁷ A tese faz referência, particularmente, às meninas na mídia, na moda, no mundo artístico, mas não se pode esquecer que há meninas/os que participam de lutas de resistência ou de guerras, como os da Palestina, Afeganistão, em países da América Central e África. Há as/os que trabalham no corte de sisal e cana no Brasil, etc., etc., etc.

Então, é possível falar das meninas das revistas, das suas contradições, ao mesmo tempo ingênuas e eróticas, inocentes e sensuais. Será isso um apagamento de fronteiras?

A revista *Veja* (2000, n. 44) apresenta um depoimento de Aida Veigas, na Seção *Comportamento*, com o título de *Princesas Precoces* (p. 68-71). Nele, a autora afirma que a infância está cada vez mais curta, principalmente para as meninas. Diz ainda que o interesse das meninas de 7 a 12 anos não é brincar de ser ‘grande’, pois elas, e até as de menos idade, se apresentam como ‘grandes’, como adultas. Ainda na mesma revista, a especialista em psicologia infantil, Vera Rezende, do *Núcleo de Estudos e Assistência à Infância da Universidade Estadual Paulista-UNESP*, diz que as meninas “consideram-se mocinhas e querem viver o real, não o faz de conta” (*ibid.*, p. 71).

No que diz respeito ao uso de determinados produtos de beleza utilizados pelas meninas, a revista *Veja* (2000) mostra uma pesquisa da *Marplan* (Marplan Brasil Pesquisas LTDA) que diz que 80% das meninas entre os 7 e 12 anos usam maquiagem de verdade, 73% pintam as unhas, 87% não dispensam perfume. Uma reportagem sobre meninas neste mesmo número da revista, afirma que, por terem uma educação mais rígida e por serem mais precoces na sua sexualidade, as meninas são mais estressadas. Em função disso, o sinal de puberdade aparece mais cedo: a menstruação que, no século XIX, começava em média aos 16: atualmente, pela precocidade das meninas, a menarca começa entre 8 e 11 anos, diz a pesquisa.

De certa forma, a mesma revista (*ibid.*) já afirmava, em 1995, através de seus *experts* em infância que “se a menina menstrua aos 10 anos, com 9 seus hormônios estão à flor da pele” (p. 95). Segundo o médico Eduardo Tomioka, professor da *Universidade de São Paulo*, essa característica fisiológica pode reforçar o amadurecimento [biológico]. Para o médico Jonathas Soares, ginecologista do *Hospital das Clínicas* e do *Albert Einstein*, de São Paulo, “esta geração de meninas

está tão erotizada, vem recebendo tantos estímulos para ficar moça que o cérebro acaba enviando sinais que detonam a produção de hormônios mais cedo” (Veja, 2000, p. 69).

Também o professor Alberto Mantovani Abeche, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, médico responsável pelo *Grupo de Pesquisa sobre Adolescência Precoce do Hospital de Clínicas de Porto Alegre*, afirma que a Idade Mediana da Menarca (IMM) vem se antecipando em relação às décadas anteriores. Adverte, contudo, que isso não representa a média das meninas brasileiras, tendo em vista que a menarca continua acontecendo entre 12 anos e 12 anos e meio³⁸. O discurso da mídia, no entanto, fala na precocidade generalizada da menarca, impondo-a como verdade.

Walkerdine (1999) chama a atenção para o olhar que é colocado sobre as meninas ditas ‘precoces’, “olhar que as coloca ao mesmo tempo como ameaça [...], pequenas virgens que poderiam ser prostitutas, que devem ser protegidas ainda que constantemente tentadoras” (p. 79). Penso que este olhar é produzido com uma duplicidade, ou seja, é um olhar que vê isso e aquilo. Assim, o olhar de que fala Walkerdine (*ibid.*) mostra a vontade de preservar as meninas das ‘impurezas’ da vida e parece repetir a manutenção da forma predileta de abstinência sexual constituída pelo cristianismo, no século III. Ou seja, para esse olhar, a virgindade ainda “encarna [...] o estado de simplicidade de coração e, principalmente, permite atingir a pureza da alma através do corpo intato” (Ortega, 1999, p. 87).

³⁸ File: c:\yahoo_arquivos\[4](1).htm.

A revista *Time* (Out. 2000, p. 40-46)³⁹, na seção *Saúde*, fala sobre a adolescência antes do tempo e, num de seus artigos, trata sobre a precocidade dos seios e dos pelos pubianos nas meninas. As perguntas que a revista coloca são as seguintes: O que está causando isto? Quais os efeitos disso? A reportagem mostra a preocupação dos pais americanos sobre a precocidade da mudança dos corpos de suas filhas (entre 5 e 8 anos).

As meninas pesquisadas pela *Time* menstruaram com 8 anos e, em função disso, estão sendo submetidas a uma série de exames, testes e medicamentos. A reportagem trata também dos efeitos psicológicos causados pelo ‘desenvolvimento sexual prematuro’. Os especialistas em endocrinologia pediátrica consultados pela revista afirmam que a infância se torna curta no momento em que as crianças, em especial as meninas, são bombardeadas de todos os lados por filmes de sexo explícito, letras de músicas erotizadas, vídeos de *MTV* e modas que as tornam sensuais⁴⁰. Daí se entender que a imagem produzida das meninas como objetos ambivalentes, é a de meninas “ao mesmo tempo inocentes e intensamente eróticas” (Walkerdine, 1999, p. 79).

A discursividade das revistas traz em seu bojo críticas acerca do desenvolvimento precoce das meninas. Por exemplo, pediatras da *University of Texas*

³⁹ Minha tradução.

⁴⁰ A notícia dada, pela Radio Jovem Pan/Rio de Janeiro, em 8 de maio de 2002, no seu *Jornal da Manhã*, é que a sociedade não permite mais que as crianças sejam ingênuas, pois é preciso, conforme os especialistas em medicina, psicologia e educação, que elas sejam informadas cada vez mais cedo sobre as partes do seu corpo. Diz ainda que, aos três anos, uma criança precisa saber sobre as partes cobertas pela roupa de banho. Aos cinco, sobre as partes que não deve deixar ninguém tocar e, aos oito, sobre sexualidade.

O programa político da aliança (PMDB/PSDB) veiculado no rádio e televisão do Brasil, em 19 de outubro de 2002, chamava atenção de que os problemas familiares e a mídia estariam causando a precocidade da sexualidade das meninas.

Medical Branch (Galveston), assim como o pediatra endocrinologista da *Virginia Commom Wealth University School of Medicine in Richmond* ou, ainda, o epidemiologista do *National Institute of Environmental Health Sciences Research (Triangle Park, N. C.)*, dentre outros, falam, na revista *Time*, sobre seus estudos nos Estados Unidos. Suspeitam que esta precocidade pode ser causada, por exemplo, pelos pesticidas, substâncias químicas e hormônios na alimentação... Abordam também as questões ligadas aos riscos desta precocidade no que diz respeito ao abuso sexual, às doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez precoce.

Uma outra revista *Crescer* (2001, n. 3), especializada em infância, traz a reportagem *De bem com o corpo*, mostrando que a preocupação com músculos, estrias ou celulites, é exagerada e precoce. Para os especialistas consultados pela revista, o problema do exagero pode estar no fato de que as crianças são, hoje em dia, um filão importante do mercado consumidor. Diz também que a programação veiculada pelos meios de comunicação acaba expondo-as à moda e a uma sexualidade precoce.

Vê-se, então, que tanto as revistas brasileiras como as internacionais têm dedicado uma atenção cada vez maior às meninas e à sua ‘precocidade’ e que tais discursos produzem efeitos de verdade. Afinal, o corpo é, o lugar de inscrição das formas de subjetivação.

Para Rose (1998), é a *expertise* que, na atualidade fornece o aparato de subjetivação de si e do outro. Com suas ‘verdades’, ela persuade as meninas a uma aliança entre desejos pessoais e desejos socialmente valorizadas, representados hoje, pelas modelos e atrizes⁴¹. Para isso, diz Aretha: “Procure uma boa agência e [um] curso de teatro” (S/M, Especial, n. 3).

⁴¹ No dia 22 de novembro de 2001, na Cidade Jardim em São Paulo, duas mil garotas, entre 13 e 25 anos compareceram à pré-seleção do *Riachuelo Mega Model*, na agência Mega. Dessa etapa sairiam 10 candidatas à final do concurso. Além das inscritas

Os experts em consumo

A emergência das revistas femininas infantis no mercado editorial liga-se a um processo mais amplo e bastante recente de segmentação e especialização do consumo. Aliás, nos últimos anos, o mercado de consumo vem se seccionando na direção das ‘diferenças’ no que diz respeito à raça, geração, gênero, etnia, correspondendo a toda uma gama de discursos que produzem as diferenças e que constituem a sociedade do final do século XX e início do século XXI, como uma sociedade segmentada, fragmentada, pós-moderna.

Foucault (2001) mostra que, no século XVIII, se consumia “unicamente pela necessidade, e a necessidade se media unicamente pelo modelo da fome” (p. 44). A partir do século XX, a necessidade passa a ter um outro estatuto ou um outro regime, cujas leis são irreduzíveis a “uma dialética de produção” (*ib.*). O século XX passa, portanto, a ter “as categorias análogas ao gasto, ao excesso, ao limite, à transgressão: a forma estranha e irreduzível desses gestos sem retorno que consumam e consomem” (*ib.*).

Na atualidade, o consumo de determinados produtos está atrelado aos discursos de verdade que se produzem sobre eles. Essas verdades produzidas buscam legitimação para se impor. Daí que o incremento do consumo de produtos é efeito dos saberes que a indústria e o comércio desenvolvem para conhecer as populações e levá-las mais facilmente a consumir os produtos que lhes interessam produzir e vender.

Da mesma forma, as revistas organizam seus editoriais com base nos interesses dos anunciantes que ditam o que as crianças devem consumir. Assim, é importante ver que, na produção de materiais de consumo para as crianças, se produzem verdades em

apareceram mais três mil e assim a equipe teve de atender ‘cinco mil garotas’. “Algumas eliminadas que se acharam injustiçadas, terão uma segunda chance, conta Eli (dono da

torno de um determinado produto, enquanto outros são interditados. Há nisso uma luta para impor discursos de verdades em torno de um material, de um objeto, de um desejo que se impõem ao consumo das crianças. Verdades essas capazes de subjetivar os sujeitos infantis, de modo que, ao consumirem determinados produtos, tornem-se os sujeitos previstos e desejados.

A indústria, o comércio, o consumo produzem um conjunto de enunciados relativos à infância, e ao que ela deva consumir, numa relação transpassada por um poder que é microfísico, disseminado. Um poder que produz a cada momento, novas verdades para serem impostas. Assim, vê-se uma produção cada vez maior de materiais e objetos de consumo que atendam a toda e qualquer diferença.

Por outro lado, ao inventarem (no sentido nietzscheano, da emergência) as diferenças, acabam produzindo saberes úteis às indústrias, tendo em vista que, nestas, elas encontram justificativa e legitimação para fragmentar e segmentar sua produção, explorando novos fragmentos do mercado, até então inexistentes. Os exemplos disso são numerosos e fazem parte do nosso dia-a-dia. Basta lembrar a indústria do turismo, com seus pacotes de viagem para a terceira idade, os cruzeiros para os *gays*; as viagens para grupos de crianças, adolescentes, crianças com necessidades especiais; a indústria do vestuário voltada para as pessoas obesas; a infinidade de produtos *light* ou *diet* da indústria da alimentação. No ramo editorial, produzem-se revistas para meninas, meninos, mulheres negras, *gays* e lésbicas, velhos, etc.

Essa nova relação produção-consumo constitui um consumidor alvo de interpelações que individualizam e fragmentam: o chamado sujeito pós-moderno. Sua classificação em diferentes grupos, ou um grupo específico, induz suas ações e seus comportamentos (inclusive os de consumo), fazendo com que ele se identifique com os grupos nos quais é incluído, por uma política de inclusão. Tal política de inclusão

produz os excluídos, o que não significa estar além ou fora da inclusão, mas, sim, pertencer a um outro grupo: o dos excluídos (do mercado, do consumo, etc.).

As revistas femininas infantis, tal como a mídia em geral, colocam em circulação uma grande ‘parafernália’ de produtos para o consumo infantil. Seus anúncios publicitários, mas também suas reportagens e seções específicas são estratégias para indução ao consumo de determinados produtos. Daí que

[...] os brinquedos industrializados tornaram-se uma mercadoria tão forte quanto tantas outras na economia de mercado. Temos em nossas crianças um consumidor em formação, e a mídia tem se aproveitado disso com um forte apelo à afetividade, à aventura e ao poder (Dornelles, 2001, p. 107).

Seguindo o entendimento de Deleuze (1992), essa subjetivação da criança é produzida por um processo de individuação pessoal ou coletiva, ou seja, um tipo de individuação onde cada um é um sujeito identificado pelo uso de determinados produtos: “o que dá um ‘tchan’ no modelito dela, é a bolsa de oncinha. Supergracinha!” (S/M, n. 20); “a melhor coisa é usar bastante hidratante, todos os dias” (S/M, n. 3); “aqui está o novo *CD-Rom* da Barbie! Barbie Ateliê de Jóias!” (Barbie, 1999, n. 43, p. 43). Assim, para Deleuze (1992), esses ‘modos de subjetivação’ são “modos que comportam efetivamente individuações sem sujeito” (p. 144).

A revista *Veja* (1999), mostra isso ao afirmar que as vendas da FIT (Feira Internacional do Setor Infante-Juvenil Bebê), comparadas ao ano de 1999, “teve um crescimento de 25%”. Em função disso, há um “*marketing mix* integrado, total, destinado especificamente a informar, persuadir, vender e satisfazer às crianças” (Capparelli, 1997, p. 50).

Segundo Capparelli (1997), o mercado de bens culturais para criança torna-se um fenômeno na década de 1980. Ou seja, a partir dessa década, o mercado infantil torna-se visível, e a criança é produzida como cliente/consumidor pelas revistas e

agências de *marketing*. Para o autor (*ibid.*), a produção deste segmento começou com as histórias em quadrinhos, a partir dos contratos da Editora Abril com os estúdios Disney, nos anos sessenta. Essa parceria possibilitou às crianças brasileiras a leitura de *Mickey Mouse*, Tio Patinhas e Pato *Donald*. Segundo o autor (*ibid.*), a tiragem do Almanaque do *Mickey* e do Tio Patinhas, na época, era de 400 mil exemplares. E isto produziu efeitos também na produção literária infantil brasileira que veio a crescer na disputa por esse mercado. Certamente se produzia aí um sujeito/leitor/consumidor que pode, a partir daí, ter um produto especificamente organizado para ele.

Por outro lado, a produção do segmento infantil para o mercado oferece produtos e mercadorias que possibilitam que a vida das meninas que a eles tem acesso seja de um jeito, ou melhor, tenham um determinado ‘estilo de vida’. Esse estilo de vida pode ser visto como um conjunto de modos e de disposições, gostos culturais, práticas de vestir, calçar, etc., ou até mesmo, de práticas de lazer que demarcam os modos de viver dos diferentes grupos. Assim, as meninas de nossa sociedade são produzidas como sujeitos ativos, de vanguarda e se dedicam à estilização da vida. Ou seja, se preocupam com a moda, o *look*, o *design*, a decoração, com o *fashion*⁴². Essas meninas também fazem parte do mundo da moda globalizada, pois através das tvs a cabo ou da *internet*, elas têm acesso à moda, as tendências⁴³, ao que é *fashion* e aquilo que deverá se impor a cada nova estação.

Para satisfazer e incrementar o consumo dessas meninas dá-se, paralelamente, um crescimento de profissionais - *experts* - que produzem pedagogias, manuais e desejos de se ter um determinado estilo de vida. Eles podem ser encontrados na mídia, na publicidade, no *design* e na moda, mas também numa configuração mais ampla que

⁴² “A palavra *fashion*, já longamente existente na língua inglesa, será utilizada a partir do século XVI no sentido de transformação” (Ortega, 1999, p. 98).

⁴³ Ver o site www.gnt.com.br ‘Caçadores de tendência’.

inclui: empresários, políticos, administradores e ‘caçadores de tendências’. Todos eles assinalam a estetização⁴⁴ e estilização da vida cotidiana (Featherstone, 1995), onde cada sujeito procura inventar a si próprio dentro do limite proposto pela mídia.

Atualmente, também são produzidos novos redutos de consumo e lazer, como os *shopping centers*, os parques temáticos, os *resorts*, os *clips* de músicas e filmes e, também, a todo momento se reorganizam os museus, a mídia (revista, tv, cinema, jornais...), as lojas de departamento, os estádios esportivos, etc., para atender às novas consumidoras. Alguns produtos para serem consumidos são organizados, expostos e veiculados em espaços que fabricam o prazer, os desejos, as emoções, as perturbações. Entretanto, exigem de seus consumidores determinados modos de se comportar, vestir e viver. Ou seja, formas de disciplinamento também do corpo e do desejo, que precisam ser regulados e normatizados para estarem conforme o grupo ou o espaço freqüentado, nos quais é imperativo consumir determinados produtos veiculados pela publicidade.

Observo que as questões sobre o consumo não estão apenas vinculadas a negócios, publicidade, eficiências comerciais ou estilos pessoais. Elas estão também atreladas àquilo que a mídia impõe e às mudanças na maneira de consumir. Para Canclini (2001), a particularidade do consumo cultural “se identifica nos processos de apropriação e usos de produtos em que o valor simbólico se sobrepõe ao valor de uso e troca ou, pelo menos, em que estes últimos estão subordinados à dimensão simbólica” (p. 214).

Portanto, não basta dizer que os discursos das revistas produzem e fabricam os sujeitos femininos infantis. O consumo dessas revistas e daquilo que nelas está sendo

⁴⁴ “A estetização da vida designa o fluxo veloz de signos e imagens que saturam a trama da vida cotidiana na sociedade contemporânea. A teorização desse processo apoiou-se muito na

divulgado precisa ser visto, também, como produtos de enunciados que mudam, se transformam, nunca são os mesmos. Ou seja, cada signo nela mostrado ou dito remete a uma forma de ver o mundo. Baudrillard (1995) afirma que há uma reduplicação infinita de signos, imagens e simulações⁴⁵ por meio da mídia. Daí que, para tentar explicar a lógica do consumo, o autor (*ibid.*) recorre ao campo da linguagem, relacionando a lógica do consumo à manipulação dos significantes sociais. Portanto, não se consome apenas o objeto em si, mas tudo aquilo que ele possa representar (*status*, conforto, desejos e beleza), tal como nos mostra a revista *Barbie* (1999, n. 42): “a idéia do *girl power* é fazer as garotas se sentirem felizes e confiantes. Você fica assim quando cuida de sua saúde, do seu corpo e, principalmente, de sua cabeça” (p. 2).

Assim, um signo se ligará ao outro a partir do valor-signo, onde qualquer objeto poderá ser substituído por outro, desde que exerça a mesma função. Para Baudrillard (1995), ao se sair da ordem - objeto satisfação, passa-se para a ordem - objeto desejo, que nunca é saciado. A produção do desejo de tal objeto torna-se, então, um fim em si mesmo.

As meninas-modelos, que falam nas revistas, revelam segredos de suas vidas, seus hábitos e comportamentos e também os produtos que elas usam. Através dessas meninas, dita-se não só a moda, mas também um modo de ser: ensinam-se normas de elegância, como vestir em cada estação do ano, como ser atraente, como usar produtos adequados para cada tipo de pele e corpo. Portanto, os periódicos, com suas meninas ícones produzem modos e comportamentos, gostos, condutas de embelezamento e

teoria do fetichismo de Marx [...] a Escola de Frankfurt, Benjamin, Haug, Lefebvre, Baudrillard e Jameson “ (Featherstone, 1995, p. 100).

⁴⁵ Quando fala em simulação, Baudrillard (1981) enfatiza a sobrecarga cultural causada por uma superprodução de informações, signos e imagens transmitidas pela mídia, que

higiene, e certamente, subjetivam suas leitoras de um determinado modo. Fabricam os desejos que se convertem em estratégias disciplinares ensináveis, às meninas leitoras. Produzem, a partir daí, sujeitos com desejo de consumo, ou seja, meninas que devem desejar determinados produtos, ter vontade de ser de um jeito.

A sociedade do consumo é, pois, constituída por um mercado de desejos e seduções, visto que “os impulsos sedutores, para serem eficazes, devem ser transmitidos em todas as direções e dirigidos indiscriminadamente a todos aqueles que os ouvirão” (Bauman, 1998, p. 55). Dessa maneira, o mercado interpela os sujeitos não só produzindo desejos, mas também mecanismos e dispositivos para garantir o consumo, isto é, uma pedagogia do consumo. Em outras palavras uma regulação que cerca o produto de informações e visibilidades, fazendo com que se possa também consumir com o olhar.

Na sociedade de consumo avançada, o ato de consumir não envolve necessariamente uma troca econômica. Consumimos com os olhos, absorvemos produtos com o olhar cada vez que empurramos o carrinho pelos corredores de um supermercado, assistimos televisão ou dirigimos ao longo de uma rodovia pontuada por logotipos. “O consumo visual é de tal forma parte de nosso panorama cotidiano que não nos damos conta dos significados inscritos em tais procedimentos” (Willis, 1997, p. 44).

Assim, cada sujeito deve tornar-se um *expert* e sabedor do seu desejo. Cada um deve ser produzido como um especialista nas coisas que consome. Cada um passa a ter competência para suas escolhas, maximizando-se, assim, o poder de consumo. Produzir consumidores é, por conseguinte, uma forma de produzir saberes e sujeitos conhecedores de seus desejos. Daí sermos todos, numa certa medida, *experts*.

resulta no hiperespaço, na implosão do significado, num mundo simulacional, numa alucinação estética da realidade.

Muitas meninas são produzidas como *experts* naquilo que desejam consumir. São elas que sabem o preço e a loja em que se pode encontrar determinados produtos, as grifes de sucesso, o que é ‘certo’ e ‘errado’ na moda, o que é *fashion* ou não. O consumo desses materiais se inscreve em seus corpos como uma condição para a entrada no cenário do aplauso público e da fama que desejam. Ou seja, são meninas que só se tornam visíveis quando tornadas visíveis e só quando o olho do poder incide sobre elas, se tornam visíveis. A visibilidade destas meninas é a visibilidade do poder. Tornam, por seu lado, o poder visível na medida em que são capturadas por ele, pela instância do poder que sobre ela constitui imagens e ditos (ver e dizer). Como afirma Foucault (1999c)⁴⁶:

Todas essas vidas que estavam destinadas a transcorrer à margem de qualquer discurso e a desaparecer sem que jamais fossem mencionadas, deixaram traços – breves, incisivos e com frequência enigmáticos – graças a seu trato instantâneo com o poder, de forma que seja impossível reconstruí-las tal como o puderam ser ‘em estado livre’. Podemos chegar a elas unicamente através das declarações, das táticas parciais, das mentiras impostas e que supõem os jogos de poder e as relações de poder (p. 393).

São estas meninas que aparecem na mídia porque foram capturadas pelas regulações do poder. Elas aprendem desde cedo que consumir e possuir determinados objetos ou marcadores sociais, adotar certo estilo de vida é ‘condição’ necessária para a ‘felicidade’. Portanto, consumir é, também, uma forma, um modo ou um estilo de auto-subjetivação ou governo de si.

Certamente, a atividade individualizada e individualizante e ao mesmo tempo coletiva de consumo é efeito da segmentação do mercado consumidor, que emerge como ‘solução’ para o aumento do consumo no mercado globalizado. Dessa maneira,

⁴⁶ Minha tradução.

as revistas femininas infantis, ao produzirem novas consumidoras através de seus discursos, fabricam também determinados modos de ser sujeito infantil.

Entretanto, é preciso levar em conta que os indivíduos e os grupos não respondem de maneira homogênea e uniforme às interpelações para o consumo. Certamente o consumo daquilo que cada indivíduo vê ou ouve nas propagandas da mídia pode não ser automático. É necessário, para produzir efeitos de consumo, que o sujeito seja afetado por aquilo que é mostrado. Interessa ainda ressaltar que a propaganda produz o que deve ser consumido e o desejo de consumi-lo, tendo em vista que seu discurso produz práticas de consumo que se materializam em cada objeto a ser consumido. Ela impõe determinadas maneiras de ver e desejar o objeto, já que o que se consome e “quando se consome, nunca é isoladamente que se consome [...], entra-se num sistema generalizado de troca e de produção de valores codificados em que, pese aos próprios, todos os consumidores se encontram reciprocamente implicados” (Baudrillard, 1995, p. 79). E isto porque o consumo produz determinadas inscrições nos corpos que mostram as diferenças sociais e culturais dos sujeitos. As subjetividades assim fabricadas funcionam numa ordem de significações: “A circulação, a compra, a venda, a apropriação de bens e de objetos/signos diferenciados constituem hoje a nossa linguagem e o nosso código, por cujo intermédio, toda sociedade comunica e fala”. (*id.*, p. 80).

Contudo, o significado codificado ou associado aos objetos, desde o início de sua fabricação, não passa automaticamente a fazer parte da vida dos indivíduos a quem os objetos se destinam, visto que o significado é também produzido pelo uso que o consumidor dá ao objeto no seu dia-dia. Para Baudrillard (*ibid.*), “o consumo define-se sempre pela substituição da relação espontânea, mediatizada por meio de um sistema de signos” (*id.*, p. 96). Por conseguinte, o significado é relacional, porque é significativo apenas em relação a um outro significado deste sistema classificatório. Os significados constituem-se mutuamente e produzem efeitos sobre os produtores, os objetos de consumo e os consumidores. Todavia, além de serem criados novos

produtos (e significados) a cada momento, outros produtos são simplesmente ressignificados, funcionando como um novo modelo a ser consumido (Hall, 1997): “o xadrez é a estampa que mais se identifica com a moda Country (do campo). Portanto, use e abuse! (Barbie, 2000, n. 46, p. 41). Assim, “o consumo surge como modo ativo de relação (não só com os objetos, mas, ainda, com a coletividade e o mundo), como modo da atividade sistemática e de resposta global, que serve de base a todo o nosso sistema cultural” (Baudrillard, 1995, p. 11).

Quero ressaltar aqui os saberes que perpassam as questões de raça das revistas femininas infantis. O que se observa é que, para fazer parte do mundo ali representado, para ‘estar no mundo’ da ‘normalidade’ das revistas é ‘natural’ que a menina seja branca, de preferência com olhos azuis e longos cabelos loiros e crespos. Frequentemente os textos das revistas mostram, a exemplo da revista *Super Menina*, crianças como Debby dizendo: “O clube [da criança] não pode acabar, então a produção saiu em busca de uma nova loirinha para assumir o programa... Uma menina com carinha de anjo e um carisma que ninguém apresentava desde os tempos de Xuxa e Angélica” (n. 9). Discursos como esse dizem a verdade das revistas sobre a raça. No que tange às questões de ‘diferenças’ raciais as revistas femininas infantis apresentam ‘naturalmente’ em suas páginas ou em suas capas, fotos de meninas brancas e loiras⁴⁷.

Gostaria de sobre isso me reportar a algo bem pessoal sobre como vivo a minha subjetividade racial. Por ser ‘diferente’ ou apontada como ‘diferente’, desviante, a que não faz parte, ou melhor – como mãe, negra, solteira, chefe de família, filha de trabalhadores, professora universitária, militante da educação infantil, com uma filha produto de uma relação inter-racial – faço parte, portanto, de um grupo tido como ‘estranho’, ‘diferente’. Entretanto, entendo que o modo como vivo minhas

⁴⁷ No estudo realizado sobre a revistas *Barbie* de outubro de 1999, dentre as 25 ‘gatinhas do mês’, apenas 1 menina era negra. Na mesma revista, em fevereiro de 2000, aparecem em suas páginas 43 meninas brancas e 4 meninas negras.

subjetividades, sejam elas de gênero, raciais, profissionais, maternas e paternas, familiares, etc., são produto de um governo de si, do governo de meu corpo, de minha sexualidade o que necessariamente não exclui, o conflito. Minhas subjetividades são todo tempo negociadas, nunca fixas. Ou melhor, tenho minhas múltiplas subjetividades que são ao mesmo tempo cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições (Woodward, 1997). De tal modo posso inferir que, as subjetividades estão sempre em formação e sofrem um entrecruzamento daquilo que constitui e produz os sujeitos, ou seja, sua raça, etnia, religião, geração, gênero, etc.

As nossas subjetividades se afirmam, a medida em que, algo lhes ameaçam, tentam excluí-las, pois vivemos num mundo onde ser ‘mulher ou menina negra’ é marcada em relação a ‘mulher ou menina branca’, onde ser branca passa a ser ‘natural’ e onde tudo o que é diferente dela, o outro do seu gênero, sexo, raça, etc., torna-se negativo, diferente, o outro – aquele que precisa viver com e através da diferença. Isso exemplifica o modo como nossas subjetividades são produzidas no interior dos jogos de poder e que estão implicadas, portanto, nas operações de incluir e excluir.

As meninas que consomem as revistas femininas infantis são consumidoras potenciais de acessórios como os adesivos para a unha “que fazem o maior sucesso e estão na moda” (Barbie, 2000, n. 46, p. 22); de roupas de festa “os vestidos longos e rodados devem ser usados apenas em ocasiões especiais como casamentos ou bailes de debutantes” (*ibid.*, p. 20); de brinquedos: a atriz Debby revela que “é apaixonada por Barbies (..) tem mais de 30, entre elas a Barbie bicicleta, a cozinha, a mamãe e uma muito especial: a Barbie 40 anos” (Barbie, 1999, n. 42, p. 12). Seus cabelos devem ser “lavados pelo menos duas vezes por semana e penteados com cuidado para não quebrar os fios” (*ibid.*, p. 4). As imagens consumidas mostram insistentemente meninas loiras, com a roupa da moda, cabelos tratados, pele levemente maquiada, magras e ‘felizes’, que ‘vendem’ produtos e felicidade.

As meninas investem em seus corpos o que é ‘ditado’ pelas revistas, de forma que comprar produtos de grifes, ter os acessórios que aparecem nos anúncios publicitários, consumir o que a revista indica como *fashion*, ter o corpo sarado, etc., significa cobrir o corpo, a vida, com o que é reconhecido como bom, bonito e verdadeiro. A revista afirma que é só seguir o *Mini book de moda e beleza*, da revista *Barbie*: “gargantilhas e colares de pedrinhas coloridas são charmosos e completam o visual” (Barbie, 2000, n. 46, p. 22), para que cada menina se produza como *fashion*. As meninas consomem as imagens e as materializam em si mesmas: tê-las inscritas em si significa pertencer a um espaço perpassado pelo poder, a um espaço que distingue e, ao mesmo tempo, as homogeneíza. As meninas ocupam, então, um espaço e são definidas por suas posições nesse espaço. Segundo Foucault (1995a), esse espaço estabelece quem fala, qual o *status* de quem fala e de onde provém o discurso de quem fala. Sem dúvida os *experts* ocupam uma posição de sujeito de maior *status* no espaço das revistas. Por isso mesmo, têm a maior autoridade para dizer a verdade sobre o modo de ser menina na atualidade.

Capítulo 3: Produzindo corpos

A discursividade sobre beleza e feminilidade vem produzindo historicamente, nas meninas, uma necessidade de serem belas e femininas como condição para a felicidade. Nas revistas femininas infantis atuais, esta exigência se materializa em seções como *Cartas*: “Estou mandando essa carta para saber se eu poderia entrar na novela [Chiquititas}. [...] Mando minha foto e um beijão!” (S/M, n. 3). *Respostas*: “[...] se você quiser mesmo ser atriz, tem que procurar um curso de teatro ou uma agência de modelos. Quem sabe um dia, né!” (*ib.*). *Receitas*: “Aqui você sempre encontra receitas deliciosas para preparar com a ajuda da sua mãe. Mãos à obra e bom apetite!” (S/M, n. 8). *Livros de Segredos*: “Querido livro de segredos, to namorando! To namorando!!! Livrinho, sou uma garota moderna. Tomei coragem e pedi o Batata em namoro!” (S/M, n. 14) Seções que formam o discurso das revistas e que produzem um desejo de ser menina de um jeito.

Ao tratar das revistas femininas infantis vejo que os sujeitos infantis são interpelados o tempo inteiro por um aparato discursivo, onde as normas e prescrições são evidenciadas através das materialidades enunciativas, num jogo de relações de poder que privilegia a beleza do corpo. O modo com que estas materialidades obrigam às meninas a se produzirem como um determinado tipo de corpo, a partir de certas normas, certamente produzem um modo de objetivação/subjetivação feminina. Assim, o disciplinamento das revistas captura as meninas a um modo de ser bela e jovem, o que fazem: objetivam num padrão de beleza. “Lavo meus cabelos com xampu para cabelos oleosos. Como faço escova quase todos os dias [...], procuro fazer uma hidratação a cada dez dias” (C/C, 1999, p. 20).

Para Ewald (1993), todos fazem parte desta normativa sem exterior, tendo em vista que todos nela se encontram. Daí que, ao normatizar os ‘corpos belos e rejuvenescidos’ se está exercendo uma cuidadosa administração dos corpos das meninas. Segundo Foucault (1997b), as formas adotadas para a administração,

intervenção e controle regulador do corpo constituem “os pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (p. 131). Para que esta administração se dê sobre os corpos, várias técnicas de poder, produzidas pelas mais diferentes instituições (família, escola, polícia, hospital, mídia...) são utilizadas. É, desse modo que, para Foucault, produz-se a sujeição dos corpos.

Subjetivando corpos

Visto que o corpo é o meio pelo qual nos tornamos visíveis e é por ele que os outros nos reconhecem, então é por ele que, para os outros, somos o que somos. Há, portanto, uma estreita relação entre poder e corpo. E,

num tempo como este, em que se elege o corpo como lugar de todas [as subjetividades], não há como ignorar que a história da desigualdade nas relações entre homens e mulheres constitui profundamente não só o corpo feminino como também as [subjetividades] de gênero (Fischer, 2001, p. 592).

O corpo é o meio através do qual se age sobre o mundo e nele incidem determinadas práticas. Essas práticas produzem um corpo de mulher, de homem, de menino ou de menina, marcados pela história. Daí as revistas infantis femininas inscreverem no corpo das meninas os modos atuais de se ter um corpo: “[...] não consigo conquistar um namorado porque sou feia, por isso quero participar do quadro ‘transformação’ da Xuxa” (C/C, 1999, p. 8). E ainda: “A Cristiane Oliveira pesava 100kg quando era adolescente. Pois é, a supergata fez muita dieta e exercício antes de começar a carreira artística” (S/M, n. 8).

No entanto, a comparação entre as imagens de corpos nas revistas e os nossos próprios corpos muitas vezes provoca conflitos. Benson (1997)⁴⁸ diz que, na maioria das vezes, as imagens produzidas pelas revistas têm pouco ou nada a ver com os corpos da maioria das mulheres ou das meninas. No entanto, as meninas atrizes mostram com detalhamento e minúcia os modos de se ‘tornar perfeita’: “Tenho 1,57m de altura e peso 40,5kg. Mantenho a boa forma por fazer balé desde os 3 anos de idade. [...] Sempre que posso, faço uma série de 200 abdominais” (C/C, 1999, p. 20).

Há, portanto, todo um modo de incitar as meninas a modificarem seus corpos, com o objetivo de se assemelharem o mais possível com os mostrados pelas revistas. “Prefiro tons suaves e adoro lilás. Quando tenho de me maquiar, uso base, corretivo e batom. O meu preferido é o *Tender Heart* da marca americana *Clinique*” (ib.).

Além disso, ao consumirem as imagens e os discursos das revistas as meninas estão também consumindo o seu significado, como o consumo da “‘eterna juventude’ das princesas [é assim que a maioria delas é apresentada por serem loiras, magras e ‘eternamente jovens’], seu eterno lugar de desejo pela vida e de esperança por amor ideal na promessa de casamento” (Gomes, 2000, p. 76): “Pode ser que com o passar dos anos, ele se transforme em alguém especial e acabe sendo o meu ‘príncipe encantado’⁴⁹ (Barbie, 2000, p. 32, n. 45). “Como todo mundo eu sonho em casar e ter filhos” (S/M, n. 3).

No entanto, as imagens de corpos musculosos de homens, mulheres e algumas ‘crianças prodígios’ são imagens de algo que precisa ser consumido. Padoxalmente, isso nos aproxima daquilo que está à margem, na ‘anormalidade’ ou numa espécie de clandestinidade, como as mulheres ‘preparadas’, o *body-building*, as ‘crianças

⁴⁸ Minha tradução .

⁴⁹ Este tema foi discutido na dissertação de mestrado de Paola Gomes: Princesas: produção de subjetividade feminina no imaginário de consumo. Porto Alegre, UFRGS/FACED, 2000.

prodígios’. Afinal, essas imagens não são apenas visões óticas, elas nos invadem, se inscrevem em nossas subjetividades. Fraga (2000) nos diz que isto “faz parte de um processo de ajustamento social a um discurso que movimentava a complexa indústria do corpo ‘malhado’” (p. 143) e, certamente, isso produz efeitos nas meninas.

Nas revistas contemporâneas, contudo, as manipulações mecânicas e pedagógicas dos corpos são um meio de precaução contra as ‘deformidades’ de crianças e mulheres, sendo que essas manipulações sofrem transformações com o decorrer dos tempos como, por exemplo, a realização de intervenções cirúrgicas, de próteses, implantes, etc. No entanto, essas práticas irão contribuir, sobretudo para que a revista mostre apenas um corpo que seja apresentável, sem protuberâncias, um corpo que busca um padrão, e apenas um padrão de ‘perfeição’. Um corpo ‘mito da beleza’ da mulher contemporânea, da mulher ou do homem *body-buiding*⁵⁰, do corpo construído e transformado da atualidade. Ou seja, das mulheres apresentadas como ‘eternas meninas’ e as meninas apresentadas como ‘jovens mulheres’: “A musa dos baixinhos está disposta a abandonar o sutiã 38 e a afinar a cintura. Colocou 150 mililitros de silicone [implante] em cada seio e retirou 1,5 litros de gordura da barriga [lipoescultura]... assim como tantas outras siliconadas como: Marinara, Joana Prado, Vera Fischer...” (C/C, 2000, p. 28).

As atrizes das revistas funcionam como ‘mitos de beleza e perfeição’. É nelas que se materializam os produtos culturais que representam. E esses mitos que se apresentam na atualidade via cinema, televisão, jornais, etc., e estão imbricados e tecidos na trama da cotidianidade de suas (nossas) vidas, o que fazem com que as

⁵⁰ “O *body-building* constitui, uma das manifestações mais espetaculares de uma cultura da aparência do corpo nos Estados Unidos. Mas ele não é simples espetáculo: ele é sustentado por uma indústria, um mercado e um conjunto de práticas de massa,” Courtine, Jean-Jacques. Os Stakhanovistas do Narcisismo: *Body-building* e o puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In: *Políticas do Corpo*. Sant’Anna, Denise. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

meninas assumam sua produção de meninas de um jeito e não de outro. As meninas são, portanto, encorajadas a disciplinarem seus corpos dentro de um modo específico, de beleza e feminilidade proposto pela sociedade contemporânea.

Do juvenescimento

Eric Hobsbawm em *A era dos extremos: o breve século XX- 1914 – 1991* nos apresenta o século XX como o século do juvenescimento da sociedade, tendo em vista que o espetáculo da vida é comandado por corpos cada vez mais jovens. O corpo é apresentado pela mídia, em especial nas revistas, cada vez com mais jovialidade e sem marcas do tempo ou idade. As meninas, desde muito pequenas, são subjetivadas a cuidar, cultivar, regular e governar os seus corpos. Ou seja, toda subjetividade feminina deve ser mantida como a de um sujeito em ação diante de uma relação de poder, de respostas, reações, efeitos, invenções indispensáveis ao seu governo. Essas relações de poder não se estabelecem ou funcionam sem a produção de discurso (Foucault, 2000a). De um discurso que não se resume a palavras, mas de um discurso que é controlado, selecionado, organizado e redistribuído “por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (*id.*, p. 9).

Daí que, ao materializar esses discursos as revistas femininas infantis mostram meninas atrizes que falam de si: - “Eu já me cuido tomando refrigerante *light*!! “As mães falam: Ela adora comer bife à milanesa com batatas fritas e *mousse* de chocolate, mas sem exagero para não ficar fora de forma” (S/M, 1998, n. 7). Os agenciadores prescrevem: “Se você quer ser modelo ou atriz, minha filha, vai ter que tirar essa pinta ridícula do rosto e emagrecer 20 quilos” (*ib.*). As meninas agem sobre seus corpos de modo a torná-los ‘perfeitos’ segundo as regulações impostas por essas ‘autoridades’. Esses discursos têm o poder de imposição sobre a vida das meninas, ou seja, impõem

suas verdades, subjetivam-nas, fazem-nas pensar da forma que pensam, gostar das coisas que gostam, valorizar determinadas coisas e não outras: constituem suas subjetividades como produtos desses modos de subjetivação.

São também os discursos das revistas que normatizam a feminilidade das mulheres ditando formas de manter a juventude (plásticas, *spas*, academias, etc.) do corpo, da pele, da alma. Contudo, no final do século XIX, já existia a possibilidade do corpo ser visto, apreciado e divulgado como ‘eternamente jovem’. Ou seja, essa é uma imposição da cultura Ocidental (e não só moderna), onde se *vende a alma* para se continuar jovem. Daí que o corpo a ser apresentado nas revistas é um corpo com idade cada vez mais reduzida, ou melhor, um corpo de menina.

Assim, é necessário, cada vez mais estranhar os efeitos produzidos pelos discursos que se tecem nas práticas culturais imersas nas relações de poder. Daí ser preciso estranhar os discursos que produzem efeitos e formam um determinado tipo de sujeito menina e que, portanto, produzem determinadas práticas e não outras. Estranhar o que se está habituado a ler nas revistas femininas infantis. Ou seja, problematizar o sujeito feminino como algo que pode e deve ser pensado (Foucault, 1998a). Desalojar os discursos, desconfiar de suas normas, regras, universalidades, de seus nós, que se dão em múltiplas direções. Ficar na superfície do que dizem as revistas, visto que a superfície não é o oposto da profundidade, mas é lugar onde se faz visível o que não está oculto. Visto que se não se constituir uma superfície de inscrição, o não-oculto permanecerá não-visível. Em suma não se trata, segundo Foucault (1995a), de ir atrás de uma ‘verdade maior’ sobre aquilo que os textos das revistas de meninas trazem, pois o que interessa descobrir já está lá. Nas revistas femininas infantis brasileiras, as meninas de hoje são todo tempo interpeladas a terem um padrão de beleza, ou seja, a serem “Vaidosas, gostar também de se sentir bonita e cheirosinha. Seus perfumes são os da linha *Giovana Baby* e o *Taty* da Boticário” (E/C, n. 9, p. 40).

Os discursos das revistas voltam-se cada vez mais para as mulheres, produzindo-as como sujeitos cada vez mais jovens. Talvez por isso, o corpo de mulher privilegiado pela revista seja o corpo jovem e ágil. Daí a mídia referendar fortemente, em seus discursos, o corpo infantil como ‘sonho eterno’. Isto está fortemente marcado nos enunciados das revistas do mundo atual, por exemplo, a *Super Pop* de Barcelona ou a *Barbie Magazine* nos Estados Unidos. Através delas, produz-se um modelo de menina normatizado às regras de beleza estabelecidas socialmente. Produz efeitos de verdade sobre o que é ser bela e jovem: “Produz efeitos positivos no nível do desejo” (Foucault, 1998b, p. 148) de ser bela e jovem.

Este tipo de discurso de beleza e juvenescimento interpela diariamente as meninas, capturando-as a um modo de ser narcisista. Para Courtine (1995, p. 86) surgem, a partir da década de 1980, diversas técnicas disciplinares narcísicas do corpo que florescem e são sustentadas por uma ‘obsessão dos invólucros corporais’. Assim, para normatizar estes ‘invólucros corporais’ infantis, a revista prescreve: “faça ginástica, beba bastante líquido, como coisas leves e dance muito” (Veja Kid+, ano 1, n.0). Estas técnicas disciplinares narcísicas fazem parte do cotidiano de muitas meninas, principalmente das meninas-modelos. Desse modo, este corpo dócil é manipulável, transformado e aperfeiçoado conforme as determinações de cada época. Por vezes, é em suas casas que as meninas são interpeladas a cuidarem ao extremo de sua beleza, para que seus corpos sejam inscritos por uma eterna jovialidade. Para Courtine (*ibid.*):

[...] todas [as] técnicas de gerenciamento do corpo que floresceram no decorrer dos anos 80, são sustentadas por uma obsessão dos invólucros corporais: o desejo de obter uma tensão máxima da pele; o amor pelo liso, pelo polido, pelo fresco, pelo esbelto, pelo jovem; ansiedade frente a tudo o que na aparência pareça relaxado, franzido, machucado, amarrutado, enrugado, pesado, amolecido ou distendido; uma contestação ativa das marcas do envelhecimento no organismo (p. 86).

Portanto, as revistas procuram dar maior visibilidade a artistas cada vez mais jovens fazendo-as alcançar rapidamente o sucesso, a partir da constante exibição de seus corpos belos e jovens (Felipe, 1999). É também desde muito cedo que elas começam a esmiuçar partes e detalhes de seus corpos, questionando-se sobre ele e queixando-se de sua barriguinha (querem fazer lipoaspiração). Cuidando de seus cabelos, para que não fiquem crespos ou lisos (fazem chapinha ou suporte). Cuidando de sua alimentação (fazem pacto com suas amiguinhas): não comem sorvete, chupam pirulito ou tomam refrigerante, ou seja, elas rejeitam as comidas que podem fazê-las engordar. Como suas modelos-atrizes que falam “Evito as frituras. Também não como embutidos, como salsicha e lingüiça, porque tenho gastrite e o médico me proibiu” (C/C, 1999, p.21). Dessa forma produz-se uma auto-vigilância, um auto-controle, um auto-governo das meninas pequenas sobre seus próprios corpos. Produz-se, assim, toda uma tecnologia que as constitui como meninas, referindo-se ao seu modo de vestir, do cabelo, cuidar do corpo, e por isso é importante seguir a regra “fazer 200 abdominais por dia, ouvindo músicas da Celine Dion [...] no seu *walkman*” (*ibid.*, p. 20). As meninas estão aprendendo desde muito cedo as lições sobre o seu corpo e as formas de modelá-lo para se fazerem ‘bonitas’. Desse modo, as revistas femininas infantis produzem um tipo de menina e um modo de vida através de práticas que fazem parte de um conjunto de convenções, regras de comportamento e modos de ser.

Todas as técnicas, modos de conduzir-se, de andar, de comportar-se ou de constituir-se como sujeito moral são diferentes maneiras assim mesmo constituídas, mediante os quais também nos constituímos. Efetivas intensidades, modos de transformar-se a si mesmos, modos de ser o que se deseja chegar a ser. Essas técnicas específicas para dar um estilo de liberdade supõem que a transformação do sujeito não seja a simples transformação do indivíduo, senão do sujeito mesmo em seu ser de sujeito (Foucault, 1999d, p. 27).

Assim, as revistas e, particularmente, os modos de governar a si mesmo que elas produzem, e subjetivam as meninas serem eternamente jovens e belas, para serem felizes. E isso certamente só é possível na medida em que cada menina transforma-se

em função de determinadas finalidades, graças ao domínio de si sobre si mesma e o conhecimento de si por si mesma.

Capítulo 4: Técnicas de constituição dos sujeitos

Do poder ao governo

O deslocamento feito por Foucault, nos dois últimos volumes da *História da Sexualidade – O uso dos prazeres* (1998a) e *O cuidado de si* (1985), das tecnologias do poder para as tecnologias de governo possibilitou o aparecimento da relação consigo mesmo (*rapport à soi*). Foucault (1997a) define, então, as “técnicas de si” como certos modos de fixar nos sujeitos “sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou conhecimento de si por si” (p. 109).

Dessa maneira, ao ser criticado por sua analítica não possibilitar a resistência para além do poder, Foucault (*apud* Ortega, 1999) argumentou:

A afirmação: ‘você vê poder por toda parte e não deixa lugar para a ‘liberdade’ parece-me totalmente inadequada. Ninguém pode afirmar que para mim o poder é um sistema de domínio que controla tudo e não deixa lugar para a liberdade [...]. Não [existe] nenhum ponto de resistência ao poder político mais útil e com mais prioridade [...] que o consistente numa relação consigo. O cuidado de si aparece como uma ‘conversão do poder’, uma forma de manter o poder sob controle. (p. 33-34).

O que Foucault quer dizer é que o conhecimento de si, expresso na forma socrática do “conhece-te a ti mesmo”, fundadora da tradição do pensamento Ocidental, é uma “técnica de si” e, portanto, uma forma de relacionamento consigo mesmo que estabelece uma determinada relação com o poder político, mas que a forma de mantê-lo sob controle, de resistir a ele, é “o cuidado de si”, a ascese enquanto “atividade auto-transformadora” (Ortega, 1999). A partir daí, Foucault pode tratar da subjetividade de uma outra forma, sob a forma de um outro tipo de relação consigo, da história do ‘cuidado’ e das “técnicas de si”, ou seja, de um outro modo de se fazer a história da subjetividade:

Se se entende por governo um campo de relações de poder móveis, transformáveis e reversíveis, então nem esse conceito nem a reflexão sobre o conceito de pensamento governamental podem prescindir, nem teórica, nem praticamente, do elemento de um sujeito definido mediante uma relação consigo (Foucault *apud* Ortega, 1999, p. 37-38).

Ao se tratar dos modos de subjetivação, a temática da auto-constituição é situada na conexão entre o governo de si (relação consigo) e o governo dos outros (relação com os outros). É nessa conexão que se produzem às ‘práticas de si’. Ao fazer a história dessas práticas de descoberta de si mesmo, Foucault (1990) aponta, nelas, um elemento comum importante: não pode haver revelação sem renúncia. Portanto, para o autor, ao longo de todo o cristianismo, há uma “correlação entre a revelação de si, dramática ou verbalmente, e a renúncia de si” (p. 94). Ou seja: a finalidade última “dessa exigência de descobrir e dizer a verdade é a renúncia de si mesmo” (Morey, 1990, p. 38). Desse modo, a subjetivação cristã é assim resumida: “substância ética: a carne, os desejos, etc.; forma de sujeição: a lei divina; ascese: auto-decifração, hermenêutica do desejo; telos: pureza, auto-renúncia” (Ortega, 1999, p. 95) .

Segundo Foucault (*ibid.*), a partir do século XVIII vai se produzir uma descontinuidade nessa relação revelação/renúncia, tornando-se a verbalização a forma mais importante de descobrir-se a si mesmo. Desse momento em diante, “as técnicas de verbalização foram reinseridas num contexto diferente pelas chamadas Ciências Humanas, para serem utilizadas sem que haja renúncia de si mesmo, mas para constituir positivamente um novo si [*soi*]” (p. 94). Assim, a história do ‘cuidado’ e das ‘práticas de si’ são, para Foucault (*ib.*), uma história da subjetividade. É, portanto, ao fazer a genealogia da modernidade Ocidental que Foucault (1990) vai estudar “o surgimento da hermenêutica de si em sentido estrito, com o cristianismo, e a forma que esta hermenêutica de si vai adotar com a modernidade e o surgimento das Ciências Humanas” (Morey, 1990, p. 36-37). Essas ciências tem um espaço a mais entre elas, a Psicologia e Psiquiatria, com suas análises, possibilitaram que “as aspirações do

governo fossem articuladas em termos de uma administração das profundezas da alma humana” (Rose, 1998, p. 38).

A partir de uma relação consigo mesmo (governo de si), o sujeito é constituído como o sujeito de seus atos. Daí que, ao se tornar responsável por suas ações, ele se torna cada vez mais isolado dos outros, mais privado, mais dependente de si próprio, mais individualizado. Para Foucault (1998a), é essa forma de relação consigo, na qual se constitui a si mesmo como sujeito moral, que faz com que ele fale de si, aja sobre si mesmo, se conheça, se controle de uma determinada forma, enfim, se transforme. E possibilita, segundo Foucault (1990), que os sujeitos efetuem “um certo número de operações em seus próprios corpos, em suas almas, em seus pensamentos, em suas condutas, de tal modo que eles se transformem, se modifiquem, com a finalidade de alcançar um certo estado de perfeição, ou de pureza, ou de imortalidade” (p. 48).

Assim, as técnicas de si vão constituir práticas que incitam os sujeitos “tanto a conhecerem a verdade sobre si mesmos quanto a agirem como sujeitos morais, buscando efetuar em si mesmos as transformações necessárias para viver melhor” (Bujes, 2001, p. 203). Essas técnicas de si implicam, então, num modo de educação e transformação dos sujeitos.

Foucault vai conceber o cuidado de si como forma de resistência, de linha de fuga contra o poder político, localizando o objetivo político no fomento de novas formas de subjetividade ou de uma subjetividade anárquica. Sobre a resistência, (Ortega, 1999) afirma que, na sociedade moderna, o indivíduo não parece mais tão seguro como antes (no matrimônio, na família, na profissão) e, assim sendo, em muitos momentos ele pode apenas contar com ele mesmo, devendo configurar sua forma de vida a poder superar e criar novas formas de existência. Por forma de vida, Foucault (*apud* Ortega, 1999) entende que:

O conceito de forma de vida parece-me importante. Não se deveria introduzir uma diferenciação mais sutil, que não procedesse segundo classes sociais, grupos profissionais ou níveis culturais, mais

orientadas para o tipo de relação, ou seja, para o ‘modo de vida’? Um modo de vida pode ser compartilhado por indivíduos que se diferenciam em relação à idade, ao *status* e à atividade social. Pode conduzir a relações intensas que não se assemelham a nenhuma relação institucionalizada. E um modo de vida pode culminar, creio, em uma ética e uma cultura (p. 167).

Assim, tomarei as revistas femininas infantis como uma tecnologia de poder que produz um sujeito-menina ao governar, controlar e regular suas ações, ao levá-las a se auto-governarem de uma forma determinada. Procurarei daqui por diante mostrar como o sujeito-menina é produzido como objeto de uma tecnologia. Para Foucault existem quatro tipos de tecnologias, e cada uma delas representa uma matriz da razão prática: 1) tecnologias de produção, que nos permite produzir, manipular e transformar as coisas; 2) tecnologias dos sistemas de signos, que nos permitem utilizar signos, significações e símbolos; 3) tecnologias de poder, que consiste na objetivação do sujeito, ou o que determinam sua conduta e os submetem a certos tipos de fins e dominações; 4) tecnologias de si, que já referendi acima. Para o autor estas tecnologias quase nunca funcionam de modo separado, ainda que cada uma delas esteja ligada a algum tipo particular de poder. Foucault evidencia em seus estudos uma atenção maior para com as tecnologias do poder e do sujeito.

Estes são quatro tipos de tecnologias descritos por Foucault (1995) que quase nunca funcionam separadamente, embora cada um deles esteja atravessado por tipo específico de dominação, de aprendizagem, de odificações propostas aos indivíduos. Daí ao me propor a estudar as revistas femininas infantis, penso que estou operando com pelo menos três dessas tecnologias, não só com a tecnologia de poder; mas também, com os sistemas de signos verbais e imagéticos. Opero um aparato institucional da mídia com outros sistemas de poder como a escola, família, televisão, etc, que produzem modos de ‘educar’ as meninas, propostos nas revistas femininas infantis. Opero com tecnologias de si e com a proposição de modos específicos de operação sobre si mesmo.

As revistas femininas infantis constituem-se, assim, numa tecnologia de poder que, ao se exercer sobre o objeto menina, incita-a a se conhecer, a falar de si, a se dominar, a exercer um governo de si que a constitui como um sujeito, isto é, que a sujeita a essas formas de se auto-conduzir. Como mostra o dito de uma mãe na revista: “Ensinamos a eles que, para conseguir tudo o que quisessem na vida e na carreira, precisavam ser honestos, unidos e disciplinados” (C/C, 1999, p. 22).

É importante, então, que se criem estratégias para o governo da subjetividade, como modo de se investir em diferentes formas de articular as forças de transformação dos sujeitos sobre si e dos outros sobre ele (Rose, 2001). E isso porque produzir esse sujeito infantil é governá-lo como um determinado sujeito. Essa forma de subjetivação é, portanto, uma forma de produção de um sujeito - de um ‘sujeito-forma’ e não de um ‘sujeito-resistência’ nas palavras de Ortega (1999).

Como afirma Deleuze (1998), essa transformação do poder em governo possibilita a transformação do sujeito, que pode, agora, dobrar-se, encurvar-se para conseguir um duplo e produzir uma relação consigo mesmo, que é uma experiência de si. Ortega (*ibid.*) diz que essa experiência “constitui algo do qual se sai transformado [...] uma práxis espiritual ou ascética, ou seja, as transformações que deve experimentar o sujeito para alcançar outra forma de ser” (p. 43). Nessa experiência, portanto, o sujeito faz certas coisas consigo mesmo, experimenta transformações a ponto de não se poder falar mais senão em identidades múltiplas, nômades, descentradas, espacializadas, episódicas, transformáveis, etc. Em suma, uma “experiência tal, que os indivíduos são levados a reconhecerem-se como sujeitos” (Foucault, 1998a, p. 10).

Governo dos outros e de si

Falar de si, transformar a si, se interpretar, se decifrar, se julgar, se narrar, se transformar são as técnicas de si utilizadas pelos sujeitos para supostamente viverem

melhor, dentro das normas. Ou melhor, é nessas práticas que o sujeito se constitui como objeto de si mesmo, produzindo-se a si mesmo. As tecnologias de si funcionam, então, como mecanismos práticos que constituem, regulam e modificam uma experiência subjetiva de si mesmo, consigo mesmo (Larrosa, 1999).

Ao estudar a constituição dos dispositivos pedagógicos em que se produz a experiência de si através das dimensões ótica, discursiva, jurídica, narrativa e prática, Larrosa (1999)⁵¹ tem em vista que é a experiência de si que possibilita que o sujeito se reconheça como tal e “se torn[e] sujeito de um modo particular” (p. 57).

Para analisar a produção de subjetividades, vou destacar, a prática do olhar-se, examinar-se, já que essa prática não se dá independente de um julgamento. Diante do que as revistas prescrevem, as meninas são levadas a se examinar, a se avaliar, a prestar contas de si a si mesmas, e são levadas, também, a buscar nas revistas o *como devem ser*, os modos de se fixarem padrões. Para tanto, se observam, se descrevem, se narram, se interpretam, se dominam, se julgam, com o objetivo de se transformarem. As interpelações das revistas fazem com que elas exerçam sobre si mesmas todas essas

⁵¹ Para Larrosa (1999) tais dimensões se interpenetram manifestando-se nas experiências que os sujeitos fazem consigo mesmos e no interior de certos aparatos de subjetivação. São: “uma dimensão ótica, aquela segundo a qual se determina e se constitui o que é visível dentro do sujeito para si mesmo. Em continuação, uma dimensão discursiva na qual se estabelece e se constitui aquilo que o sujeito pode e deve dizer acerca de si mesmo. Em terceiro lugar, uma dimensão jurídica, basicamente moral, em que se dão as formas nas quais o sujeito deve julgar a si mesmo segundo uma trama de normas e valores. Quarto, e em uma dimensão que inclui, relacionando-os, componentes discursivos e jurídicos, mostrarei como a modalidade discursiva essencial para a construção temporal da experiência de si e, portanto, da auto-identidade, é a narrativa; esta é a dimensão na qual a experiência de si está constituída de uma forma temporal e aquela que determina, portanto, aquilo que conta como um personagem cuja continuidade e descontinuidade no tempo é implícita a uma trama. Por último, uma dimensão prática que estabelece o que o sujeito pode e deve fazer consigo mesmo” (p. 58). Assim, essa “experiência de si é histórica e culturalmente contingente, é também algo que deve ser transmitido e ser aprendido” (p. 45).

práticas que lhes possibilitam um autojulgamento e a transformação de si mesmas, ou seja, a produção de si mesmas de uma determinada forma. Desse modo,

[...] a própria experiência de si não é senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade [...]. A experiência de si, historicamente constituída, é aquilo a respeito do qual o sujeito oferece seu próprio ser [...] quando faz determinadas coisas consigo mesmo, etc. (Larrosa, 1999, p. 43).

O olhar-se, o examinar-se para transformar-se, impele a menina a referir-se a si, a julgar-se, a governar-se conforme o que dizem as revistas. “O julgar-se é o que faz dizer-se e o que faz ver-se” (*ibid.*, p. 77-78). Portanto, as meninas se olham com vistas a um ‘objetivo incorporado’: “Meu sonho sempre foi ser atriz. Eu fazia de tudo na frente do espelho, comia, escovava os dentes, o espelho era a minha vida” (S/M, n. 3). O ver-se a si mesma, no entanto, implica em regras para ver-se corretamente e isso impõe a inclusão de um mecanismo ótico, que o sujeito precisa fazer funcionar consigo mesmo. Ou seja, “para que o auto-conhecimento seja possível, é requerida uma certa exteriorização e objetivação da própria imagem, um algo exterior, convertido em objeto, no qual a pessoa possa se ver a si mesma” (Larrosa, *ibid.*, p. 59). No entanto, esta forma de auto-conhecimento aparece historicamente como fazendo parte da vida das mulheres, e por extensão, das meninas. Isso pode ser inferido nos textos retirados das revistas estudadas, onde as meninas têm “sua própria imagem na medida em que podem receber a luz que foi lançada para trás por um espelho” (*ib.*). A materialidade do espelho (o espelho real) também funciona na medida em que, “O espelho é o grande aliado das meninas. Ele é indispensável para saber como está o visual. As mais preocupadas podem ficar horas na frente do espelho, até acharem que está tudo ok!” (Chiquititas, 1999, n. 30). No entanto, “Junior se apronta em cinco minutos. Já Sandy, se deixarem, demora até cinco horas para ficar pronta” (C/C, 2000, p. 6).

Assim, as meninas se tomam como objeto, mas, neste caso, o objeto percebido é a própria imagem exteriorizada. O ver-se⁵² e falar de si, julgar-se e narrar-se são, então, modos de auto-conhecimento das meninas, onde “o olho da mente pode ver ‘por reflexão’, isto é, exteriorizar, como num jogo de espelhos, o que o sujeito vê de si mesmo” (Bujes, 2001, p. 205). Ou, ainda, objetivando-se, elas passam a ver a si mesmas e falar de si. Há a partir daí, “um desdobramento entre a própria pessoa e uma imagem exterior de si própria, a que aparece no espelho, a qual, pelo efeito feliz de uma mudança na direção da luz, faz-se visível para a própria pessoa” (Larrosa, 1999, p. 59).

Nesse sentido, as revistas funcionam ao modo de uma incitação de um mecanismo ótico que as meninas precisam exercer consigo mesma. Tais mecanismos funcionam como dispositivos que “a pessoa tem que fazer funcionar consigo mesma, aprendendo suas regras de uso legítimo, isto é, as formas corretas de ver-se” (*id.*, p. 63). De tais dispositivos fazem parte as coisas que devem ser vistas e o modo como se deve olhar para elas. É também este mecanismo ótico que impõe que as meninas aprendam o que podem ou não podem fazer, as regras e as normas de se ver e como se transformar: “você é do tipo que fica um tempão se olhando no espelho? Ou é daquelas bem desencarnadas? Gostar da nossa aparência é superimportante” (S/M, n. 20). Ainda mais: na medida em que a menina se examina, ela se julga: “ser honesto não é o mesmo que ser espertalhão. Há pequenas coisas na vida que marcam esta diferença. Descubra como você é!” (Chiquititas, 1999, n. 30). Todas essas incitações são práticas de agenciamento,

⁵² Foucault, em várias obras, vai se referir à questão da visibilidade. Por exemplo, em *As palavras e as Coisas*, na *História da Loucura*, no *Nascimento da Clínica*, em *Vigiar e Punir*, na *História da Sexualidade*, estudos que abrangem não só a análise das representações clássicas, mas o panoptismo e a confissão, ou seja, o como se constituem historicamente os dispositivos de visibilidade e as máquinas de ver.

estruturadas em variadas relações que concedem poderes a alguns e delimitam os poderes de outros, capacitam alguns a julgar e outros a serem julgados, alguns a curar e outros a serem curados, alguns a falar a verdade e outros a reconhecer sua autoridade e a abraçá-la, aspirá-la ou submeter-se a ela (Rose, 2001, p. 151).

As meninas se dobram a si mesmas no curso de suas histórias e de suas práticas. Produzem, assim, formas de experiência de si, onde cada uma se torna menina de um modo particular. Essas múltiplas variabilidades de dobras produzem a subjetividade. A partir daí, o que fundará as ações do sujeito-menina é o modo como deverá se relacionar “com a regra a qual se vê obrigad[a] a cumprir e também a forma como deve se reconhecer como ligad[a] a esta obrigação” (Fonseca, 1995, p. 101). A isso Foucault (1995) chamou de ‘modo de sujeição’, ou o que o sujeito fará de si, da obrigação de agir de tal ou qual modo, a partir de tal ou qual preceito moral. Ou seja, a maneira pela qual as pessoas são chamadas ou incitadas a reconhecer e produzir a si mesmas nas suas obrigações morais, como sujeitos de uma moral e de suas próprias ações. Enfim, do que cada um fará de seu autoconhecimento.

Técnicas de si: o ser confesso

Como, então, tratar das questões de governo de si num estudo sobre as meninas produzidas no discurso das revistas femininas infantis? Tal tratamento implica uma variedade de temas, como o da confissão, da verdade de si e do cuidado de si. Ou seja, implica modos de subjetivação constituídos historicamente, presentes nos mínimos segredos confessados.

Para o sujeito conhecer a si mesmo, muitas técnicas de si foram produzidas, dentre elas, a confissão. Na confissão, o sujeito é persuadido a acreditar que, por realizá-la, está se auto-conhecendo. Dessa maneira, a confissão se constituiu, na história, como o fulcro das técnicas de subjetivação. Por isso mesmo, Foucault vai

analisar o exame de consciência e a confissão no cristianismo primitivo, no contexto geral das práticas governamentais⁵³. Mostra como, a partir da confissão, a verdade sobre si é cada vez mais produzida, constituindo-se num dos suportes da civilização ocidental, que construiu, ao longo das épocas, modos e técnicas de produção de verdade sobre si mesmo (Foucault, 1997b).

Em sua conversa com Jaques-Alain Miller, publicada em *Microfísica do Poder*, Foucault (1998b) chama de confissão “todos estes procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito” (p. 264). Ressalta a importância do tema da sexualidade ligado à confissão, ao afirmar que, diferentemente do que ocorria com outras proibições, as proibições sexuais passam a ser “relacionadas com a obrigação de dizer a verdade sobre si mesmo” (Foucault, 1990, p. 45)⁵⁴. Para o autor (*ibid.*), a essa afirmação se podem objetar duas coisas: primeiro, que “a confissão desempenhou um papel importante nas instituições penais e religiosas para todo tipo de faltas, não só as referidas ao sexo” (*ib.*). Segundo, que

[...] a conduta sexual, mais do que qualquer outra, estava submetida a regras muito estritas de segredo, decência e modéstia, de tal modo que a sexualidade se relaciona, de uma forma estranha e complexa, ao mesmo tempo com a proibição verbal e com a obrigação de dizer a verdade, assim como com o fato de esconder o que se faz e com o decifrar o que se é (*id.*, p. 46).

Foram os agenciamentos concretos do biopoder que possibilitaram as estratégias de sujeição do corpo e da espécie e, para Foucault, o dispositivo de sexualidade foi o mais importante desses agenciamentos. Esse dispositivo se constituiu e operou a partir de uma tecnologia específica: a confissão dos sujeitos. Através dela

⁵³ Os cursos de 1979/1980, denominados *Do governo dos vivos* tratam desta análise.

⁵⁴ Minha tradução.

foi possível articular, em função de um mesmo processo, os elementos essenciais ao biopoder, como, por exemplo, o corpo, os discursos, o poder e o saber.

Retomando seu argumento anterior, Foucault (1990) afirma que um dos traços constantes de nossa cultura é a associação da proibição de falar com a forte incitação para dizer ou confessar. Aliás, a confissão passou a ser no Ocidente, desde a Idade Média, uma das técnicas mais valorizadas para se produzir a verdade: “a confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder” (Foucault, 1997b, p. 58). Isto porque, em tempos anteriores, o indivíduo tinha sua condição de sujeito legitimada e autenticada pela referência e vinculação com outrem.

Assim, somente a partir da Idade Média é que o indivíduo passou a ser legitimado e autenticado pelos discursos de verdade que era capaz de produzir sobre si mesmo (*id.*). Desse momento em diante,

[...] confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, [e] com o que se produzem livros. Confessa-se - ou se é forçado a confessar (p. 59).

Ao falar com Alain Grosrichard, Foucault (1998b) afirma que se assiste, no século XVIII, a um refinamento nas técnicas da confissão, quando aparecem técnicas médicas do tipo: “ande, conte-nos sua história, conte-a por escrito...” (p. 263). Assinala ainda que o significado da confissão se modifica ao longo dos tempos: ‘da confissão’, garantia de status, de identidade e de valor atribuído a alguém por outrem, passou-se à ‘confissão’ como reconhecimento, por alguém, de suas próprias ações ou pensamentos” (Foucault, 1997b, p. 58). Segundo Eribon (1996), isso faz parte daquilo que toda a história Ocidental solicitou à confissão.

Daí que, para Foucault (*ibid.*), a intimação para se falar de si faz parte dessa obra que o Ocidente obrigou as gerações a produzirem: a sujeição dos homens, ou seja, sua produção como sujeitos. Portanto, a confissão, “a partir do protestantismo, da Contra-Reforma, da pedagogia do século XVIII e da medicina do século XIX, perdeu sua situação ritual e exclusiva: difundiu-se; foi utilizada em toda uma série de relações: crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras” (*id.*, p. 62).

As formas de confissão, desde então, disseminaram-se e diversificaram-se. Anamneses, interrogatórios, cartas, narrativas auto-biográficas, livros-diários, etc., são organizados, transcritos, reunidos em dossiês, publicados e comentados. Torna-se necessário, pois, dizer tudo sobre si mesmo, produzindo, assim, subjetividades que dependem de como o sujeito se diz, se observa e se julga sob o controle de seu ‘confessor’.

As revistas femininas infantis dedicam seções exclusivamente para a confissão das meninas. Na *Super Menina*, a confissão aparece na seção *Os desastres de Luisa* e, na revista *Barbie* na seção *Fique Ligada*. Nelas, as meninas ensaiam seus segredos, visto que “o diário é o grande companheiro das garotas que têm um monte de coisas para contar, mas não querem que ninguém fique sabendo” (*Barbie*, 1999, n. 42, p. 6).

Nos diários das revistas, portanto, trata-se de escavar, no mais íntimo de si, os ‘segredos’ a serem confessados. Talvez esteja aqui a ‘invenção’ do jogo dos ‘segredos publicizados’, ou seja, a obrigação que o sujeito passa a ter de confessar, a incitação para verbalizar cada vez mais, *publicamente*, suas confissões, constituindo-se assim no sujeito contemporâneo, isto é, no sujeito constituído por essas formas de subjetivação.

Diário. Aconteceu uma coisa importantíssima!!! Dei meu primeiro beijo !!! Sério mesmo, não foi um beijão tipo de novela, mas foi o meu primeiro beijo na boca e já estou me sentindo muito adulta por causa disso!” (*S/M*, n. 8).

Segredos publicizados

No diário de Daniela são escritas tantas coisas, seus segredos escondidos [...] ⁵⁵.

Diário, você vai ser o meu livro de segredos, então vou contar agora o meu primeiro segredo oficial: eu gosto do Márcio de minha classe! [...] Bom por hoje é só, amanhã eu escrevo mais! (S/M, n. 1). ⁵⁶

Estes fragmentos discursivos, retirados de programas infantis de televisão e revistas destinadas às meninas, mostram que os segredos, até mesmo o ‘segredo oficial’, se constituem, mais do que nunca na atualidade, em algo para ser tornado público. É bem provável que as revistas, ao promoverem esse jogo de relações secreto/público, estejam criando uma forma de ‘ser confesso’, na qual a intimidade é produzida e exposta como um conhecimento do sujeito sobre si mesmo, para ser consumido por todos. Assim, não se trata, aqui, apenas de objetivar o íntimo, mas de torná-lo público através da televisão, das revistas, dos *sites*, dos *blogs*. Segundo Fischer (1997), há uma “insistente publicização da vida privada, sobretudo da sexualidade de pessoas simples ou famosas” (p. 71). Ainda mais: tal ‘publicização’ é feita dentro de certas regras, ou seja, a intimidade do sujeito é exposta segundo as regras de uma determinada gramática. Essa é ditada pelas próprias revistas, que lhe indicam tanto o tipo de diário que melhor guardaria seus segredos, como a melhor forma de organizá-lo: “[...] os modelos preferidos são aqueles que vêm com cadeados. Graças a eles, as meninas podem esconder, muito bem, suas histórias e fotos” (Barbie, 1999, n. 42, p. 6).

⁵⁵ Letra da música da novela infantil transmitida pela SBT, em 1997, *O diário de Daniela*, cantada por Daniela Lorrain, atriz principal da novela.

⁵⁶ Trecho extraído da seção *Os desastres de Luisa* (revista *Super menina*, 1997, n.1).

Há, também, os *blogs* – diários publicados na *internet*, que podem ser organizados de acordo com os modelos sugeridos e disponíveis nos *sites* sendo, inclusive, colocados à disposição das blogueiras: “Nós oferecemos um planejamento profissional usando *software* de alta finalização a um preço razoável (www.blogger.com)⁵⁷”. De tal modo que hoje se pode ter acesso aos segredos das meninas ‘teens’ que tem seus *blogs* publicizados diariamente na *Internet*⁵⁸.

As meninas são, assim, interpeladas pelas revistas a estarem conforme aos seus ditos - como também aos *sites*, pela televisão, a escola, aos médicos, aos psicólogos, etc. - e agem sobre si mesmas de forma a transformarem-se em sujeitos que confessam. Com isso, reconhecem-se naquela condição apontada por Foucault (1997b): “o homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente” (p. 59). Contudo, este falar de si, que aparece nas revistas, nos *blogs*⁵⁹, nos filmes, na televisão e na própria literatura, mostra que as pessoas vêm escrevendo sobre si há muito tempo e que as literaturas do si podem ser encontradas em diferentes culturas, de formas diversas. Por isso mesmo, Foucault (1995b) adverte sobre a tendência de se pensar que as técnicas de si, encontradas em diários pessoais e outras narrativas de si, são tendências exclusivas da modernidade européia. Afirma: “Eu não negaria que é moderno, mas foi também um dos primeiros usos da escrita [...]. [Assim o sujeito] [...] é constituído em práticas verdadeiras - práticas historicamente analisáveis” (p. 275).

⁵⁷ www.blogger.com - 10 de outubro de 2001, ou ainda outros *blogs* disponíveis como: *gabisupervixen*, *bulimia*, *candygloss*, *fuckablz*, *volcanogirl*, etc. .

⁵⁸ Na seção sobre informática, do dia 27/08/2002, o Correio do Povo noticia: “*Blogs* evoluem e expandem os temas. Fáceis de criar e atualizar, diários *on-line* deixam de ser páginas pessoais de temas adolescentes”. Ver: www.webjornal.blogspot.com, www.diaryland.com, www.xanga.com

⁵⁹ É interessante observar, no caso dos *sites da Internet*, que os *nick names* são carregados de sexualidade: “Alguém me diz o que faço com o meu cabelo [...] não agüento mais

As revistas femininas infantis ‘ensinam’ às meninas a “escrever um diário, aquele caderninho de anotações que guardam segredos a sete chaves”, na seção *Fique Ligada – Segredos de Menina*, elas aprendem a falar de si e, também sobre os segredos guardados “a sete chaves” que devem ser tornados públicos. Vê-se, assim, como o discurso das revistas produz as subjetividades das meninas. Mas é preciso perguntar ainda como essa experiência de si é nas meninas produzida. Trata-se, segundo Florence⁶⁰ (1990) de:

Estudar a constituição do sujeito como objeto para si mesmo: a formação de procedimentos pelos quais o sujeito é induzido a observar-se a si mesmo, analisar-se, decifrar-se, reconhecer-se como um domínio de saber possível. Trata-se, em suma, da história da ‘subjetividade’, se entendemos essa palavra como o modo no qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade no qual está em relação consigo mesmo (p. 21).

Confessam suas verdades aos seus diários, pois as meninas confessam que essas devem ser trancadas ‘a sete chaves’ para permanecerem escondidas de todos, e que são, ao mesmo tempo, publicadas nas seções das revistas. Estas, aliás, recomendam: “Se você quer escrever no diário [...] mas espera que ninguém leia, use o código secreto que aparece nesta página [...]. Então, quando tiver alguma coisa supersecreta na cabeça é só usar o alfabeto mágico e passar tudo para o papel” (Barbie, 1999, n. 42, p. 28).

As meninas leitoras são, assim, interpeladas a fazerem anotações, a escreverem pequenos ensaios sobre seus segredos mais íntimos, suas confidências, seus medos, seus desejos e seus sonhos. Ou seja, sobre tudo o que deve estar ‘escondido e guardado a sete chaves’ em seus diários. Para ‘preservar’ esses segredos,

(**gabisupervixen**)”. “Eu fiquei me martirizando, me sentindo um lixo, eu não sou um lixo, quer saber? Eu sou espetacular!” (**fuckable**).

⁶⁰ Pseudônimo conjunto de Michel Foucault e François Ewald. In. (Auto) biography of Michel Foucault. *History of the present*. 4 primavera de 1988.

as revistas ensinam a escrevê-los: “deixe para as folhas do meio ou para as últimas aquela informação que ninguém pode saber. Você pode dobrar a ponta dessa folha para dentro e esconder direitinho o ‘segredo’” (*ibid.*, p. 6).

Por outro lado, as revistas incentivam suas leitoras a publicarem seus segredos em seções como *Livro de Segredos* e *Meu diário*, e em reportagens apresentadas em seções como *Vida de Artistas* -- que revelam a intimidade das meninas, tornando público aqueles segredos, confidências, medos, desejos, sonhos, etc., que elas eram incentivadas a esconder.

As meninas de hoje são levadas, então, a encontrar formas e meios de falarem de si, de desnudarem seus segredos e intimidades, de confessarem o mais privado de si mesmas a uma massa de leitores/as. Isso quer dizer, como lembra Marzola (2000), que a “[...] produção desse discurso pela revista não está centrada no significado das suas palavras, mas nos efeitos desse discurso nas práticas” (p. 107). De tal modo, as meninas passam não só a penetrar na sua intimidade e na dos outros, mas também passam a desejar obter cada vez mais informações sobre este espaço do outro e de si, antes oculto e não revelado (Fischer, 1996).

Resta ainda perguntar: que subjetividade é essa que esconde suas verdades mais íntimas para expô-las a um grande público? Como chegou a se constituir essa subjetividade no nosso tempo? Como as revistas femininas infantis brasileiras concorrem para produzir a subjetividade feminina? Essas questões estão, sem dúvida, na base do estudo que desenvolvi nessa tese e, foram elas que, certamente possibilitaram que eu pudesse interrogar esse gesto enigmático produtor desse sujeito menina, dessa infância feminina, na nossa sociedade.

Penso que, na medida em que as meninas desde muito pequenas são ‘convidadas’ a falarem de si, cuidarem de si e a se transformarem a si mesmas, elas constituem-se como sujeitos de uma ética. Ética que é apontada por Foucault (1998a)

“como a elaboração de uma forma de relação consigo que permite ao indivíduo constituir-se como sujeito de uma conduta moral” (p. 219).

Os processos de individuação, objetivação e normalização do sujeito infantil, de que trata a primeira parte dessa tese, faz do sujeito um produto da normatização e da normalização, já que a sua constituição se dá pela norma (Fonseca, 1995). Ora, sendo “normatizado, esse indivíduo é impedido de ser ético. Sua constituição pela disciplina e pela norma, impede a relação consigo, que caracteriza a ética” (*ibid.*, p. 131).

Portanto, à medida que as meninas são normatizadas pelas revistas e se constituem sujeitos de um determinado padrão, elas não são nada mais do que o resultado dos mecanismos de objetivação e subjetivação do poder normatizador, como vimos anteriormente. Poder esse que constituiu um sujeito assujeitado, isto é, um sujeito que é ao mesmo tempo um objeto (de saber) e um sujeito (assujeitado pelo poder). Mas se, ao seguir Foucault, corremos o risco de ficarmos inteiramente subjugados pelo poder, temos de apelar ainda a ele para falarmos da ética e da liberdade nos dias de hoje. Como ele próprio aponta, existe, na atualidade, a necessidade de construir uma ética que represente uma possibilidade de constituição de si diferente daquela que faz de si mesmo um objeto e um sujeito.

Capítulo 5: Ensinando desejos

O campo discursivo da infância, do Renascimento até a conquista da sua hegemonia na Modernidade, torna visível um sujeito produzido pela individuação, pelo controle e regulação, assim como pelo governo de si. Esses modos de subjetivação tornam-se, ao longo do tempo, cada vez mais econômicos, de modo que já não é mais suficiente, na atualidade, que a criança seja ‘civilizada’: é necessário que ela própria deseje e venha a se tornar este sujeito ‘civilizado’ (educado). Talvez, por isso, os educadores tenham assumido, como tarefa primordial, ensinar esse desejo aos seus alunos. É nesse sentido que Fendler (2000) afirma que: ”os aspectos do eu que mais recentemente adquiriram a categoria de ensináveis incluem o amor, prazer, sentimentos, desejos, temores, ansiedades, todos eles constituintes do “si mesmo privado”, que Rose (1989) chama de “alma” (p. 71).

Interessa-me, pois, mostrar como atualmente se ensinam os desejos (de ser bela, atraente, erótica, confessa, etc.), nas revistas de meninas publicadas no Brasil, nos últimos anos do século XX. Isso significa mostrar como o desejo é ensinado, controlado, disciplinado, governado nas revistas femininas infantis. Como as meninas precisam produzir um corpo sobre o qual é imposto “um rigoroso e sistematizado treinamento básico para a feminilidade normalizada” (O’Sickey, 2002, p. 34).

Segundo Guattari e Rolnik (1986), os desejos são todas as “formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de inventar outra sociedade, outra percepção de mundo, outros sistemas de valores. [...], o desejo é sempre o modo de produção de algo” (p. 215-216). Se o desejo é, portanto, uma forma, um modo de produzir coisas desejáveis, então a educação do desejo (de ser educado, de saber se comportar, de ser bela, etc.) constitui-se não só numa forma altamente produtiva, como também num modo extremamente econômico de produzir, pelo desejo, essas capacidades nas crianças.

Ora, a forma prescritiva das revistas femininas atuais por mim estudadas, aproxima-as, certamente, dos antigos manuais de civilidade que tinham o objetivo de prescrever, entre outras coisas, formas de comportamento e modos de vestir desejáveis. Por isso mesmo, trago aqui os estudos de Norbert Elias (1994) que analisam os tratados de civilidade de Erasmo de Rotterdam, de 1530. Minha intenção é mostrar que esses manuais, ao prescreverem determinados modos de conduta aos sujeitos infantis, visam produzir, pelo governo do desejo, um corpo, um comportamento e um modo de viver desses sujeitos.

Assim, a *civilité* governa a vida das crianças desde o século XVI⁶¹. Erasmo de Rotterdam utiliza a palavra latina *civilitas* - *civilité* em francês, *civility* em inglês, *civilità* em italiano, e *Zivilität* em alemão, tal como aparece nos manuais publicados nesses países. Com o tempo, conforme Elias (*ib.*) a palavra *civilité* passa a ser grafada como *civilisation*. Tais manuais tinham como objetivo produzir uma maneira comum de educação e comportamento para as crianças das classes abastadas e, também, para os adultos. Por conseguinte, constituíam um modo de ser e um jeito de viver socialmente.

Em 1530, Erasmo de Rotterdam escreve *Civilité* ou *Civilité Puérile*, tratado que buscava normatizar a conduta das crianças da elite européia, prescrevendo regras que deveriam ser generalizadas a todas as outras crianças, impondo-lhes um modo de controlar seu corpo, seu comportamento, seu tempo e suas atividades. Em 1534, o

⁶¹Sobre governo dos infantis ver: *Dialogues de Vives* (1571); *Coloques de Mathurin Condiar* (1586); *L'Honneste Garçon* de M. de Grenaille (1642); *A Didáctica Magna* de Comenius (1657); *La Civilité Nouvelle* de Courtin (1671); *Règles de l' éducation des enfants* de Coustel (1687); *De confessione mollicei* de Gerson (1706); *Regles de Bienséance et de la Civilité Chrétienne* de J.B. de La Salle (1713/1966); *Règlement pour les enfants* de Jacqueline Pascal (1721); *Governando mulheres e crianças: Jardins de Infância em Porto Alegre na primeira metade do século XX* de Jane Felipe de Souza (2000), entre outros.

manual de Erasmo surge em forma de catecismo e de livro-texto para a educação dos meninos. O autor dedica-o a um menino nobre, filho de um príncipe, ressaltando que:

Encaminharei vossa juventude para as maneiras apropriadas a um menino não porque preciseis grandemente desses preceitos; desde a primeira infância fostes educados entre gente da corte e desde cedo tivestes um excelente instrutor [...] ou porque tudo o que se diz neste tratado a vós se aplique, pois sois de sangue principesco e nascido para governar (*apud* Elias, 1994, p. 86).

Nesse manual, Erasmo trata do comportamento dos meninos na sociedade e, principalmente, do ‘decoro corporal externo’. Fala de atitudes que foram perdidas e daquilo que os tornaria ‘bárbaros’ ou ‘incivilizados’. Fala de posturas, gestos, modos de vestir ou de se portar à mesa, estar no quarto, na casa dos outros; fala do comer, do brincar, do cuidado com as partes que a natureza conferiu pudor. Para Elias (*ibid.*), esse tratado é uma coletânea de questões, de maneiras ou, mesmo, uma coletânea de observações dos modos de vida em sociedade, isto é, um ditador das boas e más maneiras de se viver em sociedade.

A rápida divulgação deste tratado como manual de educação de meninos atende não só às necessidades sociais de sua época, mas também produz e modela um comportamento ou maneira de viver próprio de uma classe social. De acordo com Elias (*ibid.*), é a partir dos escritos de Erasmo publicados na França, que se tornaram comuns, na Europa, os tratados de boas maneiras, tais como, o *Cortesão* de Castiglione e o *Galateo* de Giovanni Della Casa, na Itália; o *Grobianus* de Kaspar Scheidt, na Alemanha; ou mesmo o *Book of Curtesye* de Caxton, na Inglaterra. Todos eles contribuíram para a vigilância e o policiamento dos indivíduos, visto que, estabeleciam uma normatividade das suas condutas e do convívio social. Esses manuais de civilidade são, portanto, um modo de governo de condutas e de corpos, ditando as ações permitidas ou não, naquelas épocas.

Narodowski (1993) mostra que também as regras de civilidade das instituições escolares são usadas como estratégias para disciplinar o corpo infantil, e que elas foram tradicionalmente utilizadas na moderna sociedade européia. Para este autor, essas normas “tendem a fixar este corpo no lugar específico que a instituição escolar lhe atribui, sendo por isso um poderoso auxiliar na tática da vigilância” (p. 137).

Também La Salle (1966), em sua obra *Conduite*, ensina as maneiras com que a criança deveria controlar sua postura, sua aparência e sua modéstia. As ‘boas maneiras’ deveriam ser evidenciadas em todas as atitudes das crianças, tanto em casa, quanto na escola, igreja ou brincadeiras. La Salle recomendava que as crianças fossem constantemente vigiadas pelos adultos: sobre elas deveria ser exercida uma vigilância panóptica, aquela que tudo vê e controla. Segundo Hamilton (1992), La Salle “descrevia como a escolarização podia ser coerentemente organizada como uma ‘máquina’ educacional socialmente eficiente e auto-regulatória” (p. 26). Também o quadro de boas e más qualidades de um aluno está presente no livro de La Salle, estabelecendo normas escolares que tratavam da admissão, promoção, ordem da lição, atrasos e ausências, visitas, etc. Os alunos eram, assim, enquadrados em regras de comportamentos que os tornariam educados, gentis e modestos, ou seja, eles eram, dessa maneira, subjetivados. Em outro livro, *Les Règles de la bienséance et de la civilité chrétienne* (1729), La Salle demonstra como os detalhes da vida das crianças podem ser conhecidos pelos adultos que com elas convivem e, assim, controlados pela família.

Esses manuais se constituíram numa forma de governo e auto-governo das crianças. Suas práticas discursivas produzem efeitos, produzindo modos de subjetivação que aprisionam os infantis a verdades sobre como deve ser seu corpo, seu comportamento, suas atitudes, seus valores. Foucault (1998b) observa que

[...] existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há

possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade (p. 179-180).

Assim, se cada época enuncia o que há de único em sua política de produção de sujeitos, cada época tem a sua maneira de congregar o que vê e faz ver “em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode em função das suas condições de enunciado” (Deleuze, 1998, p. 87). Ou seja, cada época vai enunciar de uma determinada maneira, tornar visível determinadas coisas. Cada época faz aparecer, portanto, em cada formação histórica, determinados enunciados e não outros acerca do modo de ser sujeito.

Dobra ou o plissê

Dado o caráter prescritivo e, portanto, de imposição de regras das revistas femininas infantis, publicadas no Brasil a partir do final da década de 1990, tais revistas funcionam de forma semelhante aos manuais de civilidade de cinco séculos atrás e produzem, como eles, uma determinada pedagogia. Suas seções regulam e normatizam desde os modos das meninas se portarem à mesa, de usarem determinadas roupas, de exercitarem os seus corpos, até a maneira de controlarem seu comportamento, de confessarem seus segredos, de falarem de sua intimidade, etc. .

Ao estudar a discursividade dessas revistas femininas infantis, procuro pensar tal discurso à maneira de Foucault (2000a), isto é, que o discurso não sendo

simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (p. 10).

Eis por que entendo que as diferentes formas de se pensar as meninas na contemporaneidade, ou seja, os discursos que lutam por impor a verdade do ser menina hoje, não são pacíficos nem ocultos. Por isso mesmo, busco “definir relações que estão na própria superfície dos discursos; tento tornar visível o que só é invisível por estar muito na superfície das coisas” (Foucault, 2000b, p. 146). Busco, portanto, ficar no discurso, não ir além dele, tal como Foucault (1995a) propõe.

Observo que o momento em que as meninas passam a ter visibilidade na mídia em geral ou nas revistas que estudo, em particular, coincide com o momento em que elas foram capturadas por um determinado discurso do poder. É o momento em que as fulgurações e os efeitos da luz incidem sobre elas, tornando-as os sujeitos que são: “[...] os grãos dançantes na poeira do visível, e lugares móveis num murmúrio anônimo. O sujeito é sempre uma deriva. Ele nasce e se esvai na espessura do que se diz, do que se vê” (Deleuze, 1992, p. 134).

Os discursos das revistas femininas infantis que estudei buscam fixar uma determinada maneira de se pensar e de ser menina. Para isso, sancionam determinadas práticas ao mesmo tempo em que interditam outras. Contudo, há relações de lugares, de tempo, de situações de falantes, de posições de sujeito ocupadas por determinadas pessoas, assim como entre os editores das revistas e suas leitoras. Ou seja, os enunciados do discurso das revistas femininas infantis são, então, enunciados que não se reduzem às palavras de que, sem dúvida, são feitos, mas são atravessados por enunciados de diversos campos discursivos (psicologia, pedagogia, ética, moda, etc.). Tudo isso nos obriga a pensá-los na perspectiva das suas condições de possibilidade e na descrição dos seus pressupostos. Além disso, nos leva a ver os efeitos que tal discurso produz, já que ele se materializa nos corpos, nos atos e nos desejos das meninas.

O discurso das revistas femininas infantis faz parte de um dispositivo que funciona objetivando as meninas com vistas a que se conheçam a si mesmas, cuidem

de si, governem seus corpos e, assim, se autogovernem dentro de determinadas regras, preceitos, verdades. Desse modo, a produção de significados pelo discurso dessas revistas exige das meninas um constante investimento sobre si mesmas, na medida mesma em que constitui um dispositivo de governo que estrutura o campo de ação das meninas produzindo suas subjetividades. Assim, as relações de poder não se dão, então, entre as revistas e suas leitoras, mas entre a verdade de ‘ser menina’ das revistas e as verdades dos outros discursos (da família, da religião, da escola, da psicologia, etc.), que podem ser semelhantes ou diferentes. Daí ser o discurso aquilo pelo qual se luta: o poder de dizer “a verdade”.

Ao dobrarem sobre si mesmas, na superfície de suas peles, os discursos das revistas, as meninas se subjetivam, ou seja, os efeitos de poder investem-se sobre os seus corpos e os assujeitam, fazendo com que elas desejem se integrar, se adaptar, se normatizar pelo que é prescrito nas revistas, a fim de serem os sujeitos desejados pelos outros e por si mesmas. Assim, o outro atravessa a sua subjetividade. Por isso, todo processo de subjetivação, segundo Deleuze (1992), “não pode se confundir com um sujeito, a menos que se destitua este de toda interioridade e mesmo de toda identidade” (p. 123).

Para Deleuze (1998), o tema que sempre obcecou Foucault foi o da dobra, onde buscava mostrar a produção dos processos de subjetivação como modificação dos limites que nos sujeitam, nos subjetivam, a fim de que possamos nos reconstruir a cada dobra com outras experiências, com outras delimitações. Rose (2001) pontua que os sujeitos com subjetividades múltiplas, heterogêneas, em constante movimento, continuamente produzidas, fluidas, transbordam em contato com o exterior, impedindo uma subjetividade fechada, privada, única, autêntica e pura.

Desse modo, o processo de subjetivação é produzido por relações de poder que não são lineares, mas transversais, como diz Deleuze (*ibid.*). Elas existem num “relacionamento de forças que age transversalmente, e que encontra na dualidade das

formas a condição da própria ação, da sua própria atualização” (p. 64). Trata-se do “conjunto dos relacionamentos de forças [...], insere-se por toda a parte onde haja singularidade, mesmo minúscula, onde haja relacionamento de forças” (p. 50-51), incitando, suscitando, combinando. Logo, não se trata de uma coerção pura e simples (dos *experts*, dos editores das revistas, dos pais, etc.) sobre as meninas que se submetem à autoridade dos mais ‘sábios’. Trata-se, sim, de um processo de produção de subjetividades que estão continuamente em luta e resistências penetradas pelo saber e recuperadas pelo poder.

As meninas leitoras são, assim, objetos de mensagens, incitações, apelos e convites, que nelas produzem comportamentos normatizados.

Aqui vão nossas dicas: Fuja das calças de cintura baixa com todas as suas forças. Elas vão fazer você parecer mais gordinha [...]. Os decotes são um santo remédio. Além de deixar você mais sensual, eles desviam a atenção da cintura e dão aquele toque de feminilidade (S/M, n. 14).

Essas formas capturam, ensinam, convidam e mostram que o poder investe cada vez mais em nossa vida cotidiana, em nossa vida interior, em nossa individualidade, em nossa sexualidade e feminilidade. Tais formas “não cessam de se recriar” (Deleuze, 1998, p. 116). Isso faz com que produzam um modo de vida. As meninas se sentem impelidas a vestir a roupa adequada a cada estação, usar calçados e roupas da moda, de grife: “[...] se você está usando alguma coisa que está na moda, significa que você está acompanhando o que se passa no mundo, está por dentro das novidades” (Barbie, 1999, n. 42, p. 18). Essa ordem exterior que se interioriza nas meninas, produz uma dobra, tal como o plissê ou a prega faz dobraduras na superfície do próprio tecido.

Técnicas de subjetivação na contemporaneidade

As diferentes seções das revistas dão visibilidade às falas de agentes, empresários, fotógrafos, publicitários, esteticistas, nutricionistas e de meninas modelos e atrizes. Todos esses discursos reiteram os cuidados que se deve dedicar ao corpo para torná-lo e mantê-lo belo e saudável. Constituem, assim, um padrão de beleza e saúde legitimado pela autoridade desses especialistas e pelas meninas que os materializam profissionalmente como modelos e/ou atrizes. Tais padrões incluem a preocupação com os mínimos detalhes, tais como manchas ou marcas na pele: “Um mosquito deixou uma marquinha que saiu depois de dez dias. Enfim, os agentes esperam a pessoa estar em ordem para fazer um trabalho bem legal e que valha a pena!” (S/M, n. 4). Também as modificações do corpo provocadas pelo desenvolvimento biológico passam a ser uma preocupação constante. Ao ser dispensado do seu papel nas *Chiquititas*, Bruno afirmou: “Eu sabia desde o começo que não iria ficar até o final [por estar muito crescido], mas o roteiro mudou e isso acabou acontecendo muito antes” (*ibid.*). Aliás, os efeitos do crescimento podem ser devastadores para uma modelo ou atriz mirim: “[...] os produtores iam ver que ela estava banguela. Mas tudo bem, tudo pela profissão. [...] Gosto muito do que faço e trabalho com amor” (Veja Kid+, n. 1, p. 35).

Sant’ Anna (1995) lembra que o corpo parece ser o único guia e a finalidade do processo embelezador. Sendo assim, os critérios de beleza de hoje (ser magra, loira, de cabelos lisos, etc.) penetram na superfície dos corpos das meninas e as produzem como um sujeito com tal beleza. Para isso elas investem em si mesmas, cumprem as regras e se cuidam até atingir um corpo magro, cuja beleza se completa com os acessórios, as roupas da moda e de grife que veste.

As estratégias de imposição de um certo padrão de beleza exercem seu poder com ditos do tipo: ‘não seja gorda’, ‘mude sua vida’, ‘seja famosa’. E legitimam sua imposição com uma proliferação de materiais, tais como as pesquisas sobre o que as

meninas consomem, suas preferências, etc.. Esse poder de inquérito que gera um saber é, pois, da ordem do poder/saber sobre o corpo e a vida das meninas: uma estratégia de governo. As revistas apontam que “para estar sempre na moda, nada melhor que usar jeans” (Chiquititas, 1999, n. 26, p. 44). Dessa maneira, “não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder/saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos do conhecimento” (Foucault, 1998c, p. 27).

Ao penetrar no corpo feminino, esse poder é exposto no próprio corpo por uma forma de embelezamento produzida pelo desenvolvimento da indústria ligada aos cuidados corporais. Desse modo, investe-se cada vez mais em modernas técnicas para embelezamento que se materializam na produção de perfumes e cosméticos, ampliando-se, assim, a comercialização e a publicidade sobre os modos de ‘se fazer bela’. Pois “os detalhes são muito mais influentes do que você pode imaginar!” (Chiquititas, 1999, n. 31) diz o discurso da revista ao ‘ensinar’ as meninas a se tornarem bonitas.

O estar fora dos padrões de beleza pode ser combatido e remediado através de cosméticos, aulas de ginástica, dietas, cirurgias. A beleza se prolonga por toda a superfície da pele e não pode mais ser uma beleza só da alma, interior, mas deve atingir todas as partes do corpo, confirmando-se em todos os momentos do cotidiano, a fim de ‘eternizar-se’.

Da cabeça aos pés [a beleza] se prolonga da pele ao nível mais profundo do corpo [...] ela pretende cobrir, de agora em diante, todas as idades, emergir em todas as partes do corpo, se afirmar em todos os momentos do cotidiano, para se tornar, ela mesma, eterna. (Sant’Anna, 1995, p. 137).

A beleza feminina produzida pelos discursos das revistas é uma beleza que exige um trabalho das meninas sobre si mesmas. A partir do esquadramento do corpo, é produzida uma materialidade e uma técnica específica para cada parte que o

compõe. Assim, para atingir a forma ideal, as meninas precisam exercitar-se, só que, para cada parte de corpo, há um exercício específico. Para serem esbeltas, elas devem alimentar-se adequadamente, de forma a constituir uma beleza corporal saudável e harmônica. Desse modo, cada parte de seu corpo dócil e submisso é objeto de sua atenção “por meio de tratamento com exercícios, cosméticos e embelezamento, e com acessórios” (O’Sickey, 2002, p. 35-36).

A questão do governo dos corpos das meninas não é nada mais do que a produção de um corpo dócil, bonito, magro, que veste roupas e acessórios da moda, ou seja, uma forma de produção de sujeitos meninas num determinado padrão de beleza. Este sujeito é, segundo Foucault (1998b) o efeito de investimentos sobre o próprio corpo - ginástica, exercícios, dietas, e demais operações para alcançar a beleza física - que dizem respeito a uma insistente e meticulosa ação do poder sobre o corpo. Tal como “Fernanda [que] quer entrar o verão em boa forma. Todo o dia faz caminhadas no agitado calçadão da Barra” (C/C, 1999). Essas operações associadas a esses investimentos sobre e no corpo que constituem o governo de si. Daí que em seus estudos sobre a ascese ou tecnologia de si, Foucault vai dizer que “o indivíduo possui a capacidade de efetuar determinadas operações sobre si para se transformar e constituir para si uma forma desejada de existência” (Ortega, 1999, p. 23).

Constituídas pela cultura, as inscrições nos corpos são continuamente alteradas no jogo das relações de poder. Corpos inconstantes, com desejos e necessidades que se transformam com a passagem do tempo, com o crescimento, com os modos, hábitos e interesses culturais e com as novas tecnologias. Assim, para serem belas, famosas, ou mesmo, aceitas em seus grupos - isto é, para não serem diferentes - as meninas constroem novos corpos dentro de um parâmetro de “normalidade regulada”, nas dobras do de fora.

Produzidas, também, por um discurso de vida saudável, discurso este que se entrecruza com o discurso da beleza, as meninas tratam de se cuidar, de fazer

ginástica, comer ‘direitinho’, etc. São, assim, reguladas desde cedo para governar seus corpos no sentido de torná-los saudáveis, como Fernanda que “se delicia comendo salada e filé de frango grelhado” (C/C, 1999). Portanto, elas passam a vigiar constantemente seus corpos, a se auto-vigiarem checando saliências, gordurinhas, perda ou aumento de peso. O discurso da beleza e da boa forma produz, assim, meninas homogeneamente belas e saudáveis.

Para a produção do ser menina magra, bonita, sem barriga, com cabelos longos e lisos, em dia com a moda, etc., as revistas femininas infantis objetivam para que elas se subjetivem como sujeitos que agem sobre seus corpos, através do uso de cosméticos: “para as gatinhas vaidosas, a *Oriflame* tem uma linha de cosméticos com fórmula natural, a *Little Miss*. São brilhos para os lábios sabor morango, água de colônia, fragrância floral e *blush* cremoso” (M/M, Ano 2, n. 3, p. 13): de exercícios físicos nas academias, de aulas de dança, da alimentação, da coloração e tratamento dos cabelos, e também de próteses odontológicas, cirurgias plásticas, aplicação de silicone, tatuagens e *piercings*⁶².

Certamente algumas meninas arranjam formas de resistir à prática discursiva das revistas que as objetivam dessa forma. Usam estratégias para ficarem fora desse esquema de sujeição, para resistirem a ela. Mas isso não quer dizer que essas meninas não sejam assujeitadas ou capturadas: elas o são por outros modos de governo, por outras práticas discursivas que produzem outras formas de subjetividade e outras formas de governo de si mesmas.

⁶² No caso das tatuagens e *piercings* o trabalho de Chris Shilling nos mostra que as intervenções no corpo não são novas. A autora trabalha as formas de ‘decorar’ o corpo em *Modern bodies, uncertain bodies* (In: Woodward, 1997).

Uma dobra: a ‘super- menina’

Trato, agora, muito especialmente, dos modos de constituição da ‘super-menina’ na atualidade. A revista feminina infantil *Super Menina*, a partir de sua terceira edição, se organiza como um manual (de civilidade) que deve ser seguido à risca por aquelas meninas que desejam ser famosas. “A super-menina vai trazer essa revista *mensal-mente* e ajudá-la a *des-cobrir* a artista dentro de você e desenvolver seu talento, além de dar as dicas mais quentes para o sucesso profissional” (S/M, Especial, n. 1).

Assim, para produzir essa menina, constituem-se saberes acerca das ‘práticas de si’ ou dos ‘novos modos de relacionamento consigo mesma’. Por isso, ao examinar os discursos das revistas femininas infantis brasileiras, vou deter-me numa forma de dizer que é um verdadeiro lugar-comum nessas revistas e que constitui, por assim dizer, um jogo simbólico onde as meninas se auto-produzem: o ‘falar de si mesma’. E isto, na medida mesma em que a dita literatura de “diários pessoais, etc. - não pode ser compreendido a não ser quando introduzida na estrutura geral e muito rica destas práticas de si” (Foucault, 1995b, p. 275).

Ao fazer uso dos sistemas simbólicos, as meninas produzem a si mesmas. A relação entre a escrita e a narrativa de si que as revistas apresentam, permite que diferentes exemplos possam ser retirados de suas seções, mostrando que “alguém está governando outros e ensinando-os a governar-se” (*id.*, p. 276). Há, portanto, uma produção de ‘práticas de si’ quando a revista afirma que: “Existe um padrão de beleza mínimo que muda de tempos em tempos [...] amanhã eles podem descobrir alguém que interessa mais do que você, de acordo com a próxima moda ou padrão de beleza” (S/M, n. 3). As meninas são, então, capturadas por um discurso que enuncia um padrão de beleza a ser seguido em cada tempo e que lhes impõe modos de aprisionar o corpo a padrões passageiros.

A forma de manual desse discurso prescreve modos de relacionamento das meninas consigo mesmas ao ensiná-las como fazer para se tornarem belas, a quem devem procurar para fazer o *book*, qual agência poderá empresariar seu trabalho, o que dizem os/as artistas sobre a profissão, etc. Buscam, assim, formá-las nos modos necessários à obtenção do sucesso profissional produzindo o mesmo profissional com o objetivo a ser atingido. Este é, aliás, um enunciado constante e regular nas revistas femininas infantis brasileiras. Dão autoridade às falas das meninas-modelos e atrizes que, por serem famosas, sabem ‘todas’ as *regras de beleza, felicidade, riqueza e sucesso*. Estas meninas aparecem nas revistas com toda a plenitude de um corpo ‘em forma’, tal qual, “a nova atriz da novela que faz maravilhas com o corpo. Realiza incríveis piruetas como uma verdadeira ginasta” (Chiquititas, 1999, n. 25). Tais meninas são as figuras de sucesso na atualidade e se constituem, por sua posição de autoridade, na criança *expert* que diz o que cada menina precisa fazer para ser como elas. Para isso, basta seguir a receita: “Gisele Frade [come] só salada e sucos naturais. O prato de entrada do Paulinho é só alface!” (S/M, n. 20).

Através das meninas-modelos que falam sobre um ‘modo de ser menina’: revelam segredos de suas vidas, seus hábitos e comportamentos e também os produtos que elas usam. Através destas meninas, dita-se não só a moda mas, também, um modo de ser: ensinam-se normas de elegância, como vestir em cada estação do ano, como ser atraente, como usar produtos adequados para cada tipo de pele e corpo. Portanto, os periódicos, com suas meninas induzem à produção de comportamentos, gostos, condutas de embelezamento e higiene, e certamente, subjetivam suas leitoras de um determinado modo. As meninas-modelos nas revistas fabricam os desejos que se convertem em estratégias disciplinares ensináveis, não só a si mesmas, mas também às meninas leitoras. Constitui-se, a partir daí, sujeitos com desejo de consumo. Assim, as revistas produzem meninas que devem desejar, ter vontade de ser de um jeito e de ter determinados produtos.

Em sua seção *Ai que linda*, a revista determina: “A *Super Menina* dá algumas dicas para você arrasar neste verão: [...] se você for comprar mais de um maiô ou biquíni tem duas opções” (S/M, n. 5). Ou ainda: “Se o seu cabelo tem bastante volume, uma dica é fazer o visual princesinha” (S/M, n. 6). Essas normatizações e regulações encontram sua materialidade na revista através das suas seções, matérias com fotos, entrevistas, testes, diários, propagandas, receitas, regimes, dietas, etc. Nessas seções, as ‘práticas de si’ são prescritas numa determinada forma, com vistas à produção de uma forma de ‘ser menina’. Desse modo, é necessário considerar que o governo da infância feminina, na contemporaneidade, produz uma subjetividade específica. E isto porque “a regulação das capacidades subjetivas tem-se infiltrado de forma ampla e profunda em nossa existência social” (Rose, 1998, p. 31). Já não basta, portanto, governar essa população infantil, individualizá-la, caracterizá-la, torná-la pensável, calculável, descrevê-la, ordená-la, ou seja, conhecê-la, é necessário também ensiná-la a se governar para que ela se autogoverne (se caracterize, se pense, se calcule, se descreva, se ordene, se conheça para se governar).

Capítulo 6: Sexualidade

A família é “considerada a partir do século XVIII como o local privilegiado de eclosão da sexualidade e de manifestações dos sentimentos de afetos; a família se estabelece como suporte permanente para a sexualidade em formação” (Fonseca, 1995, p. 83). A sexualidade passa a ser, então, confiscada por esse novo mecanismo de poder e controle social, que é a família conjugal.

É, contudo, durante este mesmo século, que surge na Europa o pânico da masturbação infantil, primeiro na Inglaterra, seguida da publicação da *Onania* na Alemanha e no livro de Tissot na França, por volta de 1760. Segundo Foucault (1997a), neste momento há um “processo de repressão ligado às novas exigências da industrialização: o corpo produtivo contra o corpo de prazer” (p. 64). A partir daí, a masturbação seria perseguida como uma epidemia horrível, capaz de comprometer a espécie humana, que precisa, acima de tudo, ser contida.

Na época [começo do século XVIII], o importante era a reorganização das relações entre crianças e adultos, pais, educadores, eram a intensificação das relações intrafamiliares, era a criança transformada em problema comum para os pais, as instituições educativas, as instâncias de higiene pública, era a criança como semente das populações futuras. Na encruzilhada do corpo e da alma, da saúde, da moral, da educação e do adestramento, o sexo das crianças tornou-se, ao mesmo tempo, um alvo e um instrumento de poder. Foi constituída uma ‘sexualidade das crianças’ específica, precária, perigosa, a ser constantemente vigiada (Foucault, 1998b, p. 232).

Foucault (1997a) mostra como se inventou o corpo sexual da criança, a partir do século XVIII, com uma grande campanha contra a masturbação, dirigida

aos adolescentes ou às crianças, e mais precisamente ainda, às das famílias ricas ou abastadas [em relação aos operários se prestou mais atenção ao incesto]. Situa a sexualidade ou, pelo menos, o uso se do seu próprio corpo, na origem de uma série indefinida de perturbações psíquicas que podem fazer sentir os efeitos sob todas as formas e em todas as idades. [...] A cruzada contra a masturbação

traduz a organização da família restrita (pais, filhos) como um novo aparelho de saber-poder (p. 64-65).

Esta proibição não era tanto em relação ao outro, mas sim, na relação de si consigo mesmo, com o poder político proibindo o indivíduo de tocar em si mesmo. Foucault (1999c) nos mostra ainda que, no fim do século XIX, a repressão sobre o corpo das meninas deu-se pela forma de cauterização clitoriana, “utilizada amplamente na Europa contra a masturbação feminina” (p. 291). Entretanto, nos meninos “a castração não era possível, pois, havia que se preservar a espécie, mas as torturas eram terríveis, por exemplo, a cauterização do canal da uretra e outras” (*ib.*).

Em relação às mulheres, o dispositivo utilizado pelo poder/saber sobre o sexo foi a invenção da histeria, sobre a qual se debruçam os médicos, que desenvolveram uma prática de análise exaustiva sobre um corpo marcado integralmente pela sexualidade. Esse corpo, através da intervenção médica, pode ser isolado e patologizado. “A histerização do corpo da mulher permitiu a expansão do discurso médico sobre o sexo até os limites mais profundos da intimidade pessoal” (Fonseca, 1995, p. 81).

Conforme Foucault (1997b), ao longo do século XIX, foram constituídos outros ‘personagens’ sexualizados além da mulher histérica e da criança masturbadora (onanismo) produz-se o casal malthusiano e o adulto perverso, todos eles figuras privilegiadas e constitutivas da sexualidade. A partir desses personagens, Foucault (*ib.*) se propôs mostrar como se fabrica a sexualidade que, segundo ele, constitui-se no dispositivo histórico de regulação e controle das populações.

É através desse dispositivo - o da sexualidade - que os corpos passam a ser produzidos como dóceis, úteis, regulados e disciplinados. A sexualidade é, para Foucault (*ib.*), uma novidade especial trazida pela sociedade moderna, vindo a se tornar um dispositivo a serviço das estratégias normalizadoras, que forcem os indivíduos a terem uma sexualidade ‘normal’. Na sociedade ocidental, esta é

representada pela família heterossexual reprodutora e não pela sexualidade ‘desviante’ dos homossexuais, dos perversos e das crianças masturbadoras.

A sexualidade, pois, estaria diretamente relacionada

[...] a um dispositivo histórico [...], à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o esforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder (*id.*, 1997b, p. 100).

O termo ‘sexualidade’, segundo Foucault (*ibid.*) surge apenas no início do século XIX. É um dispositivo que se apresenta, simultaneamente, como efeito e instrumento do poder e que coloca o indivíduo e a população na junção do biopoder. É esse dispositivo que instaura uma relação entre poder e prazer, na qual o corpo, lugar da sexualidade, torna-se objeto de conhecimento.

Foucault (*ibid.*) mostra que a sexualidade é uma forma de modelar o eu ‘na experiência da carne’, constituindo-se em torno de certas formas de conduta e comportamento. Para o autor (*ibid.*), os métodos que produziram o discurso acerca da sexualidade foram a arte erótica (*ars erotica*) e a ciência do sexo (*scientia sexualis*), sendo que a nossa civilização foi a única a inventar uma ciência do sexo. A partir disso, apresenta duas maneiras de se tratar o sexo: enquanto civilizações como *Índia*, *China*, *Japão*, *Roma* antiga e as nações árabes-muçulmanas desenvolveram a *ars erotica*, onde a sexualidade é “um conjunto de práticas e de uma doutrina esotérica ensinadas e iniciadas por um mestre” (*id.*, 1997b, p. 194) e onde o prazer é um fim em si mesmo: a nossa civilização desenvolveu a *scientia sexualis* que não procura ampliar e intensificar os prazeres sexuais, mas submeter a uma análise minuciosa todo desejo, pensamento, atitude ou ação relacionada a este prazer. Como correlato da *scientia sexualis*, a sexualidade é uma produção histórica que permitiu a ligação com as micropráticas do biopoder.

A sexualidade, portanto, é um instrumento útil às mais diversas estratégias referentes às manifestações do sexo, aos mais diversos conjuntos estratégicos que desenvolvem dispositivos específicos de poder e saber acerca do sexo. Segundo Foucault (1997b), a sexualidade nasceu da separação entre o sexo e o ‘dispositivo de aliança’⁶³. No entanto, é importante salientar, que para o autor (*ibid.*) há uma diferença entre sexo e sexualidade, visto que o sexo para ele está ligado a uma questão familiar, onde as relações entre os sexos dão à sociedade um ‘dispositivo de aliança’; já a sexualidade é individual, é do corpo com suas fantasias e desejos. Através desta, foi possível conhecer os segredos do corpo e da alma, segredos esses que precisavam ser confessados. Com tudo isso, o ‘dispositivo de aliança’ perde a importância, mas continua existindo ligado ao ‘dispositivo de sexualidade’.

Para Foucault (1995b), o Ocidente vai exigir, na ciência da sexualidade, a confissão de cada pensamento e ação que digam respeito ao prazer. “O sexo é o objeto citado para unificar nossas discussões modernas sobre a sexualidade, tornando possível agrupar elementos anatômicos, funções biológicas, comportamentos, sensações, saberes e prazeres” (p. 195). Tem o objetivo de reproduzir a trama das relações e manter as leis que a regem, tendo em vista que é sobre ele (o sexo) que se estruturam a regras do que é permitido ou não na vida sexual dos sujeitos, é nele que os processos econômicos e as estruturas políticas encontram suporte.

O discurso sobre o sexo vai ser cada vez mais recorrente a partir do século XVII, quando se produz discursivamente a sexualidade, tendo em vista que ela se torna o lócus da confissão que deve ser anunciada pelas instituições como a igreja, a

⁶³ “[...] sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens. Este dispositivo de aliança, com os mecanismos de constrição que o garantem, com o saber muitas vezes complexo que requer, perdeu sua importância à medida que os processos econômicos e as estruturas políticas passaram a não mais encontrar nele um instrumento adequado ou um suporte suficiente” (Foucault, 1997b, p. 100-101).

família, o consultório médico, a pedagogia, a moral cristã, etc., instituições essas que trabalham para a fabricação da sexualidade ‘normal’. Assim, para Foucault (1997b), a sexualidade, enquanto ‘experiência’ singular, se imbrica em três eixos: os saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática através de leis, regras e costumes - a normatividade - e os modos pelos quais os indivíduos se reconhecem como sujeitos dessa sexualidade, ao darem sentido e valor às práticas de subjetivação.

Afirma Foucault (*ibid.*) que, no início do século XVII, não havia segredo: as palavras eram ditas sem reticências, os corpos eram mostrados sem incômodo nem escândalo. Com a pastoral cristã e o jogo do pastor, ou seja, daquele que cuida de cada um sem deixar de cuidar de todos, tudo o que diz respeito ao sexo passa a ser regulado pela palavra, pelo discurso da sexualidade. Desse modo, a sexualidade é interdita, aprisionada, ‘muda-se para dentro de casa’ e, com ela, o corpo passa a ser decorosamente escondido, os discursos a serem rigorosamente esterilizados, e o que excede vira anormal.

Por essa razão, as crianças por serem consideradas desprovidas de sexo, são proibidas de falar sobre ele. O pacto fáustico,

[...] cuja tentação o dispositivo de sexualidade inscreveu em nós é, doravante, o seguinte: trocar a vida inteira pelo próprio sexo, pela verdade e a soberania do sexo [...]. Com a criação deste elemento imaginário que é ‘o sexo’, o dispositivo de sexualidade suscitou um de seus princípios internos de funcionamento mais essenciais: o desejo do sexo (*id.* p. 146).

Em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault (1997b) mostra que, o sexo, a partir do século XVIII, torna-se uma questão política, ou seja, de polícia, “polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (p. 28). Considerando que as populações precisam ser reguladas e normatizadas, o cerne destes problemas passa a ser o sexo, já que ele tinha de ser reordenado em relação “à taxa de natalidade [...], à precocidade e à

freqüência das relações sexuais, à maneira de torná-las fecundas ou estéreis, ao efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas” (p. 28). Tornava-se necessário normatizar a maneira como cada membro da população usa seu sexo, impondo efeitos de discursos e saberes sobre o sexo dos cidadãos.

Sobre o sexo da criança, instala-se uma ortopedia discursiva, ou seja, um discurso reduzido, inscrito nos cânones dos santos religiosos, baseado no discurso dos adultos. É o discurso sobre o sexo da criança que mostra um dispositivo voltado para a produção de narrativas e não para sua interdição. O corpo da criança, visto como portador de uma sexualidade natural e perigosa, deve ser, portanto, reconduzido a padrões mais ‘aceitáveis’ e, com isso, se instala uma prática voraz contra o onanismo. Entretanto, o controle e vigilância constantes sobre a masturbação da criança não buscam suprimir tal prática, buscam, sim, expandir o controle e a vigilância dos sujeitos infantis.

Assim, a partir do século XVIII, “o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas” (*id.*, p. 32,) que são encontrados na medicina, na justiça penal, na economia e na pedagogia. Foucault (1997b) aponta o fato de que, desde o final dos séculos XVIII e no século XIX começam a ser produzidos discursos sobre o sexo, sobretudo, sobre o sexo infantil, a perversão sexual e a procriação. Mostra ainda que a sociedade moderna não condena o sexo à obscuridade, mas fala muito e sempre sobre ele, valorizando-o como ‘o segredo’. Ao trazer uma história dos corpos a partir do sexo, diz ser necessário analisar o conhecimento do sexo, não em termos de repressão, mas pelo poder da lei, onde o sujeito é produzido como sujeito que obedece.

Foucault (1997a) mostra, então, como se produz o controle das crianças e adolescentes, ou melhor, um novo controle da família, da organização do espaço familiar e dos cuidados com o corpo. Desse modo, o controle e vigilância das crianças

e adolescentes se disseminam também para toda sociedade, visto que por “essa época [estão] dadas às condições para que adulto e criança se diferenciem e se distanciem, numa operação que constitui a justificativa para a intervenção familiar” (Bujes, 2001, p. 41) e para a prática da educação institucionalizada.

Para Foucault (1997b), a colonização do corpo ou do aparato da sexualidade só foi possível, nos últimos dois séculos, tendo em vista que é a partir daí que se pensa em sexo como a chave para a nossa identidade. Ou seja, ver no sexo a verdade de quem somos e o que nós somos, tendo em vista que o projeto de uma ciência do sujeito começou a gravitar em torno da questão do sexo. O sexo, para o autor (*ibid.*), é o pivô dos novos mecanismos de controle e regulação de todas as instituições e discursos da modernidade.

Para Foucault (*ibid.*), a história da sexualidade foi uma forma de expor e entender o lugar da sexualidade na sociedade. A sexualidade não é nem o jogo das atividades do comportamento e nem qualquer essência interna fora da qual a diferença sexual emerge. Não deve ser aquilo que as forças sociais têm de conter. Mais que isso, a sexualidade é densa de relações de poder, ela funciona como “algo que pode ser subordinado como um foco de controle social pela própria energia que, impregnada de poder, ela gera” (Giddens, 1993, p. 28). A partir daí, é possível lembrar as três teses foucaultianas sobre o poder, descritas por Deleuze (1998, p. 100):

O poder não é essencialmente repressivo (pois que ‘incita, suscita, produz’); exerce-se mais do que se possui (pois que não se possui senão sob uma forma determinável-classe) [...]; passa pelos dominados, não menos que pelos dominantes (pois que passa por todas as forças em relação).

A sexualidade faz parte dos discursos historicamente construídos, que marcam a superfície do corpo, ditam como devemos descrevê-lo e, conseqüentemente, experimentar esse corpo. A sexualidade é, para Foucault (1997b), a chave e o veículo das práticas disciplinares.

Um destes veículos, na atualidade, é a publicização do sexo. Esta é feita principalmente pelos meios de comunicação através de entrevistas, *talk shows*, programas de televisão, etc., que buscam mostrar como a nossa sociedade foi capaz de criar uma ciência sobre o sexo, que objetiva, sobretudo, suas “aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas” (*id.*, p. 53-54). Tal ciência é disciplinada por imperativos morais, “cujas classificações [ela] reiterou sob a forma de normas médicas” (*id.*, p. 54). Dessa forma, esse conjunto de sexualidades múltiplas surgidas com o discurso médico sobre o sexo, também é produzido como correlato de um poder, agindo sobre o corpo e seus prazeres, com o objetivo de incitá-lo, examiná-lo, tratá-lo.

Sendo assim, a história da sexualidade é também a história dos discursos sobre a sexualidade. Esses discursos têm a necessidade não de reproduzir os dispositivos de sexualidade, mas de “proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar [os sujeitos] de modo cada vez mais global...” (*id.*, p. 101).

Subjetividades femininas: gênero

As subjetividades sejam elas de gênero, sexuais, geração, raça, religião, etnia, etc., não são um produto acabado, senão um processo contínuo que nunca se completa, subjetivando-se em seu espaço e tempo. Os sujeitos são, portanto, fluídos e se inventam no transcurso de complexas histórias, fundadas num sentimento de pertença que torna possível o funcionamento da vida, embora estejam sempre afetos a mudanças e revisões, ou seja, são constituídos no interior de jogos de poder. No momento em que se classifica, se normatiza e se elege um modo de subjetivação. Podemos exemplificar o que foi dito a partir do fato de que ser ‘mulher branca’, ‘menina branca’ passa a ser ‘natural’ e tudo que é diferente dela, o

outro de seu gênero, da sua sexualidade, da sua raça, etc., torna-se, negativo, diferente, o outro - aquele que precisa viver com e através da diferença.

A diferença, a diversidade e as subjetividades tendem a ser essencializadas, cristalizadas e naturalizadas, no entanto, por não serem fixas, estáveis, únicas e permanentes, não têm este caráter essencial, mas são efeito de um processo de produção, de uma relação. Assim, as diferenças precisam ser compreendidas e analisadas para além da tolerância com a pluralidade ou diferenças culturais, tendo em vista que, uma diferença é sempre uma diferença, ou seja, são diferenças políticas, permeáveis, que existem independentemente de serem ou não aceitas ou que algum poder as nomeie como aceitáveis ou 'normais'. Segundo Fischer (2001), os diferentes são constituídos em muitos enunciados da mídia como os 'sujeitos infames'. Certamente, essas múltiplas subjetividades apresentadas pela mídia produzem efeitos na constituição do sujeito-menina, daí porque as meninas em alguns momentos mostrarem-se ingênuas e infantis e, em outro, sedutoras e sensuais.

Ao tratar do conceito de gênero Louro (1997) afirma que sexo não é o mesmo que gênero, tendo em vista que, falar em sexo é se referir ao biológico de um sujeito e falar em gênero diz respeito à sua construção social como sujeito masculino ou feminino. Porém, o gênero envolve 'corpos sexuados' e um corpo sexuado se constitui a partir dos discursos que procuram fixar algumas formas de sexualidade e erotização consideradas 'perversas' e legitimar outras consideradas 'normais' (*id.*).

Gênero, tal como é tratado na contemporaneidade, refere-se à forma como cada cultura trata a diferença entre os sexos, colocando a cada um deles determinados significados e a maneira de como estes significados são inscritos socialmente. Também nos estudos acerca de gênero, observa-se que, primeiramente, essa categoria foi usada para marcar a diferenças entre os sexos, mais tarde, adicionou-se às questões de diferenças de raça, etnia, nação, classe e

sexualidade. O gênero é uma forma de significar as relações de poder. Ou seja, daquele poder que torna possível agir sobre a ação do outro, possibilitando que se abra todo um campo de ação, reação, respostas e novas invenções na vida social, econômica e política e por meio do qual o poder é articulado. É na categoria de gênero que a diferença sexual é percebida. Isso não quer dizer que o gênero imprima diferenças fixas, mas, que ele estabelece significados às diferenças corporais. Assim, esses significados se modificam de acordo com as culturas, os grupos sociais, o espaço e o tempo, pois nada no corpo funciona como determinante.

Ao pensar sobre as diferenças de gênero, Carvalho (2001), mostra alguns significados ou inscrições corporais categorizando como bons alunos um grande número de meninos, por estes serem participativos, fazedores das atividades, rápidos na aprendizagem, organizados, críticos, ou melhor, um grupo de meninos, quase todos vistos como brancos pela professora. São também os bem humorados, com liderança positiva, engraçados, curiosos e danados fora da aula. Enquanto um pequeno número de meninas é caracterizado como crítico ou rápido de aprendizagem, tidas como boas alunas, “apesar de serem caladas, obedientes e não questionadoras” (p. 561).

Walkerdine (1995) também analisa os discursos de professores nas práticas de sala de aula, na Inglaterra, naquilo que diz respeito a ser menino ou menina. Para a autora (*id.*) os professores ‘produzem o gênero’ das crianças. Se pode, então dizer, que existem práticas que impõem significados e verdades sobre o ser menino ou ser menina, essas práticas apresentam os meninos como inteligentes, bagunceiros e desleixados, enquanto as meninas, mesmo sendo brilhantes naquilo que fazem, são apenas tidas como esforçadas, caprichosas e obedientes.

Desse modo, Walkerdine (*id.*), bem como as autoras brasileiras Carvalho (2001), Rosemberg (2001), Silva (2000), Bernardes (1989), Felipe (2000) mostram como as práticas escolares produzem e posicionam os que dela participam. Fabricam modos

particulares de subjetivação de meninas, colocando em jogo discursos que provêm de diferentes campos de saber - poder e, que se utilizam das mais diversas estratégias para mostrar o feminino em suas diferenças. Assim, as práticas escolares mostram que meninos e meninas são produzidos do modo que são e se tornam pessoas que são controladas e reguladas da forma que são, produzidas no discurso e através das ‘verdades’ sobre ser menino e menina de um jeito e não de outro.

Se poder inferir que as muitas técnicas utilizadas pelas diferentes instituições sejam elas a mídia, a escola, a casa ou a igreja, normatizam, disciplinam, regulam e controlam os corpos, constituindo neles comportamentos, posturas, verdades e saberes sobre o ser masculino ou feminino, ou ainda, ser menino ou menina (Dornelles, 2000). Também as narrativas de meninos e meninas na mídia acabam por impor uma verdade, que constitui as suas subjetividades.

Assim, a emergência da sexualidade na contemporaneidade possibilita os estudos acerca das subjetivações de femininas⁶⁴, da inocência e da erotização. Essas são produzidas no interior dos jogos de poder. Na medida em que uma subjetividade se afirma, apresenta distinções: está dentro ou fora, pertence a ou não pertence a, isto é, separa, divide, demarca fronteiras.

As subjetivações femininas são produzidas nas diversas configurações que dizem respeito à aparência, à conduta, ao comportamento. São produzidas por palavras, imagens, rituais e fantasias; tem a ver com o corpo e se fabricam por meio de práticas culturais, práticas discursivas e não discursivas, práticas de regulação, imbricadas que estão em relações de poder nas quais se impõem aos outros e a si mesmo.

⁶⁴ Este tema é exaustivamente discutido em: Weeks (1999), Fischer (2001), Britzman (1996), Giddens (1993), Felipe (2000), Louro (1997, 1999), Carvalho (1999, 2001), Scott

Ao mesmo tempo em que nossos modos de subjetivação são históricos e culturais, eles são filtrados e selecionados dentro de inúmeras práticas que nos apresentam como sujeitos assujeitados. De tal maneira, que se pode afirmar que as subjetivações são produzidas social e culturalmente e se caracterizam por sua fluidez, instabilidade e transformações. Portanto, as subjetivações de gênero, como todas as formas de subjetivação, têm seu caráter fragmentado, instável, histórico e plural. Pode-se dizer que somos sujeitos históricos porque nossos corpos ganham sentido na cultura, na sociedade em que vivemos. Contudo, pertencer a um ou outro gênero faz parte daquilo que foi inscrito nos corpos, a partir da cultura de cada um (Louro, 1999). Assim, atribuir à infância determinados corpos faz parte de um processo social e cultural que “depende de um conjunto de possibilidades que se conjugam em determinado momento da história, [...] sustentados por discursos nem sempre homogêneos e em perene transformação” (Bujes, 2001, p. 32). Daí que as subjetividades de gênero são produzidas e inscritas em relações de poder impostas pelas redes de poder de uma sociedade. As revistas femininas infantis mostram corpos de meninos e meninas deste tempo. Corpos que ganham um novo sentido social, na medida em que, é possível que meninos usem brincos ou que sejam, como Nick, “obcecado por roupa. Chegando a se trocar duas ou três vezes por dia” (Chiquititas, 1999, n. 35). Ou que possam ser menina como a ‘Super Menina’ que “tem sete anos e já é supercampeã de *motocross*” (S/M, n. 10).

Contudo, nas revistas femininas infantis brasileiras, ainda é corrente a diferenciação entre ‘coisas de meninos ou coisas de meninas’. Quando se referem aos meninos dizem: “vou amontoando tudo até não caber mais, minha mãe fica louca quando vai fazer a faxina” (C/C, 1999, p. 14), conta Rafael; “Logo cedo vou para o computador acessar a *internet* e enfrentar os desafios dos jogos” diz Vinícios

(1976), Silva (2001), Rosemberg (2000, 2001), Bernardes (1989), Walkerdine (1995, 1997, 1999), entre outros/as.

(*ib.*, p. 31). Quando se trata das ‘coisas de meninas’, ‘naturalmente’ mostram: “aprendi desde cedo a cuidar das minhas coisas” (*ib.*, p. 15) ou, como fala Luiza, “gosto de brincar de espuma na piscina de casa e inventar passos de dança para depois exhibir nas festinhas ao som das *Spice Girls*” (S/M, n. 14). Desse modo, essas narrativas de meninos e meninas acabam por impor uma verdade que estão implicadas na produção de suas subjetivações de gênero.

Os significados dados à sexualidade feminina são socialmente organizados e produzidos por uma variedade de discursos que nos informam o que é sexo, o que ele deve ser e o que pode ser. Por conseqüência, a sexualidade a partir dos estudos foucaultianos, não tem nada de verdadeiro ou imutável: faz parte de uma invenção social para que conheçamos a nós mesmos. Daí que a sexualidade não é essencial, nem natural.

Assim, observo que os discursos das revistas estudadas produzem sentidos e efeitos que ‘ensinam’ sobre as subjetividades das meninas. Tais subjetividades, portanto, estão ligadas a dispositivos de poder “a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder” (Foucault, 1997b, p. 102). As meninas das revistas constroem suas próprias teorias sobre sua sexualidade sem a permissão do adulto e comentam: “a gente gosta quando elogiam nossa roupa, principalmente aquele gatinho que todas as meninas da turma paqueram” (Barbie, 1999, p. 19); “Dei o meu primeiro beijo! Não sabia se queria ou não. Tinha que tomar uma decisão e como eu gostava muito dele, fiquei com ele” (Chiquititas, 1999, n. 35). Entretanto: “somos muito amigos, mas nada mais do que isso” (*ib.*).

Inocentes e erotizadas

Observa-se que os enunciados sobre infância vêm se transformando ao longo dos tempos, visto que esses produzem os modos de ver e dizer a infância numa determinada época. Ou seja, os enunciados correspondem a cada época, a cada estrato com seus limiares. Sobre isso, Jenkins (1998)⁶⁵ argumenta:

A idéia de inocência infantil resultou em dois tipos de atitude e comportamento em relação às crianças: primeiro, salvaguardá-las contra as impurezas da vida e, particularmente, da sexualidade tolerada ou aprovada entre os adultos; e, segundo, reforçar esta inocência pelo desenvolvimento do caráter e da razão. Podemos ver aqui uma contradição: por um lado, uma criança é preservada e por outro, tornada mais adulta/mais velha; mas esta contradição só existe para nós do século XX. A associação da infância com o primitivismo e irracionalismo ou prelogismo caracteriza nosso conceito contemporâneo de infância; apesar de ter aparecido com Rousseau, apenas recentemente ele passou das teorias dos psicólogos, pedagogos, psiquiatras para a opinião pública (p. 56).

Atualmente, as revistas exibem imagens e ditos estratégicos como modo de assegurar e reforçar tal inocência: “a + chiquitita entre as Chiquititas [...] porque todos cuidam de mim e me tratam com carinho (Chiquititas, 1999, n. 27, p. 44), mesmo porque, “ela é tão pequenininha, parece uma boneca” (S/M, n. 8).

No entanto, esses ditos que enunciam a inocência são atravessados por outros, que são misto de sensualidade e erotização. Giddens (1993) diz que a erotização “é o cultivo do sentimento, expresso pela sensação corporal, em um contexto comunicativo; uma arte de dar e receber prazer” (p. 220), onde este prazer vagueia pelo olhar daquele que a olha e pelo qual ela se olha. “É a sexualidade reintegrada em uma ampla variedade de propósitos emocionais, entre os quais o mais importante é a comunicação” (*ib.*).

⁶⁵ Traduzido por Maria Isabel E. Bujes.

A erotização infantil é um ponto marcante nas revistas estudadas, visto que ela produz um modo de ser infantil. Algumas formas encontradas pelas revistas para produzirem a erotização das meninas são encontradas desde a publicidade dos produtos de beleza infantis até o estímulo às cirurgias para se alcançar o ‘corpo belo’, tais como: “explicamos que, às vezes, por causa de uma orelha de abano ou uma cicatriz, a criança não consegue nenhum emprego” (C/C, 1999, p. 27). Segundo Foucault (1998b), novos investimentos e intervenções são feitos sobre os corpos, não na forma de “controle-repressão, mas de controle-estimulação: Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!” (p. 147).

As meninas enviam suas fotos para *O clube da Barbie* como está descrito a seguir: Com 8 anos ela está deitada numa poltrona, veste roupa de alcinha e mostra uma tatuagem no ombro (Barbie, 1999, n. 43, p. 26). Leticia (3 anos) é fotografada num banheiro de tijolos de vidro, envolta em espumas de banho, com os lábios pintados de vermelhos e olhar fixo na lente (Barbie, n. 42, p. 27). Ela está de shortinho, botas de cano alto, cabelos com uma parte presa ao alto da cabeça com um lacinho vermelho, deixando cair seus cabelos sobre os ombros, blusa *top* com um decote que mostra levemente o peito e com o corpo dobrado ela segura os joelhos (S/M, n. 20). Na foto, Gisele está com o corpo curvado mostrando seus pequenos seios, cabelos soltos e revoltos, olhar por sobre o ombro e fixo na lente (S/M, n. 10). Contudo, ao fazer a descrição das fotos das meninas não pretendo desvelar o que está oculto ou subjacente a elas, mas sim mostrar a regularidade desses enunciados no corpo das revistas. Aliás, os enunciados se repetem e se contradizem nas suas páginas, aparecem com certa regularidade em seu discursos (imagens e textos), ao mesmo tempo em que produzem uma modalidade de existência das meninas.

As revistas femininas infantis utilizam-se parece que pegam estes mecanismos de poder para interpelar as meninas para se tornem sujeitos cada vez mais inocentes, sedutores e erotizados. Tal discurso apresenta-se, pois, baseado em contradições. Contudo, não se trata, como diz Foucault (1995a) de pacificar as contradições, mas de

demarcar a aspereza do discurso, fazendo aparecer suas contradições perdidas e reencontradas, resolvidas e revividas, ou seja, “Acho importante uma revista para nós dessa idade, porque me acho uma mistura de menina comportada, extrovertida, molequinha e sensual”. (Veja Kid+, ano1, n. 1, p. 83). Este é o discurso em que a menina bela e sedutora se torna o ícone da vida infantil, daí porque ser bela é conservar o ar de menininha, o corpo juvenescido, o ‘ar’ sensual, erótico e sedutor.

O discurso do prazer voyeurista, erotizado e sedutor é forma de objetivação das meninas, mostrando como a história do sujeito é também a história de sua objetivação pelas práticas discursivas e não discursivas. E essa objetivação produz formas de subjetivação que levam a determinados modos pelos quais o sujeito passa a se ver, por exemplo: “Quando vou ao cinema minha mãe sempre me acompanha por causa do assédio das pessoas, principalmente dos homens” (S/M Especial, n. 3). Desse modo, a produção das subjetividades das meninas, suas experiências de si em relação à sexualidade, fazem com que elas operem transformações em si mesmas.

O discurso das revistas aponta, portanto, para um modo de subjetivação das meninas próprio da contemporaneidade, e que produz meninas inocentes e erotizadas, ao mesmo tempo. Isto nos permite ver a inocência e a erotização infantil como algo que se constitui historicamente, ou seja, como algo que não decorre da ‘natureza da criança’.

Segundo Foucault (1998b) é um equívoco se pensar que, na sociedade capitalista e burguesa, a realidade do corpo seja negada em detrimento da alma, da consciência. Com efeito, nada é mais material, mais corporal e, portanto, mais físico do que o exercício do poder, do controle constante do movimento mais tênue deste corpo infantil. É necessário, portanto, controlar a menina que insiste em cantar e dançar a música “para você que põe A, vire um pouquinho para cá. Para você que põe B, bota a bundinha prá tremer” (E/C, n. 9, p. 33). De tal forma que a possibilidade de exercitar outros jogos sensuais com as crianças tornou-se ‘um problema’ a ser

resolvido, tratado, vigiado, controlado e normatizado pela nossa sociedade. Os jogos sensuais ‘diferentes’ dos padrões estabelecidos como ‘naturais’, nem sempre são aceitos. O contraponto disto é que diariamente a mídia em geral e as revistas em particular mostram meninas manifestando-se num misto de inocência e erotização, o que produz uma constante contradição (no sentido foucaultiano) entre a inocência infantil que precisa ser conservada e a erotização, que é recorrentemente estimulada, como anuncia a coleção Chiquititas (1999) “Mais sexy é impossível!” (n. 36).

Das provisoriiedades

Escrever esta tese não foi tarefa fácil, pois precisei submeter ao estranhamento as minhas práticas e meu modo de pensar, os quais passam pela minha infância e adolescência, pela infância de minha filha e pelos alunos e alunas de educação infantil.

Aprendi como a ‘invenção’ da infância que se transforma, paralelamente com minhas próprias transformações. Aprendi com Foucault (1999d) que, tanto na vida como no trabalho, o mais importante é mudar nosso modo de ser, transformando-nos em outra coisa que não se era no início. Aprendi sobre as meninas e mulheres de hoje. Aprendi a desejar aprender, a me sentir incompleta, com falta. Aprendi, ao longo desse tese, como minha subjetividade de aprendiz foi produzida e quanto estou incluída nessa coletividade de mulheres e meninas aprendizes sutilmente marcadas, em seus próprios corpos, pela contemporaneidade. Aprendi que, nas sociedades atuais, somos todos produzidos como aprendizes. Resta saber – aprender - os efeitos dessa produção.

Construir uma pesquisa em meio a essas experiências foi tremendamente desafiador. Minha primeira aproximação com o conhecimento das revistas femininas infantis levou-me a vê-las como ‘memórias locais’, ou seja, como formas de saber desvalorizadas pela épistemè moderna e que, por isso, aparecem como que sufocadas por uma razão que se pretende universal. Parti de seus enunciados para buscar as condições históricas que possibilitaram dizerem o que dizem. Mostrei que eles disciplinam da mesma forma que os manuais de civildade do século XVI; que eles incitam à auto-vigilância, ao auto-controle, ao auto-governo; que prescrevem determinados cuidados (práticas) de si, através de tecnologias aplicadas sobre si mesmo. Mostrei que eles falam de sexualidade, do corpo, de embelezamento, de juvenescimento, de expertise, de consumo, etc. Procurei mostrar que o pensar esses enunciados dessa forma implicava em “pensar diferente” esses enunciados que, no conjunto do discurso das revistas, produzem as infâncias das meninas de hoje.

“Pensar diferente” foi uma condição para a continuidade da crítica, pois, como mostra Foucault (1998a), “existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir” (p. 13). E, pensar, no caso desta tese, foi me ater àquilo que estava difuso, rarefeito em relação à produção das subjetividades femininas infantis hoje.

A partir disso tudo, indiquei como as revistas femininas infantis possibilitam às meninas uma determinada relação consigo mesmas, e que esta relação se ancora na verdade do seu ser, no domínio e governo de si, nas suas transformações. O discurso das revistas produz, então, subjetividades que aprendem o desejo de aprender (a ser bela, a estar na moda, a ser sensual, a ser uma ‘pequena mulher’ e, ao mesmo tempo, a saber se comportar em qualquer situação e a se conduzir moralmente). Isto significa produzir subjetividades desejantes de aprendizes que os transformam nos sujeitos requeridos pela sociedade. Essa máquina produtiva de desejos, que inclui a família, a escola, a mídia, a religião, etc., perpassa, atualmente, todos os segmentos da população, independentemente de idade, classe social, raça, gênero, etnia. Trata-se de aprender a ser aprendiz e, para isso, se deve começar na educação infantil, constituir um ‘modo de ser’ que tende a se estender por toda a vida como uma educação permanente, até atingir os que estão mais distantes na educação à distância.

Mostrei que os discursos sobre juvenescimento passam a constituir as meninas, ou seja, deles emergem o grande ‘espetáculo da vida’ que é aquele comandado por corpos cada vez mais jovens. Corpos aprisionados a um tipo de normatividade que constitui um *know-how* cultural que é planetário e no qual se incluem meninas que desejam ser mulheres sensuais, inocentes e eróticas e mulheres desejando ser meninas juvenescidas, eróticas, inocentes, na busca do ser ‘eternamente jovem e bela’. Confluindo, convergindo para a puberdade ou adolescência, visto que esses são os momentos onde emergem as contradições dos sujeitos em suas ousadias, perspectivas de vida, rompimento de convenções, coragens, mas, sobretudo, que apontam para o

‘grande momento de aprendizagem’, desta aprendizagem que nunca cessa, nunca termina. Talvez por isso, tanto as mulheres, quanto às meninas são subjetivadas pelas revistas a ‘empubecer’, ‘adolescer’, ser cada vez mais jovem.

Desse modo, ao tentar encaminhar as provisoriedades finais desta tese que estudou as revistas femininas infantis, me volto para a produção de um sujeito ético, ou seja, aquilo que Foucault (1995b) “chama de ética e que determina a maneira pela qual o indivíduo deve se constituir a si mesmo como o sujeito moral de suas próprias ações” (p. 263), a partir de seus interditos com as coisas que o rodeiam. E por isso me remeti, na tese, para as questões do governo, daí perguntar: como o sujeito infantil feminino estabelece suas relações com determinadas regras “e se reconhece como ligado à obrigação de pô-las em prática?” (*id.*, p. 27).

Para Foucault (*apud* Ortega, 1999), esta forma de vida é a ética da amizade, onde cada indivíduo tem que constituir sua própria ética, o que possibilita a criação de formas de vida, sem dizer, fazer, propor ou prescrever qual o modo de existência que é o correto. Para o autor, “a amizade representa uma relação com o outro que não tem a forma de unanimidade consensual nem violência direta. Trata-se de uma relação agonística [...]. Relações agonísticas são relações livres que apontam para o desafio e para incitação recíproca e não para a submissão ao outro” (Foucault *apud* Ortega, 1999, p. 168). Assim, a amizade não permite que as relações de poder se transformem em dominação, onde “estes novos tipos de relacionamento e de sociedade multiformes, compreendidos sob a noção de amizade, opõem-se às formas de relações prescritas e normalizadas” (*id.*, p. 171). Portanto, como mostra Foucault (1998) “o ponto mais intenso das vidas, aquele onde a sua energia se concentra, é sem dúvida aquele em que elas esbarram com o poder, se debatem com ele, se esforçam por utilizar as suas forças ou escapar às suas armadilhas” (p. 127).

Talvez seja isto o que as meninas descobrem quando se relacionam de forma intensa com aquilo que é prescrito pelas revistas, na medida em que, estas limitam e

reduzem suas relações com o mundo e com o outro. A partir daí, será possível constituir subjetividades que, como nos ensina Foucault (*ibid.*), "derivam do poder e do saber mas que deles não depende" (p. 137). Para Costa (1999) "a liberdade é a capacidade de se tornar infinitamente mais susceptível aos prazeres" (p. 14). Assim, é importante se "criar novas formas de existência produtoras de uma intensidade e de um prazer" (Ortega, 1999, p. 172). Mas pergunto: não estará apenas constituindo novas formas de aplicar poder sobre si, objetivando uma maior satisfação consigo? De qualquer modo, para que se mude a vida, é preciso que se mude a si mesmo.

Referências bibliográficas

AMARAL, Marise. Natureza e representação na pedagogia da publicidade. *In*: COSTA, Marisa (org.). **Estudos Culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2000, p. 143-171.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARBOSA, Maria Carmem. **Por amor e por força**: rotina na educação infantil. Campinas. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectivas, 1997.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

BENSON, Susan. The body, health and eating disorders. *In*: WOODWARD, Kathryn. **Identity and difference**. London: SAGE, 1997.

BENSTOCK, Shari; FERRISS, Suzanne (org.). **Por dentro da moda**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

BERNARDES, Nara. **Crianças oprimidas: autonomia e submissão**. 1989. Porto Alegre: Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, 1996.

_____. Curiosidade, sexualidade e currículo. *In*: Louro, Guacira L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUJES, Maria Isabel. Constituindo diferenças: uma discussão sobre a pedagogia e o currículo na educação infantil. *In*: SILVA, Luiz H. (org.). **Século XXI: Qual Conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. *In: Os nomes da infância. Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 25-44, 2000.

_____. **Infância e Maquinarias**. Porto Alegre: UFRGS. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

BURCHELL, Graham. Liberal Governmente and techniques of the self. *In: BARRY, Andrew; OSBORN, Thomas; ROSE, Nicolas (ed.) Foucault and Political Reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

BURKE, Peter; PORTER, Roy (org.). **História social da linguagem**. São Paulo: UNESP, 1997.

CALVERT, Karin. Children in the house. The material culture of early childhood. *In: JENKINS, Henry (ed.) The children's culture reader*. New York: New York University Press, 1998.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CAPARELLI, Sérgio. A emergência da criança no espaço de consumo. *In: GARCIA, Cláudia et al. Infância, cinema e sociedade*. Rio de Janeiro: Ravi!, 1997.

CARRINGTON, Kerry e BENNETT, Anna. Las “revistas de chicas” y la formación de la chica. *In: LUKE, Carmen. Feminismo y pedagogías en la vida cotidiana*. Madrid: Ediciones Morata, 1999.

CHAHINE, Nathalie, LANNELONGUE, Marie-Pierre, MOHRT, Françoise. As décadas. *In: FAUX, Dorothy. Beleza do Século*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

CHMIEL, Silvina. El milagro de la eterna Juventud. *In: MARGULIS, Mario. La juventud es más que una palabra: Ensayos sobre cultura e juventud*. Buenos Aires, 1995.

CORAZZA, Sandra. Mais-valia do infantil nos espelhos do Grande-Outro. *In: Silva, Luiz Heron. A escola cidadã no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

CARVALHO, Marília. **No Coração da Sala de Aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. *In: Revista Estudos feministas*, Santa Catarina, v. 9, n. 2, p. 554-576. 2001.

COSTA, Jurandir. Prefácio a título de diálogo. *In: Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CUPERTINO, Maria. As obsessões de Foucault. *In: Escritos*. São Paulo: USP, 1994.

COURTINE, Jean-Jaques. Os stakhnovistas do narcisismo: body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. *In: Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL PRIORI, Mary. **O Corpo a corpo com a mulher: pequenas histórias de transformação do corpo feminino no Brasil**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

_____. (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Lisboa: Vega, 1998.

_____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

DONALD, James. Cheios de si, cheios de medo: cidadão como ciborgues. *In: Pedagogia dos monstros: os prazeres da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro, 1986.

DORNELLES, Leni Vieira. **Meninas de papel: os significados do ser menina nas revistas femininas infantis**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. (Proposta de tese) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade federal do Rio Grande do Sul. 2000.

_____. Todo mundo brinca se você brinca. *In: Educação Infantil Prá que te Quero*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

EGYDIO, Maurício. Michel Foucault: o encontro dos saberes. *In: Escritos*. São Paulo: USP, 1994.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. **Michel Foucault, 1926-1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELLSWORTH, Elizabeth. Mode of address: it's a film thing. *In: Teaching positions: difference, pedagogy and address*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. New York: Teacher College Press, 1997, p. 21-53.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos Estudos Culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

EWALD, François. **Foucault: norma e direito**. Portugal: Veja, 1993.

FAUX, Dorothy. **Beleza do século**. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FENDLER, Lynn. Qué es imposible pensar? Uma Genealogia Del Sujeto Educado. *In: POPKEWITZ, Thomas S. & BRENNAN, Marie (comp.). El desafío de Foucault: discurso, conocimiento y poder en la educación*. Barcelona: Pomares-Corredor, 2000.

FELIPE, Jane. Entre tias e tiazinhas: Pedagogias culturais em circulação. *In: SILVA, Luiz H. (org.). Século XXI: Qual o conhecimento? Qual o currículo?* Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Governado mulheres e crianças: Jardins de Infância em Porto Alegre na primeira metade do século XX**. Porto Alegre: UFRGS, 2000 Tese (Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000.

FINKELSTEIN, Bárbara. Incorporando as Crianças à História da Educação. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 6, 1992.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O mito na sala de jantar**. Porto Alegre: Movimento, 1993.

_____. O capricho das disciplinas. *In: Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 47-66, 1994.

_____. **Adolescência em discurso**: mídia e Produção de subjetividade. Porto Alegre: UFRGS, 1996 Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

_____. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. *In: Cultura, Mídia e Educação. Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 59-79, 1997.

_____. Mídia e produção de sentido: adolescência em discurso. *In:* Silva, Luiz Heron (org). **A escola no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Sobre o dispositivo pedagógico da mídia**: estratégias de interpelação do sujeito. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, PPGEDU, 2001, (digitado).

_____. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre os modos de enunciar o feminino na TV. *In:* **Revista Estudos Feministas**. Santa Catarina, 2001. FONSECA, Márcio. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Tecnologias del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós, 1990.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.

_____. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo a da hermenêutica. *In:* DREYFUS, Paul & RABINOW, Hubert. Rio de Janeiro: Forense, 1995b.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Graal, 1997a.

_____. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997b.

_____. **O nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 1997c.

_____. **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1998a.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998b.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1998c.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999a.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. **Estratégias de poder**. Obras esenciales, Volumen II. Barcelona: Paidós, 1999c.

_____. **Estética, ética y hermenéutica**. Obras esenciales, Volumen III. Barcelona: Paidós, 1999d.

_____. **Problematização do sujeito:** psicologia, psiquiatria e psicanálise [Ditos e escritos; I]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999e.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo, 2000a.

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento** [Ditos e escritos; II]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b.

_____. **Estética:** literatura e pintura, música e cinema [Ditos e escritos; III]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FLORENCE, Maurice [Michel Foucault e François Ewald]. La cuestión del método. *In: Tecnologias del yo y otros textos afines.* Barcelona: Paidós, 1990.

FRAGA, Alex. Anatomia de consumo: investimentos na musculatura masculina. *In: Educação & Realidade,* Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 135-150, 2000.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo. São Paulo: Ed. UNEP, 1993.

GOMES, Paola. **Princesas:** produção de subjetividade feminina no imaginário de consumo. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

GORE, Jennifer. Foucault e Educação: Fascinantes Desafios. *In: O sujeito da Educação:* Estudos Foucaultianos. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. *In: Educação & Realidade,* Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 14-46, 1997.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Sueli. **Cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

HAMILTON, David. Sobre as origens dos termos classe e curriculum. *In: SILVA, Tomaz Tadeu. Dossiê: história da educação. Teoria & Educação,* Porto Alegre, n. 6, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAZDZEWSKI, Catherine. As revistas. *In: FAUX, Dorothy. Beleza do Século.* São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

JOHNSON, T. & GANE, M. (ed). **Foucault's new domains**. Londres: Routledge, 1993.

JOHNSON, Richard. O que é afinal, Estudos Culturais? *In*: SILVA, Tomaz T. (org). **O que é afinal, Estudos Culturais**. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

JENKINS, Henry. Childhood innocence and other modern myths. *In*: JENKINS, Henry (ed.) **The Children's culture reader**. New York: New York University Press, 1998.

JONES, David. Foucault e a possibilidade de uma pedagogia sem redenção. *In*: SILVA, Tomaz. **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Piracicaba: UNIMEP, 1996.

KINCHELOE, Joe. McDonald's poder e criança: Ronald McDonald faz tudo por você. *In*: SILVA, Luiz Heron. **Identidade Social e a Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: SMED, 1997.

_____. **Cultura infantil**: A construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KULMANN JUNIOR, Moisés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LAQUEUR, Thomas. **La construcción del sexo**: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud. Madrid: Cátedra/Universitat de València/Instituto de la mujer, 1994.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. *In*: SILVA, Tomaz T. (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1999.

LA SALLE, Jean Baptiste de. *Conduite des Ecoles Chretiennes*. *In*: **Cahiers Lasallienes**. Roma, 1966.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade, educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997a.

_____. Gênero e magistério: identidade, história, representação. *In*: CATANI, Denise et al. (org.). **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997b.

_____. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LUPTON, Deborah. Corpos, prazeres e práticas do eu. *In*: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 15-48, 2000.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. *In: Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998b.

McROBBIE, Angela. **Feminism and youth culture**. Londres. Macmillan, 1991.

_____. MORLEY, David. Nuevas sexualidades en las revistas para chicas y mujeres. *In: CURRAN, James; MORLEY, David; WALKERDINE, Valerie. Estudios culturales y comunicación: análisis, producción y consumo cultural de las políticas de identidad y el posmodernismo*. Barcelona: Paidós, 1998.

MARZOLA, Norma. **A reinvenção da escola segundo o construtivismo pedagógico: para uma problematização da mudança educacional**. Porto Alegre: UFRGS, 1995a. Tese (Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995a.

_____. Os sentidos da alfabetização na revista Nova Escola. *In: COSTA, Marisa (org). Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. **Linguagem e psicanálise**. UFRGS/PPGEDU, 2000 (digitado).

MILLER, Peter & ROSE, Nikolas. Governing Economic Life. *In: GANE, M. & JOHSON, T. (Eds.). Foucault's New Domains*. Londres: Routledge, 1993. p. 75-105.

MOREY, Miguel. La cuestión del método. *In: FOUCAUIT, Michel. Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1990.

MORLEY, David. Populismo, revisionismo y los “nuevos” estudios de audiencia. *In: CURRAN, James; MORLEY, David; WALKERDINE, Valerie. Estudios culturales y comunicación: análisis, producción y consumo cultural de las políticas de identidad y el posmodernismo*. Barcelona: Paidós, 1998.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina: diário de Helena Morley**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1973.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e poder: a conformação da pedagogia moderna**. (Tese de Doutorado). Unicamp/Campinas, 1993.

_____. A infância como construção pedagógica. *In: COSTA, Marisa. Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. **ObraSelectas**. Espanha: Edimat Libros.

_____. **Genealogía de la moral**. Madrid: Edimar Libros, 1998.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

O'SICKEY, Ingebord Majer. A revista Barbie e a utilização estética do corpo das meninas. *In*: BENSTOCK, Shari e FERRISS, Suzanne (org.). **Por dentro da moda**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

POPKEWITZ, Thomas S. e BRENNAN, Marie. **El desafío de Foucault**: discursos, conocimiento y poder en la educación. Barcelona: Pomares-Corredor, 2000.

_____. História do currículo, regulação social e poder. *In*: SILVA, Tomaz T. **Sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1999.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

ROSE, Nikolas. Assembling the Modern Self. *In*: PORTER, Roy (ed.). **Rewriting the Self**. Londres: Routledge, 1997. p. 224-248.

_____. Governando a alma: a formação do eu privado. *In*: **Liberdades reguladas**: a pedagogia construtivista e as formas de governo do eu. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Inventando nossos eus. *In*: SILVA, Tomaz T. (org.). **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ROSEMBERG, Fulvia. **Educação formal, mulher e relações sociais de sexo/gênero-balanço preliminar**. Itu. São Paulo. Seminário Estudos de Gênero Face aos Dilemas da Sociedade Brasileira. Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford, 2001 [mimeo].

ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou Da educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *In*: **Revista Estudos feministas**. Santa Catarina: UFSC, 2001.

SANT'ANNA, Denise (org.). **Políticas do corpo**: Elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANTOS, Luis Henrique. "Um preto mais clarinho"... ou dos discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos. *In*: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 81-115, 1997.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**: intelectuais, arte e vídeo-cultura na argentina. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SCLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade 'deficiente' a partir dos significados da normalidade. *In*: **Educação & Realidade**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero categoria útil de análise. *In: Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

_____. Histórias das mulheres. *In: BURKE, Peter e PORTER, Roy (org.). História Social da Linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidades Terminais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. A escola cidadã no contexto da globalização: uma introdução. *In: A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Rio de Janeiro: Vozes, 1999a.

_____. **Pedagogia dos monstros**: os prazeres da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Carmem Duarte et al. **Meninas bem-comportadas, boas alunas, meninos inteligentes, mas indisciplinados**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 107, p. 207-225, julho de 1999.

SIMONS, John. **Foucault & the political**. London: Routledge, 1975.

STEINBERG, Shirley. Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações. *In: SILVA, Luiz H. (org.). Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: SMED, 1997.

_____ & KINCHELOE, Joe. **Cultura infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

TRAVERSA, Oscar. **Cuerpos de papel**: figuraciones del cuerpo en la prensa 1918-1940. Barcelona: Gedisa, 1997.

VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. *In: COSTA, Marisa. Escola básica na virada do século*: cultura, política e currículo. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1995.

_____ & ALVARES-URIA, Fernando. **Arqueologia de la escuela**. Madrid: La Piqueta, 1991.

VAYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

_____. A maquinaria escolar. *In: Silva, Tomaz Tadeu. Dossiê: história da educação. Teoria & educação*, Porto Alegre, n. 6, 1992.

VEIGA-Neto, Alfredo (org.). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____. Educação e governamentalidade no neoliberalismo: novos dispositivos, novas subjetividades. *In*: PORTOCARRERO, Vera *et al.* **Foucault Hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

VILELA, Eugénia. **Corpos Inabitáveis**. Portugal: Universidade do Porto, 2001 (digitado).

WALKERDINE, Valerie. A cultura popular e a erotização das meninas pequenas. *In*: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 75-88, 1999.

WALKERDINE, Valerie. O raciocínio em tempos pós-modernos. *In*: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 207-226, 1995.

_____. **Daddy's girl**: young girl and popular culture. London: Macmillan press LTD, 1997.

_____. O raciocínio em tempos pós-modernos. *In*: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 2, 1995.

_____. Sujeto a cambio sin previo aviso: la psicología, la posmodernidad y lo popular. *In*: Walkerdine, V.; CURRAN, J.; MORLEY, David. **Estudios culturales y comunicación**: análisis, producción y consumo cultural de las políticas de identidad y el posmodernismo. Barcelona: Paidós, 1998.

WEEKS, Jeffrey. **El malestar de la sexualidad**: significados, mitos y sexualidades modernas. Madrid: Talasa, 1993.

_____. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WILLIS, Susan. **Cotidiano para começo de conversa**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

WOODWARD, Kathryn. **Identity and difference**. London: Sage, 1997.

Fontes consultadas:

Revistas:

CONFUSÃO em concurso de modelo. **Capricho**, 2 dez. 2001, p. 90.

ROGAR, Silvia. Saúde. Dieta para remoçar. **Veja**, ano 34, n. 44, p. 66-67, nov. 2001.

THE TOP MODELS of tomorrow, emoção final. **Caras**, ano 8, n. 15, abr. 2001.

TOPS MODELS of tomorrow no beach park de Fortaleza. **Caras**, ano 8, n. 12, mar. 2001.

SEGUNDA semifinal do concurso top models of tomorrow, região sul. **Caras**, ano 8, n. 8, fev. 2001.

PINHEIRO, Daniela. Especial. Brasil, império do bisturi. **Veja**, ano 34, n. 2, p. 84-99, jan. 2001.

OYAMA, Thaís. Antes & depois: retoques finais. **Veja**, ano 34, n. 2, p. 90-95, jan. 2001.

CAVALCANTE, Rodrigo. Beleza Pura. **Super Interessante**, ano 15, n. 1, p. 47-51, jan. 2001.

VEIGA, Aida. Comportamento. Princesas Precoces. **Veja**, ano 3, n. 44, p. 68-71, nov. 2000.

MODA. Como gente grande: exposição mostra crianças vestidas e enfeitadas à maneira dos adultos em retratos do século XVI ao XIX. **Veja**, ano 23, n. 42, p. 122-3, out. 2000.

LEMONICK, Michael. Health. Teens: before their time. **Time**. Latin American Edition, Oct. 30, 2000.

Documentos eletrônicos:

ESTRATÉGIA de Mídia: como os números podem ajudar a vender revistas.

Disponível em: <http://www.marplan.com.br/estrategia/apresentacao.htm>.

Acesso em: 05 nov. 2000.

BETING, Joelmir. **Em busca da Fama**. Disponível em:

http://redeglobo.globo.com/cgi-bin/jornaldaglobo/montar_texto.pl?controle=550

Acesso em: 14 fev. 2001

MENINAS que viram mães. **Crescer**. Disponível em:

http://crescer.globo.com/mensal/_matérias/rep_gravidez.htm. Acesso em: 23 mar.

2001.

Diários Virtuais (disponíveis em 13 mar. 2001):

www.namoro.net

www.2mdante.com.br

www.diariosecreto.com.br

www.feminina.com.br

www.diary-land.com

www.my-diary.net

www.deardiary.net

Disponíveis em 10 out. 2001:

<http://gabisupervixen.cjb.net/>

<http://www.zamorim.eti.br/>

<http://www.rbj.com.br/>

<http://candygloss.com.br/>

<http://fuckable.com.br/>

<http://volcanogirl.com.br/>

Revistas Femininas Infantis:

SUPER Menina. São Paulo: ACME, 1997. Mensal (n. de 1 a 20).

CHIQUITITAS. São Paulo: Editorial Atlântida, 1999. Mensal. (n. de 15 a 35).

ESTAÇÃO Criança. São Paulo: Escala. Mensal (n. de 1 a 5).

TODA Criança. São Paulo: Escala. Mensal (n. de 1 a 8).

MENINA Mania. São Paulo: Alto Astral. Ano 2. Mensal (n. 2 a 8).

VEJA Kid+. **São Paulo:** Abril. Ano 1. Mensal (n. 1 a 5).

CLUBE da Gatinha. **São Paulo:** Trama Editorial Diretores. Ano 1. Mensal (n. 1 a 4).

CONTIGO Criança. **São Paulo**: Abril. 1999. Bimestral. (Outubro 1999 a abril de 2000).

BARBIE. **São Paulo**: Abril. 1999. Mensal. (Outubro 1999 a março 2000).

Artigos de Jornais:

BELA Sempre. **Zero Hora**. Porto Alegre, 03 dez. 2001. Beleza, p. 23.

BARBIE. **Zero Hora**. Porto Alegre, 24 nov. 2001. Estilo, p. 8.

CONCURSO. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 23 nov. 2001. Painel, p. 20.

ADEUS magreza. **Zero hora**. Porto Alegre, 17 nov. 2001. Retalhos.

LOLITAS. **Zero Hora**. Porto Alegre, 17 nov. 2001. Estilo, p. 8.

COSTA, Amanda. Moda. **Zero Hora**. Porto Alegre, 14 out. 2001. Você Pergunta, p. 27.

CONCURSO NACIONAL BEBÊ HIPODERME. **Zero Hora**. Porto Alegre, 25 mar. 2001, p. 26.

ROCHA, Patrícia. Tem que ser muito homem. **Zero Hora**. Porto Alegre, 25 mar. 2001. Comportamento, p. 8.

GEWEHR, Ademir e MEDEIROS, Dudu. Ex papeleira top model: papeleira vence o mundo da moda. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 18 mar. 2001. Cidades, p. 14.

BONECA. A Susy terá o rosto de Sandy. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 18 mar. 2001. Painel, p. 20.

MEDEIROS, Martha. Mulheres de cera. **Zero Hora**. Porto Alegre, 11 mar. 2001. Revista ZH Donna, p. 26.

SERIADO. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 11 mar. 2001. Variedades, p. 19.

MODELOS. Seleção e cadastro de crianças de 6 meses a 10 anos. **Zero Hora**. Porto Alegre, 11 mar. 2001. Empregos e Opções, p. 8.

MEDEIROS, Marta. Mulheres submissas. **Zero Hora**. Porto Alegre, 28 jan. 2001. Revista ZH Donna, p. 26.

DEODORO, Paola. A perfeição é o limite. **Zero Hora**. Porto Alegre, 21 jan. 2001. Perfil, p. 9.

FEITEN, Patrícia. Indústria de cosméticos comemora crescimento. **Zero Hora**. Porto Alegre, 7 jan. 2001. Economia, p. 27-28.

MEDEIROS, Martha. Queremos ser bonitas. **Zero Hora**. Porto Alegre, 7 jan. 2001. Revista Donna, p. 26.

EU não sou projetada. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 31 dez e 1º jan 2000. Variedades, p. 14.

CORPOS pintados em *Madrid*. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 30 dez. 2000.

THE best model. Concurso Fraldinha 2000. **Zero Hora**. Porto Alegre, 1 out. 2000, p. 14.

ZEROU. Publicação semanal. **Zero Hora**. Porto Alegre. 1999 a 2001.

Infanto-juvenil:

PINOTTI, Drica. **De menina a mulher. Tudo o que você precisa saber para trilhar os caminhos da moda e arrasar sempre**. Porto Alegre: Alegro, 2002.

RIBEIRO, Célia. **Etiqueta na prática para criança**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

RUGEN, Samantha. **Coisas que toda garota deve saber**. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

VILELA, Antônio Carlos. **Mais coisas que toda garota deve saber**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

ANDRADE, Telma. **O caderno de perguntas de Rebeca**. São Paulo: Atual, 1995b.

_____. **Rita está crescendo**. São Paulo: Atual, 1996a.

_____. **Rita-você-é-um-doce**. São Paulo: Atual, 1996b.

_____. **Redações Perigosas**. São Paulo: Atual, 1997.